



COLEÇÃO
ANPUH/2023



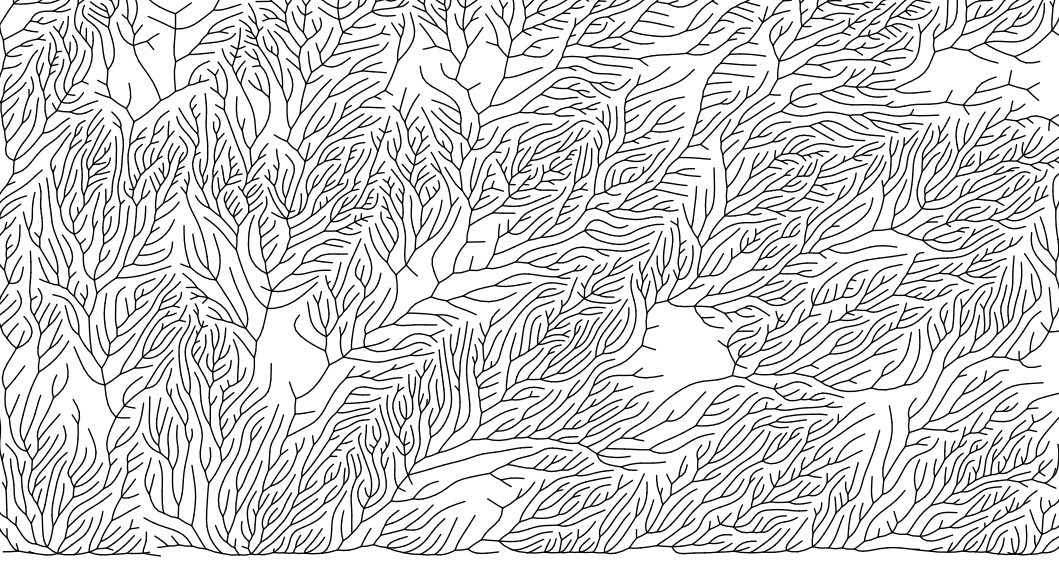
PERE PETIT
FÁBIO TADEU DE MELO PESSÔA (ORGS.)

**MUDANÇAS SOCIAIS,
ECONÔMICAS, CULTURAIS
E POLÍTICAS NA
AMAZÔNIA NO
TEMPO PRESENTE**

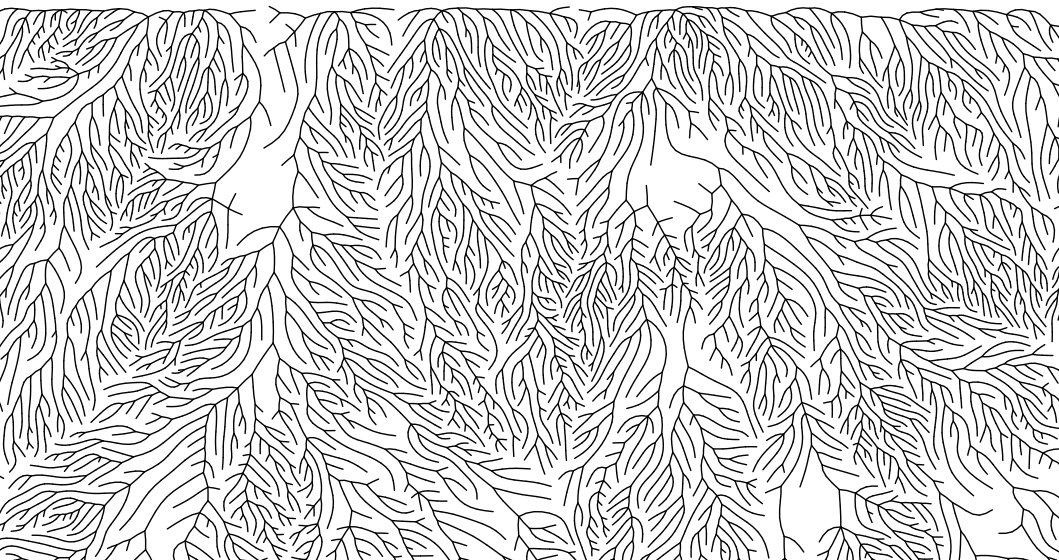


XIII

**ENCONTRO
DE HISTÓRIA
DA ANPUH - PA**



**MUDANÇAS SOCIAIS,
ECONÔMICAS, CULTURAIS
E POLÍTICAS NA
AMAZÔNIA NO
TEMPO PRESENTE**



PERE PETIT
FÁBIO TADEU DE MELO PESSÔA (ORG.)

COLEÇÃO
ANPUH/2023

**MUDANÇAS SOCIAIS,
ECONÔMICAS,
CULTURAIS E POLÍTICAS
NA AMAZÔNIA
NO TEMPO PRESENTE**

Editora
CABANA

ANPUH PA

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

Copyright © by Os organizadores
Copyright © 2023 Editora Cabana
Copyright do texto © 2023 Os autores
Todos os direitos desta edição reservados
© Direitos autorais, 2023, organizadores e autores.

O conteúdo desta obra é de exclusiva
responsabilidade dos autores.

Diagramação, capa e projeto gráfico: Eder Ferreira Monteiro

Edição e coordenação editorial: Ernesto Padovani Netto

Revisão: os autores

Crédito da imagem da capa: Cartão Postal da Rua João Alfredo com a Av. Portugal, década de 30.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M943 Mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas na Amazônia no tempo presente / Organizadores Pere Petit, Fábio Tadeu de Melo Pessôa. – Ananindeua-PA: Cabana, 2023.

Autores: Marcos Bezerra Lima, Jaime Cuéllar Velarde, Carolina Costa, Leopoldo Nogueira Santana Júnior, Wellington Jhemerson Costa da Conceição, Caio de Lucas Oliveira Souza, Osimar da Silva Barros, Renata Belz Kruger, Cícero Pereira da Silva Júnior, Matheus de Sousa Oliveira, Gustavo Soranz, Francisco Jorge Oliveira da Silva, Misaél Malcher Costa Junior, Samir Damasceno, Pere Petit, Fábio Tadeu de Melo Pessôa.

229 p.p.: il.

Formato: PDF

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-980422-3-3

1. Amazônia - História. I. Petit, Pere (Organizador). II. Pessôa, Fábio (Organizador). III. Título.

CDD 981.1

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Índice para catálogo sistemático

I. Amazônia - História



[2023]
EDITORA CABANA
Trav. WE 11, N° 41 (Conj. Cidade Nova I)
67130-130 — Ananindeua — PA
Telefone: (91) 99998-2193
cabanaeditora@gmail.com
www.editoracabana.com

CONSELHO EDITORIAL



Dr. Raimundo Moreira das Neves Neto (IFPA)
Dr. João Antônio Fonseca Lacerda Lima (EA-UFPA)
Me. Diego Pereira Santos (UEPA)
Me. Victor Hugo Modesto (UFPA)
Dr. Carlo Guimarães Monti (UNIFESSPA)
Ma. Aline Barros dos Reis (SEMED/Marabá)
Dra. Marley Antonia Silva da Silva (IFPA)
Ma. Raimunda Conceição Sodré (IFPA)
Dr. José M. Almeida Neto
Dr. Fernando Arthur de Freitas Neves
Dra. Natália Conceição Silva Barros Cavalcanti (IFRN)
Dra. Eliana Ramos Ferreira (UFPA)
Dra. Iane Maria da Silva Batista (UFPA)
Me. David Durval Jesus Vieira (IFPA)
Dr. Pere Petit (UFPA)
Dr. Fábio Pessoa (UFPA)

Me. Anderson Clayton Fonseca Tavares (UFPA)
Me. Daniel da Silva Miranda (UFPA)
Dr. Marcus Vinicius Reis (UNIFESSPA)
Dr. Angelo Adriano Faria de Assis (Universidade Federal de Viçosa)
Me. Bruno de Souza Silva (UFPA)
Me. David Rodrigues Farias (UFPA)
Me. Bernard Arthur Silva da Silva (UFPE)
Dr. Wlisses James de Farias Silva (UFAC)
Ma. Livia Lariça Silva Forte Maia (UFPA)
Ma. Sara da Silva Suliman (UFPA)
Dr. Túlio Augusto Pinho de Vasconcelos Chaves (UFPA)
Me. Oslan Costa Ribeiro (UFG)
Dra. Karla Leandro Rascke (Unifesspa);
Ma. Maria Raimunda Santana Fonte (SEDUC-PA)
Dr. Cleodir da Conceição Moraes (EA/UFPA)
Dr. Thiago Broni de Mesquita (EA/UFPA)
Dr. Ernesto Padovani Netto (Seduc/PA)
Dr. Elias Diniz Sacramento (UFPA)
Dr. Raimundo Nonato de Castro (IFPA)

APRESENTAÇÃO



COLEÇÃO ANPUH DE HISTÓRIA DE 2023 **HISTÓRIA E ENSINO NO PARÁ**

A Associação Nacional de História em sua seção Pará, em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA), com o apoio da ANPUH Nacional, promoveu o XIII Encontro de História em 2022 com o tema “História e Historiografia na Amazônia - Independência e Ensino”, que ocorreu entre os dias 28 de novembro e 01 de dezembro de 2022 na cidade de Belém, em formato híbrido, reunindo cerca de 400 pessoas entre alunos, professores e pesquisadores de história e área relacionadas.

Nos dois primeiros dias contamos com três seções dos Diálogos Amazônicos que abordaram as “Políticas de Ações Afirmativas”, o “Programa Forma Pará e a Formação em História”, e “O Pará na O.N.H.B.”. Ainda tivemos na conferência inicial a presença de Valdeci Lopes de Araujo (Presidente da ANPUH-Nacional/UFOP) que focou “A ANPUH Brasil nas comemorações do Bicentenário: desafios da comunicação pública da história”. Enquanto na conferência final a professora Magda Ricci (UFPA) abordou “De tudo o que se viu ao pouco que sabemos: memórias e esquecimentos entorno da independência no antigo Grão-Pará”.

O evento foi um momento de reflexão sobre os desafios da história social e do ensino de história no tempo presente, com interface com os eventos comemorativos da Inde-

pendência do Brasil em contexto amazônico. A perspectiva foi debater a historiografia desenvolvida por historiadores e professores de História sobre a região amazônica a partir da história social em diálogo com o ensino de história, considerando ainda a questão da Independência.

Os dois últimos dias do evento ficaram reservados as atividades remotas, quando os Simpósios Temáticos tiveram vez, foram ofertados 18 Simpósios com temáticas variadas, que contaram com a participação de 32 proponentes, recebendo 270 inscritos para as comunicações.

O XIII Encontro de História da ANPUH-PA, culminou com uma série de ações que foram desenvolvidas pela diretoria no biênio 2021-2022, como a publicação da “Coleção ANPUH de História de 2022”, o Prêmio “Nossa História do Pará” e o desenvolvimento do Site da associação que agora receberá a “Coleção ANPUH de História de 2023”, resultante dos simpósios temáticos que acabaram por originar dezessete e-books, publicados pela Editora Cabana e bancados pela ANPUH-PA.

De tal modo, todos os artigos que foram selecionados e enviados pelos coordenadores/as dos STs foram publicados na coleção e disponibilizados no site <https://www.anpuh-pa.org/> possibilitando o acesso irrestrito aos conteúdos que trazem várias abordagens do campo da história do Pará, da Amazônia e do Brasil. Uma série de ações para a organização e estruturação da ANPUH-PA vem sendo implementadas nas últimas três gestões da associação, o que possibilitou o pleno cumprimento de todas as atividades e proposições oriundas do XIII Encontro de História, assim completamos todas as atividades do evento.

Com a publicação deste novo repertório de e-books, no site da associação, chegamos a quarenta e quatro obras

disponibilizadas gratuitamente que constituem um dos maiores acervos digitais do estado que pode auxiliar no desenvolvimento de um grande leque de pesquisas e atividades sobre a Nossa História do Pará.

Carlo Guimarães Monti (UNIFESSPA)
Presidente da ANPUH-PA (2023 – 2024)

SUMÁRIO



FÁBIO PESSÔA

PERE PETIT

[Apresentação.....13](#)

MARCOS BEZERRA LIMA

[Entre palavras e ações: o cotidiano do conflito entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata, entre os anos de 1930 e 1937](#)

[.....16](#)

JAIME CUÉLLAR VELARDE

[Ruy Antonio Barata: o golpe de 1964 em memórias de um médico comunista](#)

[.....31](#)

CAROLINA COSTA

[O paradoxo entre a memória e o esquecimento: uma pesquisa sobre A Casa das Onze Janelas](#)

[.....44](#)

LEOPOLDO NOGUEIRA SANTANA JÚNIOR

[Jornal Resistência: imprensa alternativa no Pará durante a ditadura militar](#)

[.....60](#)

WELLINGTON JHEMERSON COSTA DA CONCEIÇÃO

[Violência no campesinato paraense: o caso de Francisco Jacinto de Oliveira \(1981\)](#)

[.....74](#)

CAIO DE LUCAS OLIVEIRA SOUZA

O novo sindicalismo no Pará na década de 1980
.....89

OSIMAR DA SILVA BARROS

“Pensando unicamente no povo e no progresso deste querido município”: A invenção do “progresso” da cidade de Castanhal-Pa no tempo presente
.....104

RENATA BELZ KRUGER

Memórias e narrativas da colonização da cidade de Brasil Novo – Pa
.....114

CÍCERO PEREIRA DA SILVA JÚNIOR

Memórias des-terradas: resistências e des (re)territorializações na conjuntura da implantação de hidrelétricas na Amazônia do tempo presente
.....126

MATHEUS DE SOUSA OLIVEIRA

Um passado plasmado em imagens audiovisuais do presente: espaços culturais de Castanhal sob enquadramentos cinematográficos
.....143

GUSTAVO SORANZ

SAMIR DAMASCENO

Interpretar a Amazônia pelo cinema: uma proposta de sistematização de um corpus fílmico
.....159

FRANCISCO JORGE OLIVEIRA DA SILVA
MISAEI MALCHER COSTA JUNIOR

O deslocamento "forçado" de imigrantes venezuelanos para o estado do Pará: o caso dos indígenas Warao
.....177

PERE PETIT

Análise das eleições à presidência da república Na região norte: 2002-2022
.....188

FÁBIO TADEU DE MELO PESSÔA

Relatos de uma História sensível: conflitos e resistências na luta pela terra em tempos de ditadura na Amazônia
.....200

Sobre os Autores.....226

APRESENTAÇÃO



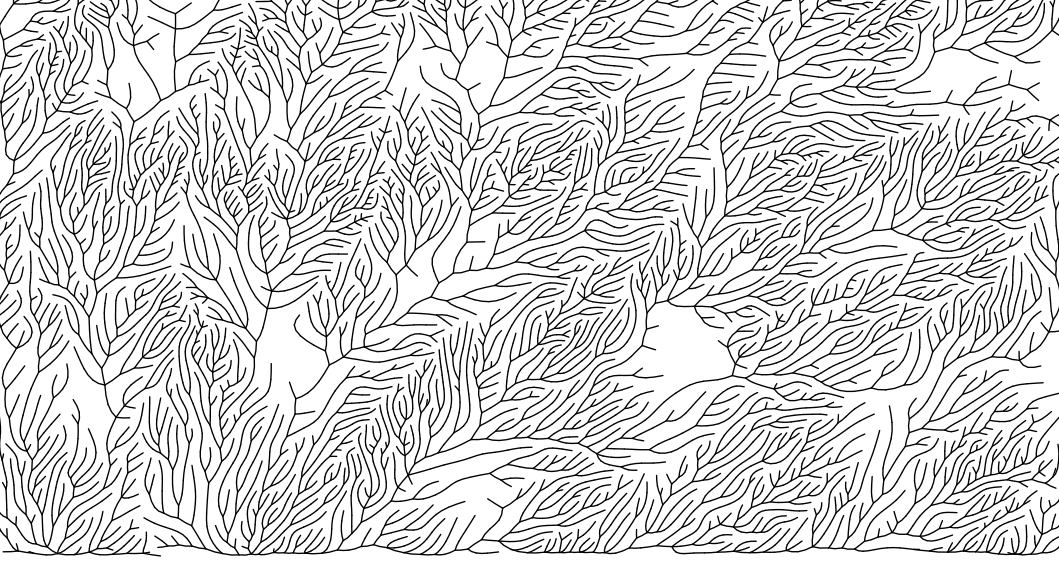
Nas próximas páginas são reunidos, por ordem temática e temporal, trabalhos apresentados no Simpósio Temático *Mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas na Amazônia no Tempo Presente* (Anpuh-Pa, 2002). Inseridos no recorte do tempo histórico da História do Tempo Presente e História Imediata, a maioria dos textos foram escritos por historiadoras e historiadores, doutores, mestres e alunos dos cursos de graduação nas UFPA, Unifesspa e Uepa, cujos objetivos de pesquisa foram direcionados à análise das mudanças socioeconômicas, culturais e, sobretudo, políticas no estado Pará. Trabalhos que foram realizados com diferentes referenciais teórico-conceituais, recursos metodológicos, técnicas de pesquisa e uso de diferentes fontes: documentais, hemerográficas (jornais e revistas), orais (histórias de vida, entrevistas dirigidas, semiestruturadas), visuais e iconográficas.

Caminhando pelas terras e territórios paraenses e da Amazônia Legal, acompanharemos os conflitos entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata; trechos das memórias de Ruy Antonio Barata; memórias e esquecimentos dos que sofreram prisão e torturas durante a ditadura militar na hoje denominada Casa das Onze Janelas (Belém); a fundação do jornal Resistência, principal imprensa alternativa no Pará nos anos 1970 e 1980; o assassinato do lavrador Francisco Jacinto de Oliveira em Conceição do Araguaia em 1981; a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT); as fases de “civilização” e “progresso” no município de Castanhal; os relatos orais de pessoas que participaram do projeto de colonização

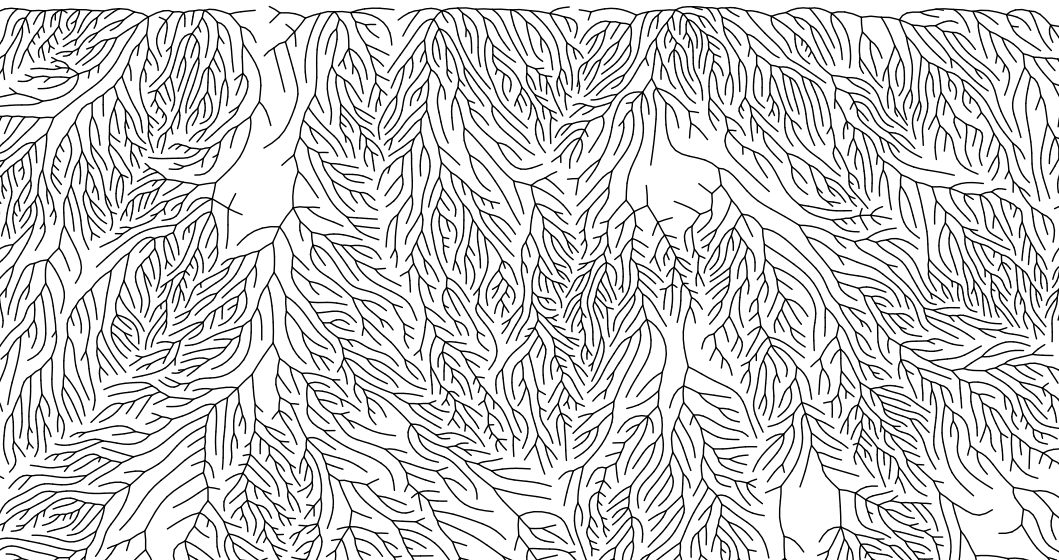
da agrópolis e futuro município Brasil Novo; o impacto nas populações local da instalação da Usina Hidrelétrica de Estreito, construída na fronteira do Maranhão com o Tocantins; os documentários sobre o município de Castanhal produzidos pelo cineasta Edivaldo Moura; a sistematização dos filmes que representam a Amazônia produzidos por países que não integram a região; os indígenas Warao e o deslocamento "forçado" de imigrantes venezuelanos para o estado do Pará; e a análise dos resultados eleitorais para a escolha dos presidentes da República na Região Norte desde 2002 até 2022.

Fábio Pessôa, professor do curso de História da UFPA em Cametá.

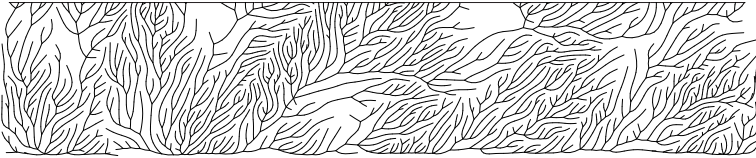
Pere Petit, professor do curso de História da UFPA em Belém/UFPA.



**MUDANÇAS SOCIAIS,
ECONÔMICAS, CULTURAIS
E POLÍTICAS NA
AMAZÔNIA NO
TEMPO PRESENTE**



ENTRE PALAVRAS E AÇÕES: O COTIDIANO DO CONFLITO ENTRE PAULO MARANHÃO E MAGALHÃES BARATA, ENTRE OS ANOS DE 1930 E 1937



Marcos Bezerra Lima

INTRODUÇÃO

A pesquisadora Ecléa Bosi na apresentação do livro de Maria Odila Leite da Silva Dias, intitulado “Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX” (1995), sinalizou para a existência de pesquisas que apresentavam: “a sala de visitas da História, com belos retratos emoldurados na parede, os móveis de estilo e um belo arranjo para ser visto”. Em contrapartida, também comentou sobre a existência de outros tipos de obras, aquelas que: “vão aos fundos da casa, às cozinhas e oficinas, que esgaravavam os terrenos baldios onde se lançam detritos, àqueles lugares onde se movem as figuras menores e furtivas” (BOSI, 1995, p. 7).

A multiplicidade, horizontes e sujeitos em torno de tramas políticas, possibilita ao profissional historiador apresentar aos seus leitores vários cômodos existentes em uma casa. Trabalhar com vários lados de uma mesma trama, concretiza-

da pela pluralidade existentes nos cotidianos de sujeitos históricos, representa uma das mais belas, ricas e necessárias partes do ofício do historiador. Diferente dos sujeitos de análise trabalhado pela historiadora Maria Odila, as mulheres neste período histórico, proponho para este texto uma similar objetividade em apresentar aos leitores outro lado de uma disputa política protagonizada entre um jornalista e um militar, ambos nomes imponentes da história paraense do século XX.

O que se pretende é mostrar imbricações em torno das tramas políticas do cotidiano, como outros sujeitos, para além de Paulo Maranhão¹ e Magalhães Barata², foram atingidos e tornam-se atores de episódios originários de outros, influenciando e sendo influenciados pela diversidade de acontecimentos que interlaçam e compõem o cotidiano. Dessa maneira, a partir de fontes hemerográficas, tornou-se possível vislumbrar alguns episódios que fizeram parte de uma disputa política que perdurou décadas na história paraense, tendo continuidades em diferentes transformações sociais da época. Apesar do recorte proposto ser situado na década de 1930, a dissidência entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata, que tem fortificação nestes anos, perdurou até a morte deste em 1959, carregando uma série de episódios que podem ilustrar

¹ João Paulo de Albuquerque Maranhão nasceu em Belém, em 1872. Além de jornalista, profissão cujo adquiriu maior notoriedade, exerceu cargo de deputado federal pelo Pará na década de 1920 e na década de 1950. Paulo Maranhão exerceu também funções no magistério. Ao longo de sua vida dirigiu por décadas o influente jornal paraense *Folha do Norte*, cujo meio de comunicação serviu como arma para inúmeras oposições a políticos locais. Faleceu em 1966, e até pouco antes de sua morte, mesmo com idade avançada, prosseguiu com suas atividades jornalísticas. (CPDOC, verbete biográfico João Paulo de Albuquerque Maranhão).

² Joaquim de Magalhães Cardoso Barata nasceu em Belém, em 1888. Desde a década de 1910 exerceu funções militares no Exército Brasileiro, chegando à patente de major. Nos anos 1920 participou dos movimentos contestatórios da Primeira República. Em 1930 foi nomeado interventor do Pará por Getúlio Vargas, cargo mantido até 1935, quando após ter sido eleito ao cargo de governador do Pará, foi afastado em um contexto de crise política. Retornou a interventoria do Estado em 1943, permanecendo até 1945. Exerceu ainda cargo de senador e governador do Pará, entre os anos de 1940 e 1950. Faleceu em Belém, em 1959, em meio ao seu mandato de governador do Estado. Ver mais em: ROCQUE, Carlos. **Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político**. Belém: Secult, 1999.

a dinâmica que tal relação construiu para história recente do Pará, até mesmo para os dias atuais. Considero importante recorrer sempre que possível às conjunturas que representam inícios e/ou potencializações de determinadas recorrências em disputas políticas estruturadas em maiores temporalidades, flexionando outros elementos passíveis de análise.

Com a chegada ao poder da fração vitoriosa do tenenismo, os governos estaduais existentes na Primeira República foram destituídos. No Pará, o então governador Eurico Vale passou o poder às lideranças do movimento de 1930. Esse momento simbolizou exatamente parte da perda de influência do jornalista Paulo Maranhão frente a política local. Além de exercer cargo de deputado federal, Paulo Maranhão era um dos nomes mais próximos do governador Eurico Vale, e utilizou demasiadamente seu periódico, a *Folha do Norte*, para promover ataques às organizações que durante a década de 1920 e o ano de 1930 desafiavam os poderes governamentais. Dessa forma, a derrocada da Primeira República simbolizou uma série de perdas de influências de políticos em âmbito local e nacional. Nos primeiros momentos após assumir o poder da interventoria do Pará em novembro de 1930, Magalhães Barata construiu uma política de distanciamento do governo ao periódico de Paulo Maranhão, postura que propiciou ao meio de comunicação adaptações drásticas (LIMA, 2022).

Contudo, entre os anos de 1931 e 1933, algumas aproximações puderam ser observadas. Apesar disso, em maio de 1933, no contexto da eleição para a Constituinte, o rompimento político destes dois nomes ocorreu e até o ano de 1935, quando Magalhães Barata deixou o governo do Pará, inúmeros acontecimentos ilustraram uma relação que chegou aos extremos de violências. Por fim, de 1935 a 1937, a oposição entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata foi efetivada

em outros contextos, como, por exemplo, os das campanhas que se formaram para a eleição presidencial que não ocorreu em 1938. São basicamente nestes contextos que apresento e discuto alguns indícios.

Utilizando da Nova História Política, relaciono os meios de comunicação e sua relação com disputas políticas, como a de Paulo Maranhão e Magalhães Barata, para análise de um viés do cotidiano deste conflito. Os meios de comunicação podem ser entendidos como parte da renovação em torno dos estudos políticos, principalmente a partir das possibilidades metodológicas que esta área apresenta (ANGELI; SIMÕES, 2012). Desse modo, a interrelação de conceitos como poder, meios de comunicação e política são oportunos aos estudos da Nova História Política, tendo os meios de comunicação como foco.

A metodologia empregada neste artigo consistiu na coleta, tratamento, análise e utilização de indícios hemerográficos contidos na Biblioteca Pública Arthur Vianna, no intuito de apresentar aos leitores alguns acontecimentos que ilustram como o conflito político entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata, atingiu de diferentes maneiras outras pessoas. Assim sendo, charges, contos e até matérias policiais, de maneira direta ou indireta, carregaram consigo parte desta relação tumultuada. Para além de fontes primárias, recorri ao diálogo com algumas bibliografias que subsidiaram determinadas análises em torno do objeto estudado.

O COTIDIANO DE UM CONFLITO POLÍTICO

As maiores vítimas desses mastins da imprensa de terceira classe tem sido o senador Magalhães Barata, seus amigos, admiradores e correligionários. Há treze anos consecutivos essa choldra maldita infama e calúnia o eminente

homem público e aqueles que o rodeiam, a maioria, pois, da população desta terra (...) é a ela, é a *Folha do Norte* que se deve esse ambiente de inquietação e mal-estar, da eterna ameaça à reputação alheia, sujeita aos seus assaltos quotidianos (*Folha do Norte*, 15/11/1946, p. 1 e 6)

Em 15 de novembro de 1946, circulava a primeira edição do jornal *O Liberal*, meio de comunicação que serviria para abrigar a corrente política ligada a Magalhães Barata. Já na capa desta edição inicial, estava especificado um dos principais objetivos do periódico: contrapor a imprensa opositora aos seus anseios políticos. O fragmento acima constata a informação que Magalhães Barata e sua rede de apoio, vivenciava há 13 anos uma empreitada de ataques advindas do periódico *Folha do Norte*, de Paulo Maranhão. Recorro a essa informação por considerá-la um marco transitório em meio ao conflito aqui destacado.

Em um exercício de recuo temporal, regressando 13 anos diante de 1946, pode-se analisar o ano de 1933, especialmente marcante, pois, foi neste ano que o rompimento entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata foi definitivamente estabelecido. Não foi sem propósito que na primeira edição do meio de comunicação que abrigaria as forças de Magalhães Barata, a lembrança de uma contínua campanha antibaratista foi apresentada aos seus leitores. Em maio de 1933, Paulo Maranhão estampava em seu periódico fortes críticas às posturas adotadas por Magalhães Barata no contexto das eleições daquele ano, uma vez que o interventor estaria coagindo funcionários públicos em prol de vantagens no pleito (ROCQUE, 1999, p. 252).

Os meios de comunicação possuem capacidade de disputar narrativas, construir oposições, reconstruir memórias e histórias, utilizando inclusive dos mecanismos que lhes atribuí

a chamada autoridade jornalística (RANGEL, 2004). Dessa forma, apesar do grupo ligado a Magalhães Barata, ter apresentado no *O Liberal* uma narrativa de vítima costumaz da *Folha do Norte*, a disputa daquele com Paulo Maranhão esteve pautada entre ataques e contra-ataques por décadas.

Após o episódio que marcou o rompimento entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata, uma série de sanções foram movidas contra a *Folha do Norte* e seu proprietário, desde suspensão da autorização de circular, perpassando por atos de violências, até a proibição de qualquer funcionário deste meio de comunicação de adentrar a estabelecimentos da repartição pública.

Dentre tais determinações, enfatizo a proibição que o então interventor Magalhães Barata decretou aos funcionários da *Folha do Norte*, nos seguintes termos: “A bem da dignidade da administração, está proibido o ingresso dos representantes da *Folha do Norte* nas repartições públicas do Estado e do Município” (*Folha do Norte*, 05/05/1934, p. 1). Tal ação seria justificada pelo comportamento contrário que a linha editorial do periódico adotou, principalmente a partir de 1933. Até então esta seria mais uma das iniciativas cujo caráter era dificultar e isolar a atuação de Paulo Maranhão a partir da *Folha do Norte*.

Entretanto, um caso policial serviria de contexto para uma espécie de resposta à proibição de acesso às repartições públicas. Em viagem a Belém, um comerciante goiano chamado Antonio Santanna, ficou hospedado no então restaurante Tavares, localizado na travessa Campos Sales. Durante sua estadia na capital paraense, Antonio teria saído do centro de Belém em direção à Vila de Pinheiro (atual Icoaraci), após contratar serviço do motorista José Matuto. Diante de sua chegada a Vila de Pinheiro, o comerciante teria combina-

do com o motorista que fosse-lhe buscar no final do dia, no mesmo local que havia lhe deixado, porém, Antonio Santanna não apareceu para sua viagem de volta ao local que estava hospedado. Passados alguns dias, tanto a polícia, como os jornais começaram a noticiar seu desaparecimento, tendo o caso ganhado bastante repercussão no mês de maio de 1934.

Sem rastros do comerciante, a direção da *Folha do Norte* designou o repórter Luiz Ribeiro Gonçalves e o fotógrafo Raimundo Rosário, para investigarem diretamente da Vila de Pinheiro o ocorrido. Em longa matéria, a redação da *Folha do Norte* publicizou o passo a passo feito por seus dois funcionários, até a solução do mistério. Após consultar estabelecimentos locais e percorrer algumas áreas em busca do desaparecido, os funcionários do jornal encontraram, morto, o comerciante Antonio Santanna, que havia cometido suicídio próximo ao local que o motorista José Matuto o teria deixado.

O caso por si mesmo carrega algumas especificidades capazes de chamar atenção, porém, após o repórter e o fotógrafo de a *Folha do Norte* encontrarem o corpo, eles comunicaram um guarda que patrulhava a Vila de Pinheiro e apenas isso. Retornaram à Belém sem notificar a polícia de Magalhães Barata, ao contrário, na edição do dia 19 de maio de 1934, levaram ao público e as ruas de Belém, todos os detalhes do ocorrido, fotografias do corpo encontrado, métodos utilizados pelos funcionários que foram melhores que os da polícia e, por fim, decretaram finalizado o mistério que há dias rondava Belém (Folha do Norte, 19/05/1934, p. 1-2).

O desfecho do episódio não poderia ter sido diferente, o interventor Magalhães Barata assistiu ao periódico que construiu contra sua pessoa e gestão a maior oposição desde sua chegada ao poder, resolver um mistério antes de sua polícia, não comunicar as autoridades competentes e ainda por

cima publicizar fotografias e detalhes do caso. A resposta foi imediatamente concedida, Magalhães Barata ordenou a prisão de Luiz Ribeiro Gonçalves, repórter responsável pelo material publicado a respeito do crime. (*Folha do Norte*, 20/05/1934, p. 1) Por outro lado, na mesma notícia que informavam aos leitores sobre a prisão de Luiz Gonçalves, a redação da *Folha do Norte* comunicava que assistia surpresa o pedido de prisão, pois, os jornalistas nada mais fizeram do que atender às demandas da sociedade:

Ignoramos as razões por que foi ontem pela manhã chamado a polícia e em seguida ficou detido, incomunicável, o nosso companheiro Luiz Ribeiro Gonçalves, autor da reportagem da descoberta do cadáver do infortuno comerciante goiano senhor Antonio Santanna, ato que abalou a cidade. Não houve ele antes praticado ato algum que o tornasse alvo da polícia, sendo de supor que os seus diligentes esforços, revelando o mistério que há dias preocupava a opinião pública, não fossem bem recebidas pelas autoridades a quem estava entregue a investigação. Era natural que a Folha impedida pelo poder público de ter contato direto com as repartições, não houvesse procurado a polícia, mas tomasse iniciativas próprias, no sentido de servir seus leitores (...). E foi esse naturalmente o intuito que moveu a reportagem da folha ao trabalho divulgado e bem compreendido pelo espírito público (*Folha do Norte*, 20/05/1934, p. 1)

A saída encontrada pelo jornal de Paulo Maranhão para justificar os motivos dos seus funcionários não comparecerem até a polícia era o fiel atendimento de uma determinação advinda do próprio Estado. Em outras palavras, houve a utilização do próprio mecanismo de repressão para “driblar” as forças governistas e ainda obter visibilidade frente a opinião pública local e até nacional, principalmente por se tratar de um caso em que estava envolvido um cidadão de outro estado

brasileiro. Jornais como *Correio da Manhã* e *Diário de Notícias*, dentre outros, da então capital brasileira, Rio de Janeiro, repercutiram o suicídio do comerciante goiano, além da prisão do jornalista da *Folha do Norte*. O *Correio da Manhã* finalizou uma das matérias sobre o assunto com a seguinte pergunta: “O mais interessante é que o pessoal da *Folha do Norte* está, há duas semanas, proibido, por portaria do interventor, de penetrar nas repartições públicas. Nestas circunstâncias, como poderia o repórter comunicar à polícia a descoberta que fizera?” (*Correio da Manhã*, 22/05/1934, p. 4).

Desse modo, o caso acima e os indícios apresentados, demonstram como uma disputa política pode ser observada a partir de diferentes prismas, uma vez que um acontecimento que constava na agenda policial, ganhou contornos díspares e serviu de contexto para os desdobramentos do conflito entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata. Assim sendo, além pluralizar as possibilidades em torno do objeto estudado, proporciona uma leitura e metodologia totalmente distinta do habitual, cujo ímpeto seria a busca por esse conflito em discursos políticos, ataques diretos, dentre outros, que em grande medida estariam em seções voltadas aos debates políticos, e não em matérias policiais. Por fim, demonstra como acontecimentos do cotidiano ganham contornos de disputas por narrativas, em uma interrelação pautada pelo poder em torno dos meios de comunicação.

Entre 1930 e 1937, a disputa entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata pode ser dividida entre o período que este esteve no comando do Estado do Pará e o período em que foi afastado. De 1933 até 1935, a relação da interventoria com o jornal *Folha do Norte* carregou episódios de repressão, censuras e ataques às instalações do periódico, porém, a partir de maio de 1935, quando Getúlio Vargas afastou Magalhães Barata da

chefia do Estado em um contexto de forte crise, o jornal de Paulo Maranhão aproveitou-se de tal afastamento e estruturou uma forte campanha contrária ao legado e influência promulgados por Magalhães Barata.

O ano de 1937 pode ser compreendido como um bom exemplo de como alguns acontecimentos cotidianos moldaram narrativas do meio de comunicação de Paulo Maranhão, atestando sua política contrária ao legado de Magalhães Barata. Com a movimentação referente ao pleito que representaria a sucessão presidencial, o qual seria realizado em janeiro de 1938, os dois personagens aqui analisados movimentaram as campanhas no cenário local. Paulo Maranhão utilizou a *Folha do Norte* para propagar as ideias da campanha de Armando de Salles, candidato de oposição. Por outro lado, Magalhães Barata conseguiu licença do serviço militar e retornou ao Pará para contribuir na campanha de José Américo.

Em um dos indícios consultados na Biblioteca Pública Arthur Vianna, uma história a respeito de um admirador de Magalhães Barata e José Américo chamou atenção, apesar de extensa, destaque alguns fragmentos:

Um açougueiro do mercado de São Braz, conhecido por 'bispo', quis, um dia destes 'enfeitar' o seu açougue com um cartaz em que se viam os retratos dos senhores José Américo e Joaquim Barata. (...) 'Bispo' servindo-se de dois tamboretas, um sobre o outro, trepou, equilibrou-se, com muito custo, pregou o tal 'placard' [cartaz] com os retratos dos seus 'ídolos'. Mal ele havia acabado a dura homenagem, os tamboretas desequilibraram-se, o terreno fuge-lhe debaixo dos pés e o 'Bispo' vem ao chão, com ruído. Tanto foi, porém, a sua infelicidade ou azar que, ao cair ele tentou se apoiar nos ganchos de pendurar a carne, ficando ele, por sua vez pendurado com a mão direita atravessada por aquele ferro pontiagudo em forma de anzol. Depois de muito custo ele foi tirado dessa crítica situação e me-

dicado pela assistência. Hoje, toda vez que ele olha para os retratos dos dois políticos, ele não pode deixar de fazer uma boa figa. (Folha do Norte, 05/08/1937, p. 2)

O relato do acidente de trabalho carrega uma série de elementos que representam um contexto onde o conflito entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata estava presente. A publicação foi feita durante um dos momentos de maior fervor da campanha presidencial. Embora não se saiba se o acidente realmente aconteceu, a inclusão de elementos cotidianos, citadinos, chamam atenção, principalmente quando se pensa a partir de um viés onde a redação da *Folha do Norte*, em vários momentos, diversificou a política de ataques ao seu principal adversário daquele momento. O açougueiro “Bispo” até pode nunca ter existido, mas sua função na narrativa acima era de representar os adeptos de Magalhães Barata, tais pessoas no contexto eleitoral estavam também apoiando José Américo, ou seja, existia uma fração da sociedade paraense que poderia se identificar com o perfil do trabalhador.

Sua homenagem ao líder político materializada na exposição de um cartaz com sua fotografia também estava inserida em uma prática comum em períodos eleitorais, a massificação de materiais políticos. Logicamente que o desfecho da homenagem não poderia ser diferente, após pregar os cartazes, sua queda e machucado na mão, representou o azar que tais homenagens poderiam trazer às pessoas, não à toa o título da matéria era: “sae azar, vou me benzer”.

Uma prática constante que Paulo Maranhão direcionou seu periódico no momento de afastamento de Magalhães Barata foi a de desenvolver duas frentes de ataque ao seu adversário político: 1. Acompanhar o cotidiano do ex-interventor, criticando movimentações, declarações e reuniões políticas; 2. Reconstruir alguns acontecimentos ocorridos anos antes em

sua interventoria sob sua ótica, ou seja, sempre que necessário, recorrendo a elementos que favorecesse a construção de uma narrativa pejorativa de Magalhães Barata. A primeira vertente pode ser observada no indício sobre o acidente no açougue, pois, contém elementos que naquele momento fazia parte do presente destes sujeitos.

Em contrapartida, para meios de comunicação a reconstrução do passado recente pode ser um elemento forte na estruturação de narrativas dominantes. Durante a primeira interventoria de Magalhães Barata (1930–1935) houve forte contato entre o político e os anseios da população. Por meio de reuniões, cartas, denúncias presentes em jornais, dentre outros, vários canais foram estabelecidos para uma aproximação aos anseios populares (SILVA, 2010). No mesmo contexto da formação das campanhas presidenciais, em 1937, a *Folha do Norte* publicou outra narrativa, porém, desta vez exemplificando uma das reuniões que teria ocorrido entre uma mulher e o interventor paraense, durante sua primeira gestão.

Antes de apresentá-la, vale registrar que a ambientação da trama escolhida recai exatamente em um dos canais construídos por Magalhães Barata para o atendimento de demandas da sociedade paraense, que consistia nas reuniões com o próprio interventor para apresentar algum problema e possivelmente uma solução. A reunião em questão teria ocorrido da seguinte forma: “Quando o major Barata desbaratava na interventoria, apareceu-lhe, numa quinta-feira, pela manhã, uma irrequieta baratinha para lhe fazer uma queixa.” (Folha do Norte, 27/07/1937, p. 2.). A queixa estava situada em um caso de violência doméstica, onde a denunciante relatava ser vítima de violência física do seu marido. Segundo a *Folha do Norte*, na primeira visita, Magalhães Barata teria

aconselhado que esta mulher revidasse tais violências com um cabo de vassoura, então ela seguiu a recomendação, porém, não obteve êxito.

Dessa maneira, passados cinco dias a senhora retornou com as mesmas queixas. Então Magalhães Barata foi mais enérgico, aconselhou-lhe comprar um revólver e atirar em seu marido enquanto este dormia, a senhora ficou surpresa com o conselho e lhe respondeu:

- Eu major? - Deus me livre de ser assassina e logo de meu querido marido. Ficarei mal vista pra vida inteira. Uma assassina! Trinta anos na cadeia e o que eu ganhava com isso?
- Muito. [respondeu Magalhães Barata] ganhávamos os três – o seu marido, a senhora e eu, como interventor.
- Não compreendo, major.
- É fácilmo de lhe explicar (...) vamos fazer o exemplo: - a senhora mata o seu marido. Uma vez morto, levam-no para o cemitério. A polícia leva a senhora para a cadeia como criminosa. Está tudo arrumado. O seu marido não lhe dará mais pancada. A senhora fica livre dele. A polícia não será mais incomodada e eu, pelo menos durante 30 anos, ficarei livre da senhora (Folha do Norte, 27/07/1937, p. 2.)

De maneira geral, a forma na qual foi retratada o comportamento de “conselheiro” do interventor Magalhães Barata, representava uma pessoa belicosa, em que a solução para determinados problemas sociais era a partir da violência, vulgarizando o papel de justiceiro em torno de sua figura. Apresentar aos leitores as reuniões com sarcasmo, carregava consigo uma forte crítica a um dos pilares de comunicação entre o interventor e a população. Além de mais uma vez exemplificar o quão volátil estruturou-se este conflito a partir dos meios de comunicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente escrito apresentou parte do período inicial da disputa política protagonizada por Paulo Maranhão e Magalhães Barata, figuras célebres da política paraense do século XX e que até os dias de hoje estão na história e na memória do Pará. Para isto, foi apresentado e discutido, a partir de alguns indícios, como o conflito esteve em contato com acontecimentos do cotidiano, entrelaçado com outros sujeitos históricos, proporcionando uma aproximação ao tema a partir de fontes que apresentam um cenário diferente dos debates em longos discursos de ataques mútuos ou até mesmo notícias carregadas de acontecimentos.

Não que tais fontes sejam irrelevantes, ao contrário, são importantes e necessárias, contudo, vale registrar a possibilidade de analisar este conflito a partir de outro viés, assim como seria possível a partir da literatura, de iconografias, dentre outros. Os meios de comunicação, como, por exemplo, jornais impressos, propiciam inúmeras possibilidades de análise em torno de um único objeto. O conflito entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata, diretamente, fluiu para além dos anos de 1930, estando presente nos anos 1940 (OLIVEIRA, 2020), e até os anos 1950, quando Magalhães Barata faleceu. Indiretamente, dando continuidades as heranças políticas de ambos, o conflito manteve-se vivo e pode ser analisado em elementos do tempo presente.

REFERÊNCIAS

ANGELI, Douglas Souza; SIMÕES, Rodrigo Lemos. A Nova História Política e a questão das fontes históricas. **Cippus**, v. 1, n. 2, p. 112-129, 2012.

BOSI, Ecléa. As outras testemunhas. *In*: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CORREIO DA MANHÃ. **Violência de nova espécie**. Rio de Janeiro, 22/05/1934, p. 4.

CPDOC. **MARANHÃO**, Paulo; Verbete biográfico.

FOLHA DO NORTE. **Bagaceiras**. Belém, 27/07/1937, p. 2

FOLHA DO NORTE. **Ignoramos**. Belém, 20/05/1934, p. 1.

FOLHA DO NORTE. (edição vespertina). **Sae azar, vou me benzer!** Belém, 05/08/1937, p. 2.

FOLHA DO NORTE. **Sob o**. Belém, 05/05/1934, p. 1.

FOLHA DO NORTE. **Suicidou-se o comerciante goiano desaparecido misteriosamente há quatro dias**. Belém, 19/05/1934, p. 1-2.

LIMA, Marcos Bezerra. Uma roda-gigante do poder: disputas políticas entre os jornais O Estado do Pará e Folha do Norte no contexto do movimento de 1930 em Belém do Pará. **Anais do XVI Encontro Estadual de História ANPUH-RS**, 2022.

O LIBERAL. **Pacificação da família**. Belém, 15/11/1946, p. 1-6.

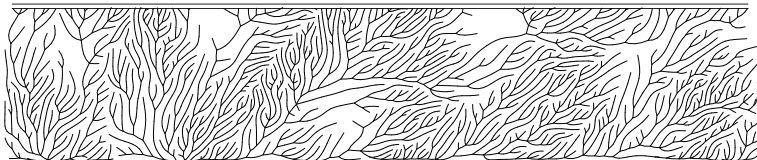
OLIVEIRA, Alessandra Nunes de. **Do embusteiro ao eminente ídolo paraense**: a disputa política entre Magalhães Barata e Paulo Maranhão nas manchetes dos jornais Folha do Norte e O Liberal. 94 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). UFPA, Belém, 2020.

RANGEL, Monique Benati. A construção da autoridade jornalística: onisciência e onipresença fundamentando o poder simbólico do jornalista. **Anais Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, vol. 27, 2004.

ROCQUE, Carlos. **Magalhães Barata**: o homem, a lenda, o político. Belém: Secult, 1999.

SILVA, Michele da Rocha. **Para serem atendidas**: cartas ao interventor Magalhães Barata, Pará (1930-1935). 178 f. Dissertação (Mestrado em História). PUC/SP, São Paulo: 2010.

RUY ANTONIO BARATA: O GOLPE DE 1964 EM MEMÓRIAS DE UM MÉDICO COMUNISTA



Jaime Cuéllar Velarde

Médico, nascido em setembro de 1944, em Óbidos, no Pará. Filho de Ruy Guilherme Paranatinga Barata e Norma Soares Barata. Formou-se na faculdade de Medicina da Universidade Federal do Pará em 1968. No período imediatamente após o golpe militar de 64, desempenhou papel de liderança no movimento universitário paraense. Liderou o movimento de ocupação da Faculdade de Medicina em 1968, a FUAP – Frente Unida de Ação Permanente, criada para coordenar a atividade política e reivindicativa do movimento acadêmico no momento de crepúsculo da UAP – União Acadêmica Paraense. Realizou Residência Médica e Pós-Graduação *Sensu Strictu*, na área de Nefrologia, na Escola Paulista de Medicina, com a tese “Ação de Nor-Adrenalina sobre a Liberação da Renina em Rins de Ratos Artificialmente Ferfundidos”. Foi o preceptor de residentes no Hospital São Paulo – Escola Paulista de Medicina do ABC Paulista. É coordenador das atividades assistencialista e de ensino em Nefrologia no Hospital Santa Marcelina, em São Paulo. No período da ditadura militar foi preso duas vezes em Belém e duas vezes na cidade de São Paulo, acusado de atividades sub-

versivas. No ano de 2001, montou em Belém a Clínica do Rim que se dedica ao tratamento de pacientes renais.¹

A presença de Ruy Antonio Barata nestas páginas é emblemática por várias razões. Destaco duas. Primeiro, é filho do poeta Ruy Guilherme Paranatinga Barata, destacado militante comunista, deputado estadual. Este contato com o “velho Ruy” conferiu-lhe uma postura eivada pelos valores políticos do pai. Segundo, destacou-se na luta pela redemocratização pela via democrática, recusando a resistência armada por entender que tal atitude afastaria o Partido Comunista Brasileiro das massas. Em abril de 1964, ainda estudante no segundo ano do Curso de Medicina, na Universidade Federal do Pará, iniciou sua saga como líder estudantil em diversas ações de solidariedade aos camaradas presos e, paralelamente, ações políticas de enfrentamento à Ditadura, chegando a ser preso quatro vezes.

Morando em São Paulo por força do ofício, é nefrologista naquela capital, suas vindas à Belém são raras. Por uma feliz coincidência, ou por providência de Clio, entre os dias 19 e 22 de agosto de 2011, sob o argumento de rever a família, estive de volta ao velho palco político de seu início de jornada. E como dias antes eu havia estabelecido contato via e-mail situando-o sobre os rumos da minha dissertação de mestrado foi uma feliz e produtiva obra do acaso. Neste clima de regozijo com as venturas da pesquisa de campo duas entrevistas foram gentilmente cedidas justo em duas tardes dos dias 19 e 22 de agosto.

As *entre-vistas* aconteceram por ocasião de uma visita à sua mãe em Belém. Foram duas tardes ensolaradas e com típico calor modorrento na capital. Assim, tive a honra de adentrar na

¹ A breve biografia de Ruy Antonio Barata foi produzida em 2004 por ocasião do lançamento do livro “1964. Relatos subversivos: os estudantes e o golpe no Pará”. A biografia de cada autor do livro aparece logo no final de cada narrativa.

casa onde Ruy Antonio Barata havia sido criado, na Avenida Generalíssimo Deodoro, no bairro de Nazaré, Belém (PA).

No meio da primeira entrevista, Ruy Antonio Barata revelou-me que aquele ambiente de nossa reunião – sala, sofá, móveis, quadros – era o mesmo desde os tempos dos anos 1960. Aquela sala havia sido testemunha/palco de reuniões políticas, familiares, conversas sobre os rumos do PCB na Amazônia. Os envolvidos naqueles colóquios eram, em geral, Dalcídio Jurandir, Humberto Lopes, Jocelyn Brasil e outros próceres da intelectualidade esquerdista amazônica. Não posso deixar de mencionar a incomensurável gratidão por Ruy Antonio Barata por me permitir adentrar naquele “lugar de memória” (NORA, 1993). Talvez aquela revelação fosse ingenuamente uma mera informação, talvez tivesse sido parte dos propósitos do próprio Ruy Antonio Barata para dar outros sentidos à entrevista e minha posterior análise acerca dos dados coletados.

Ao iniciar a conversa, contrariamente de outros narradores que me *investigaram* acerca dos interesses particulares da dissertação, Ruy Antonio Barata foi logo “despejando” informações, nomes, dados, circunstâncias. Fumando cigarros atrás de cigarros, aparentava plena ciência dos efeitos políticos desta pesquisa para a compreensão da Ditadura Militar na Amazônia Paraense. Seu projeto pessoal naquela postura estava aceso como provavelmente estiveram seus ânimos nos tempos de censura em Belém e São Paulo.

Ao ler as memórias de Ruy Antonio Barata no livro *1964. Relatos subversivos – os estudantes e golpe militar no Pará*, publicado em 2004, chamou-me atenção o fato de ser ele o único que não concluiria o curso superior na UFPA naquele fatídico ano de 1964, ele somente concluiria o curso de Medicina em 1968.

Ao longo daquela leitura algumas sensações estavam à flor da escrita de Ruy Antonio Barata. A primeira delas foi a ânsia em mostrar sua fidelidade para com as lutas que seu o “velho Ruy” vinha travando com o “baratismo” paraense. Tais embates na seara política haviam colocado aquela família como arquirrival número 1 dos grupos de direita. Magalhães Barata era conhecido adversário pela mão de ferro com que governava o estado. Contrariar suas vontades era assinar uma declaração de guerra. O “velho Ruy” não se furtou ao enfrentamento e, por consequência, Ruy Antonio Barata não ficara imune àquele ambiente de perseguições, discussões, reuniões, tramias e conchavos tão típicos dos circuitos do poder.

Assim, com o Golpe Militar e as estratégias adotadas pelos coronéis inseridos na política amazônica pelo peso da farda foram a gota d’água que faltava para uma tomada de decisão por parte de Ruy Antonio Barata. Tal atitude mudaria drasticamente toda sua trajetória de vida, pois como ele próprio relata foi impossível permanecer inerte diante da nova cena política pela qual passava o Brasil. Assim, Ruy Antonio Barata relatou seus primeiros momentos no movimento universitário da seguinte forma:

Em outubro de 1964 passei a integrar os quadros do PCB, recrutado pelo estudante de economia Manoel Bosco de Almeida, responsável pelo setor estudantil. O poeta Ruy Guilherme Paranatinga Barata, despojado de seus empregos, assumiria a direção política do PCB no Pará até o fechamento total da ditadura (...). Os anos que se seguiram seriam marcados pelo ascenso do movimento estudantil, no qual assumi papel de liderança e dirigente do PCB para o setor universitário do Pará, até a edição do AI-5, quando me formei médico, em dezembro de 1968, pela Universidade Federal do Pará (BARATA, 2004, p. 304).

Naquelas alturas, o “velho Ruy” já havia sido preso, libertado, perseguido e já não mais gozava das prerrogativas de um cidadão comum naquele Estado de exceções. Os novos empoderados na Amazônia o haviam marcado como “subversivo”, “comunista”, “agitador”, dentre outros adjetivos sempre negativados.

O primeiro contato com a notícia de desbaratamento do SLARDES por parte dos “lenços brancos” foi por meio de uma conversa com sua irmã. Não estava na cena fatídica que quase todos lembraram ao iniciar suas memórias sobre o período de exceção na Amazônia Paraense. É também o único depoente que se refere diretamente a este grupo como consequência de um projeto ideológico doutrinado pela *direitalha*. Abaixo, Ruy Antonio Barata permite maior entendimento ao lembrar-se da conversa com Maria Diva, sua irmã.

- Mano, tu já sabes da maior? – perguntou minha irmã, visivelmente abalada.

- Estou completamente por fora, respondi.

- Os filhos dos fazendeiros do Marajó invadiram o SLARDES e foi o maior quebra-pau.

Maria Diva estivera no seminário, com papai. Ela, na condição de membro do departamento social da UAP, recepcionava os convidados, quando foi avisada por uma colega da Faculdade de Engenharia que o local seria invadido pela “direita” com o apoio de “soldados da Polícia Militar e da Aeronáutica”... A informação era quente.

Em poucos minutos o recinto foi tomado pelo grupo de assalto. Jovens e robustos rapazes, arregimentados entre os filhos da decadente nobreza marajoara, transtornados pela raiva, exibiram conhecimento técnico passível do orgulho de seu instrutor – um oficial de artilharia que faria carreira no período autoritário que se anunciava.

- Parecia que estavam drogados! Os olhos injetados na face lívida pelo ódio demonstravam que vinham preparados pra arrebentar – relatou Maria Diva.

Munidos de porretes e enfeitados com lenços brancos pro-

moveram um espetáculo de barbárie, que até hoje deve envergonhá-los² (BARATA, 2004, p. 272-73).

Pelos grifos é perceptível o quanto aquela cena, mesmo não experimentada in loco, foi traumática e está em contínua encenação na memória de Ruy Antonio Barata. A invasão do I SLARDES, no auditório de Odontologia, na Praça Batista Campos, em 30 de março de 1964 (dois dias antes do Golpe) é narrada por todos os depoentes desta Dissertação. Mas o único que percebeu aquele episódio como fruto de “transtorno pela raiva” ou pelo ódio perceptível nas “faces lívidas”, foi Ruy Antonio Barata. Não pretendo descartar tais sensações negativas nas atitudes daqueles jovens de lenços brancos envoltos no pescoço. Afinal de contas, eram filhos de elites agrárias em decadência econômica. Aviltar o SLARDES podia ter significados de defesa dos *status quo* deles próprios e dos pais.

Todos os demais depoentes desta dissertação ao visitar os recônditos da memória deram um significado comum à invasão do SLARDES: tratou-se de um episódio motivado pela desesperança de pais e filhos das elites oligárquicas do Marajó que, ao perder patrimônios, atribuíam toda a culpa às tendências sindicalistas do governo de João Goulart. Não pensa assim Ruy Antonio Barata. Sobre esta temática, Ruy Antonio Barata lança mão de suas recordações de um diálogo com o “velho Ruy”, acontecido na noite de 1º de abril de 1964, já com o Golpe em curso, ao tratar da invasão da UAP e prisão dos estudantes.

- Está na rua um golpe militar maquinado pelos americanos e pelos reacionários que se sentem ameaçados de perder seus privilégios construídos sobre a miséria que tu mesmo presencias todos os dias nos porões da Santa Casa, onde aprendes a tua medicina (BARATA, 2004, p. 275).

² Grifos meus.

Pelo diálogo entre pai e filho, aquela cena mostra as primeiras impressões sobre o Golpe em curso. É uma concepção, tal qual pensava o “velho Ruy”, que compreendia todos aqueles cenários dos últimos dias de março e início de abril como um evento motivado pela conjuntura internacional. Ou seja, as culpas do desbaratamento do SLARDES (30 de março) e invasão da UAP (1º de abril) eram fruto de um projeto político patrocinado pelo imperialismo americano. Aqui, cabe lembrar, segundo o próprio narrador, a densa formação marxista estruturalista recebida na educação dada pelos pais (Ruy Paranatinga e Norma Barata) e na Faculdade de Medicina. Desta forma, tomando por base este dado, pude compreender que as “batalhas da memória” (REIS, 2004), em constantes movimentos, estão intrinsecamente ligadas às identidades construídas pelos sujeitos que dão significados aos eventos passados.

É claro que havia tradição de militância política por parte dos acadêmicos de Medicina, na UFPA, isto deve ser registrado para justificar a presença de Ruy Antonio Barata nos quadros do movimento universitário amazônico, entretanto, o carinho, respeito, admiração nutrida pela figura do avô – Alarico Barata, advogado de reputado lastro na defesa dos mais fracos –, e pelo “velho Ruy”, contaram sumamente para maior empenho no papel de liderança universitária.

Participar da luta estudantil foi um projeto de ajustes de contas contra os algozes de seus amigos e das causas defendidas pelo “velho Ruy”? Esta questão me surgiu quando vi a determinação do corpo, na ênfase de cada palavra pronunciada para “desmascarar” aquilo que não havia sido contado para um historiador. Assim, não se tratava de mera recusa do projeto de governo implantado pelos militares porque partia de um pensamento direitista retrógrado e avesso a avanços em seto-

res agrários, administrativos, etc. Mais do que isso, a postura encabeçadora junto ao movimento acadêmico era reflexo da fidelidade aos valores familiares apreendidos do “velho Ruy” e de dona Norma.

Ruy Antonio Barata naquele momento era um jovem convicto pelas necessidades de mudanças na ordem social? Esta foi outra questão que se postou. No ano de 1964, já conhecia as agruras das dependências clínicas do estado. A leitura da realidade médica na Santa Casa de Misericórdia, no início do “túnel de mangueiras” da Avenida Generalíssimo Deodoro, era de abandono e desleixo por parte do poder central, disse ele antes de ser gravado. Aquele ambiente o afetava a ponto de engajá-lo numa cruzada contra os militares cuja finalidade era as reformas na área da saúde pública? Esta resposta foi dada em depoimento contundente que não deixa dúvidas. Vejamos

Aos meus olhos de acadêmico, os infectos porões da Santa Casa eram a manifestação mais grotesca da humilhação de seres humanos e da pobreza abissal do Pará. Miseráveis indigentes purgavam aos cambulhões naquela antecâmara do inferno. Deitavam-se em leitos enferrujados cobertos por lençóis de morim ordinário e vestiam um impiedoso camião do mesmo tecido amarrado nas costas por fitinhas de nastro. Eram portadores de leishmaniose, blastomicose, tuberculose, impaludismo, desnutrição, amebíase, giardíase, parasitoses diversas e outras patologias, de fácil superação pela aplicação de medidas simples de saúde pública.

A falta de água tratada e as mínimas condições sanitárias, determinavam alarmantes índices de mortalidade infantil cujo símbolo era o desfile diário pelas ruas da cidade de enormes carros fúnebres brancos envidraçados, à maneira de redomas caprichosamente decoradas, para o enterro dos anjinhos.

O diagnóstico mais frequente na Santa Casa era Síndrome Anêmico Parasitário, expressão cunhada pelos esculápios paraenses para designar uma mistura de desnutrição proteica, redução dos desenvolvimentos físico-mental e ane-

mia produzida por verminose. Inadmissivelmente, não havia leite para as crianças pobres. Restava-lhes matar a fome com mingau de carimã (farinha de mandioca isenta de proteínas). Morriam aos borbotões: opados e buchudos. E nasciam primitivamente sem cuidados médicos. Os versos do poema “O Nativo” do velho Ruy aí cabiam como luva: “E nascem porque nascer faz parte da emboscada”³ (BARATA, 2004, pp. 275-76).

O depoimento acima é emblemático pela metáfora elaborada a partir dos “infectos porões” vivenciados por ele e pelos doentes na Santa Casa de Misericórdia. Nesta construção de Ruy Antonio Barata, é possível ver o Estado do Pará como representativo daquele espaço fétido e em decomposição. A fala do depoente permite ainda vislumbrar a pobreza, péssimas condições de vida e dificuldades de acesso ao exercício da cidadania para a maior parte da população. Ao citar as doenças, Ruy se apressa em mostrar “parasitas” habitando e sugando a vida dos doentes. Com isso, é bem provável que a narrativa tenha o interesse em perceber a classe política da Amazônia Paraense não só como responsável pela má administração, mas como causadora dos males que afligiam o estado.

Ruy Antonio Barata não poupa sequer a cultura gastronômica amazônica ao acusar os “mingaus de carimã” como responsáveis por uma sociedade “malnutrida”, “faminta”. Novamente é preciso adentrar nesta seara partindo da premissa que o depoente fala por metáforas médicas. Se assim nos propusermos a fazer, posso depreender que as “proteínas ausentes” no mingau sejam as ideias, críticas, posturas políticas já praticadas em outros circuitos culturais e, por estas bandas, ainda mal ensaiadas ou sequer assinaladas nas práticas e discursos de nossas gentes.

³ Grifos meus.

O que faltava ao povo para melhor nutrir-se? Estavam famintos de quê? Penso que os ouvidos atentos de Ruy Antonio Barata nas salas de reuniões – algumas secretas, outras não – do “velho Ruy”, os olhos investigativos nos porões da Santa Casa de Misericórdia, nas participações e audições de Conselhos Universitários – a ponto de encabeçar depois o movimento de ocupação da UFPA, descrito adiante –, são prováveis direções a serem trilhadas para compreender o que este sujeito “medicaria” aos “doentes e famintos”. Inegavelmente estava diante de mim um depoente ávido por mostrar suas diversas facetas identitárias: médico, comunista e, acima de tudo, um insatisfeito cidadão com os rumos administrativos da cidade e da região.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ANTONACCI, Maria Antonieta. O passado presente em memórias de Melgaço. *In*: PACHECO, Agenor Sarraf. *À Margem dos “Marajós”*: cotidiano, memórias e imagens da “Cidade-Floresta” – Melgaço/PA. Belém: Paka-Tatu, 2006.

AQUINO, Maria de Aparecido. **Censura Imprensa, Estado Autoritário (1968-78)**: o exercício cotidiano da dominação e da resistência O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: Edusc, 1999.

_____. Brasil: golpe de estado de 1964. Que estado, país, sociedade são esses? *In*: **Projeto História** nº 29. São Paulo, Educ, 2004, p. 87-105.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. *In*: **Enciclopédia Enaudi**, nº 5, Anthropos, Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.

BETTO, Frei. **Fidel e a Religião**. Conversas com Frei Betto. São Paulo: Editora Brasiliense. 23ª edição 1985.

CUNHA, Raquel & SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. Um olhar à cidade de Belém sob o Golpe de 1964: paisagens e memórias de estudantes e artistas. **Illuminuras**, vol. 10, nº 23. Porto Alegre/RS, 2009.

DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França Moderna**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

DINES, Alberto. **Prefácio História de jornal, jornal da história: os anos de chumbo**. São Paulo: Edusc, 1999.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: Temporalidades e Interpretações. *In*: REIS, Daniel Aarão & RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru (SP): Edusc, 2004, p. 15-28.

FICO, Carlos. A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura. *In*: REIS, Daniel Aarão & RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru (SP): Edusc, 2004, p. 265-276.

FIGUEIREDO, Eurídice. **Construção de identidades pós-coloniais na literatura antilhana**. EDUFF, 1998.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A Ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GLISSANT, Édouard. Cultura e Identidade. *In*: **Introdução a uma poética da diversidade**. Tradução de Enilce do Carmo Albergaria Rocha. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005, p. 71-95.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG & Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KHOURY, Yara Aun. Apresentação. *In*: PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. Tradução de Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010. p. 7-18.

KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda. *In*: REIS, Daniel Aarão & RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru (SP). Edusc, 2004, p. 249-264.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Comemorar, celebrar, refletir? *In: Projeto História*, nº 20, PUC/São Paulo, Educ, abril/2000, p. 329-331.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a crise de 1964 no traço da caricatura. *In: REIS, Daniel Aarão & RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru (SP): Edusc, 2004, p. 179-202.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *In: Projeto História*, nº 10, PUC/São Paulo: EDUC, 1993, p. 7-28.

OLIVEIRA, Alfredo Oliveira. **Cabanos & Camaradas**. Belém: Alfredo Oliveira. 2010.

PETT, Pere. A política dos governos militares no Pará: 1964-1985. *In: FONTES, Edilza (org.). Contando a História do Pará*. Vol. II: Os conflitos e os grandes projetos na Amazônia contemporânea (séc. XX). Belém: E-Motion. 2002. p. 71-100.

_____. **Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003.

_____. Os governos brasileiros e a “ocupação” e o “desenvolvimento” da Amazônia: 1960-2005. *In: CHAMBOULEYRON, Rafael & ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado. Trópicos de História: Gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém: Ed. Açaí. 2010.

PETT, Pere & VELARDE, Jaime Cuéllar. O golpe de 1964 e a instauração da Ditadura Civil-Militar no Pará: apoios e resistências. **Estudos Históricos**, vol. 25, Rio de Janeiro, 2012, p. 169-189.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *In: Projeto História*, nº 15, São Paulo: EDUC, 1997.

_____. Forma e significado na história oral. A pesquisa como um experimento de igualdade. *In: Projeto História*, nº 14. São Paulo: EDUC, 1997a, p. 7-24.

_____. O que faz a história oral diferente. *In: Projeto História*, nº 14. São Paulo: EDUC, Fevereiro/1997b, p. 25-40.

_____. História Oral como gênero. *In: Projeto História*, nº 22. PUC/São Paulo: EDUC, junho/2001, p. 09-36.

_____. **Ensaio de História Oral.** Tradução de Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade.** São Paulo: Zahar, 2000.

RIBEIRO, Marcus Vinício. **Brasil Vivo.** Petrópolis: Vozes, 1991.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro, Graal, 1977.

SARLO, Beatriz. **Paisagens imaginárias:** Intelectuais, Artes e Meios de Comunicação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Trad. Rubia Prates e Sérgio Molina. 1997.

_____. **Tempo passado:** cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história. *In:* BRESCIANI, Maria Stella e NAXARA, Márcia Regina C. (orgs.). Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

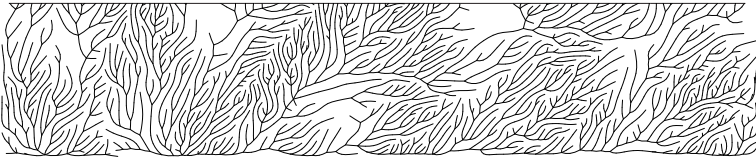
THOMPSON, Paul. História Oral e contemporaneidade. *In:* **História Oral**, PUC/São Paulo, junho/2002, p. 09-28.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a Memória: Questão sobre a relação entre História Oral e as memórias. *In:* **Projeto História**, nº 15. PUC/São Paulo, 1997, p. 51-71.

_____. Memórias dos Anzac: colocando em prática a teoria da memória popular na Austrália. *In:* **História Oral**, PUC/São Paulo, junho/2001, p. 85-101.

VALLE, Maria Ribeiro do. **1968.** O Diálogo é a Violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campinas: Unicamp, 2008.

O PARADOXO ENTRE A MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO: UMA PESQUISA SOBRE A CASA DAS ONZE JANELAS



Carolina Costa

INTRODUÇÃO

A pesquisa modificada em sua metodologia a partir da *Escola dos Annales*, nos faz questionar constantemente a escolha da produção essencialmente narrativa dos acontecimentos, anacrônica e positivista, que muitos historiadores acabam por cair, do campo de análise das estruturas. Ou seja, cabe aos novos historiadores o desempenho de guardar, relembrar, alarmar a memória daqueles que insistem em esquecer Eric Hobsbawm (1995), para além do contar a história factual, mas ligar os tempos históricos e os acontecimentos embasando toda uma reflexão profunda das modificações. Porém, como o historiador pode lidar com a escolha do objeto, seu perfil, suas particularidades a partir dos ensinamentos dos Annales, se automaticamente ao escolher ele esquece?

Pierre Nora (1993), explica que a memória se refugia no foco dado a ela, tornando-se assim viva. E que se em algum momento sua simbologia for silenciada, a garantia da lembrança é cristalizada e a experiência de quem viveu o período é esquecida, dando espaço apenas para novas lembranças, em suma, de quem não participou e reproduz o discurso desinformado. O maior erro da historiografia é não limitar seu campo de atuação se em narrativa ou reflexiva, principalmente quando se fala em história social, pois se reflexiva, todo um embasamento é necessário como forma de esclarecer os fios soltos. Voltamos, portanto, ao ciclo paradoxal.

A Casa das Onze Janelas é a própria personificação como campo de transformação da memória em esquecimento, quando ela esquece seu passado repressivo quanto 5ª Companhia de Guardas, local de torturas, aprisionamentos e transforma em ponto festivo de encontros sociais sem a instrução ou comunicação dos fatos ocorridos ali. Portanto, para seguir a estrutura reflexiva precisamos compreender que o conhecimento histórico não está restrito ao evento apenas de 1964, como também a aplicação e ressignificação com o projeto Feliz Lusitânia e a forma que ele impacta no hoje.

E no que diz respeito a História do Brasil encontramos diversos fios soltos e por vezes mal resolvidos e, mesmo com todas as alterações sociais, avanços tecnológicos, não podemos deixar de notar remorsos e consequências agravadas com esses tempos históricos, como desigualdades, injustiças sociais, preconceitos, concepções políticas e o senso comum fortalecendo o esquecimento a favor das elites do atraso. O que não lhes é interessante disciplinar e instruir criticamente através do conhecimento os indivíduos sociais.

A memória escolhida (paradoxalmente), que podemos destacar dentro do presente artigo, tentando não esquecer,

mas interligar e mostrar que na verdade o presente da Casa das Onze Janelas é um resultante do seu passado, está no tempo histórico compreendido como Ditadura Civil Militar do Brasil, que através de uma ação em conjunto, com apoio popular, os militares tomaram o controle político do Brasil, mas que ao longo dos seus 21 anos demonstrou-se repressivo e ditatorial em suas decisões, impedindo todo tipo de resistência. Essa que como muita luta demarcava seu espaço em formas de protestos velados para não cair em censura, ou da sua forma mais radical, a luta armada. Por mais que a lei da Anistia tenha vindo como uma tentativa de perdoar, apagar os acontecidos dos dois lados, é justamente a memória que alimenta as constantes discussões atuais sobre o período, onde questiona-se “volta ou não volta a ditadura no Brasil?”.

Afinal o que seria a memória? Pierre Nora (1993) conceitua memória como: uma “economia geral” e “administração” do passado no presente, o que nos força a perceber que a memória não é um “objeto” perdido no tempo, mas uma narrativa seletiva, que obedece às conjunturas do presente. Michael Pollak (1989), tem papel fundamental, visto que se interessa justamente pelas disputas das memórias em função do silêncio e do esquecimento, principalmente quando se trata de memórias subterrâneas, ocultas, que a qualquer momento podem vir à tona cobrar o passado no presente com novas reivindicações. Outro ponto destacado por Pollack é o uso da metodologia oral no processo de construção de uma identidade influenciada por muito tempo pelo silêncio quando se trata de assuntos densos, ou sobre processos sociais de dominação, onde o “esquecimento” trabalha em função de uma seletiva e um enquadramento necessário para a transmissão da “história oficial”, a história escolhida para contar. Neste sentido, devemos pensar o espaço da Casa das Onze Janelas como um

local onde houve um investimento em um determinado tipo de memória, alvo de uma seleção condicionada por questões de época que, dada a situação de nosso próprio presente, precisamos enfrentar.

O TEMPO HISTÓRICO DA DITADURA E O ESQUECIMENTO DA CASA DAS ONZE JANELAS

A Casa das Onze Janelas, hoje Museu de Arte Moderna e Contemporânea do Estado, pertencente ao complexo Feliz Lusitânia que passou por todo um processo de musealização e revitalização, localizada no bairro da Cidade Velha em Belém, foi utilizada como prisão durante a ditadura militar, pois, à época correspondia a 5ª Companhia de Guardas da Polícia Militar, mas que hoje não conta este passado, Alfredo Oliveira (2010). Mas não nos cabe discutir a proposta museológica do projeto Feliz Lusitânia por si, mas o que ela gerou a partir de sua ressignificação. E tudo isso reflete diretamente na relação construída entre memória e esquecimento que envolve a atual Casa das Onze Janelas.

A construção foi erguida no século XVII, pertencia originalmente ao Senhor de Engenho de Açúcar Domingos da Costa Bacelar, que se hospedava durante suas vindas à Belém, para novos negócios comerciais, Rodrigues (2013). Anos depois, a residência foi comprada pelo Governador Francisco Ataíde Teive e cedida para ser o Hospital Real, após as reformas realizadas pelo arquiteto Antônio José Landi, visto que o Forte, antigo quartel militar, como um improvisado local de doentes, já não comportava a quantidade de pacientes em seus espaços Mokarzel (2013). O Hospital Real Militar funcionou até o ano de 1870 com atendimento aos doentes. E então, abrigou o Corpo da Guarda e a Subsistência do Exército, até

fins do século XX.

**Figura 1 - Casa das Onze Janelas Utilizada para atividades militares –
Aspecto do edifício durante os anos 1937 a 1947.**



Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=142028>

Acima corresponde a uma foto do prédio quando correspondia ainda à 5ª Companhia de Guardas. Ao decorrer dos anos as mudanças não deixaram de acontecer, apesar da fachada permanecer estampando suas janelas. A mudança mais recente foi dentro do projeto de revitalização do centro histórico de Belém, realizada no período entre 1997 até 2002, conhecida como Projeto Feliz Lusitânia, elaborado pelo arquiteto Paulo Chaves e sua equipe, onde um conjunto de nove espaços históricos foi transformado em museus, caracterizando o projeto como um complexo turístico do Governo do Estado. A Casa

das Onze Janelas especificamente, funciona como o Museu de Arte Moderna e Contemporânea com vasto acervo artístico.

A famosa 5º Companhia de Guardas, um dos locais de prisões durante o regime político de 1964, teve a primeiro momento sua função prisional que se deu pelo motivo óbvio de já estar ocupado pela polícia militar e, por mais que lá tenham sido reclusos presos de forma temporária, sua fama como ponto de atuação estava no fato em que os encaminhados para lá prestavam depoimentos e a partir daí, como um local de passagem era decidido o destino desse subversivo. Dentre os encaminhados para depoimentos e prisões nestes espaços até este momento da pesquisa estavam: Pedro Galvão, Jesus de Paes Loureiro, Ruy Barata, Raimundo Jinkings, Itair Silva, José Seráfico de Carvalho, Benedito Monteiro, José Dantas, Sandoval Barbosa, Sá Pereira, Manoel Bulcão e Serrão Castro, Adelino Cerqueira, Francisco Costa, Avelino Vale, entre outros.

Todos esses presos políticos mencionados possuem certas características em comum: além de terem passado pela 5º Companhia de guardas, tratavam-se de partidários contrários ao regime político Civil-Militar, membros de sindicatos e com afinidades com o Partido Comunista do Brasil (PCB), ou com a União Nacional dos Estudantes (UNE), considerados assim, como uma ameaça ao projeto de ordem que vinha sendo implantado no Brasil. Alguns desses nomes não só tiveram participação na resistência no Pará, como também atuaram em outros polos de resistência, motivo pelo qual alguns sofreram pesadas repressões, como torturas, mortes, e por vezes, nem identificados.

Por isso, ao citarmos a 5ª Companhia de Guardas na sua função de repressão e prisão, é relembrar um passado de dor e revolta, principalmente após o momento que o local

onde ficavam as celas, hoje depois de fechar, novos projetos e reabertura, funciona o “Bar das Onze”, ponto de requinte da elite paraense, por sua estrutura rústica e sofisticada. Em entrevista à autora do projeto, em 2018, Paes Loureiro, um dos encaminhados para a 5ª Companhia de Guardas, fala sobre sua angústia ao pensar que foi “passado uma borracha” após a restauração e nova proposta para o espaço que antes atuou dentro do momento de duras torturas, “tapas na cara e ameaças de não deixar dormir à noite inteira” Loureiro (2018). E que seu principal incômodo está no fato que não há sequer uma citação sobre sua atuação ou sobre os destinos definidos ali em durante a vigência do golpe, tudo anulado e transformado para o benefício de empresas particulares.

Na noite de 31 de março/ 1º de abril, também na capital paraense, o golpe foi aplicado, mostrando-se para além do caráter de defesa, mas sim de impor a presença e pensamentos extremistas, ditatoriais, muitos estudantes, representantes sindicais e intelectuais que faziam oposição ao que era colocado pelos militares foram presos, e parte deles foram encaminhados para prestar depoimentos na Casa das Onze Janelas e de lá seu destino era decidido. Acontece que mesmo com vinte e um anos de atuação, percebe-se que todos os ocorridos, os nomes encaminhados, ou os que permaneceram por pouco tempo recluso no local, não são lembrados, nem citados no processo de musicalização do prédio. Por qual motivo?

O ponto de problemática está justamente neste fato, não sobre o uso ressignificado, mas sobre o esquecimento, apagamento, silenciamento de um momento histórico essencial que não consta nem no livro produzido pela SECULT (1997), que teve por ideia criar um passado histórico e arqueológico sobre os prédios pertencentes ao projeto, assim como também não consta na placa logo ao entrar na Casa das Onze Janelas,

que também faz um breve histórico sobre suas funções, muito menos nos espaços/ salas de visitas destinados à exposições artísticas. Sendo assim, um potencial atrativo turístico da cidade, atende ao público local e turista de terça à quinta, excursão escolar também, além de ser local quase certo de fotos de formandos de diversos cursos, muito por sua beleza exuberante e significação.

FIGURAS 2 E 3 - Visão da Baía do Guajará vista do 2º andar da Casa das Onze Janelas e visitação escolar.



Fonte: acervo Pessoal Carolina Costa (2017).

FIGURA 4 - Faixada frontal e posterior da Casa das Onze Janelas.



Fonte: acervo Pessoal Carolina Costa (2017).

Todas essas realizações patrimoniais privilegiam a manutenção da memória do local, contudo, é importante tentar perceber de qual memória é mantida e de que forma ela domina o público visitante como lugar de consumo, por vezes com identificação de pertencimento ou não, é aí que entra o Estado, com o papel de preparar o espaço para que o visitante possa se ver representado historicamente pelo local em sua memória.

Ao não reconhecer sua própria memória, tópico o Estado oferecer-lhe condições de uso social. Também neste sentido, aprofundam-se as distâncias entre o estado e sociedade no Brasil, lugares periferizados no Estado e quase invisíveis socialmente, os arquivos públicos talvez sejam também agentes do esquecimento. De um lado, esta vocação “involuntária” parece imposta pela própria trajetória do Estado no Brasil, de outro, porém, talvez as práticas de gestão dos seus estoques informacionais isoladas do universo social mais amplo, cabem por retificar a produção do esquecimento (JARDIM, 1995).

E o ponto de percepção sobre a Casa das Onze Janelas está no campo da disputa entre a memória, e principalmente se é realmente possível delimitar o período analisado, pois quando se fala de memória, percebe-se um discurso reforçado, contado de gerações para gerações, escolhida e reproduzido a escolha de quem conta, por isso, percebemos que mesmo com toda função desenvolvida pelo espaço como museu, o local onde a história deveria ser guardada e preservada, na verdade há uma escolha de qual história está é contada. E não há uma lembrança cultivada sobre o ponto específico de sua função durante a ditadura civil militar de 1964 vivida no Brasil. Por isso, o historiador deve encarar o objeto como um resultado de uma luta de classes que envolve o político, o econômico, social ou ideológico do processo histórico até então, como o

1964 no Brasil. Delimitar seria exemplificar os pontos percorridos pela memória, pontualmente, nos primeiros meses de 1964, depois quando os ânimos acirraram mais um pouco em 1968 em reflexo com o construído hoje, o museu de arte contemporânea, Casa das Onze Janelas, pois não há como construir análise se a delimitação focar apenas em números, anos, mas sim acontecimentos, disputas e resultados.

Michael Pollak (1989), afirma que a memória pode selecionar a lembrança, e que o esquecimento de períodos como estes, traumáticos, podem causar o esquecimento, por medo da reprodução, da represália ou do próprio trauma. Pois, a memória oficialmente construída segue a trabalho de desmitificar a memória subterrânea, selecionando os momentos segundo o interesse do grupo social que conta. Portanto, se há um apagamento, um esquecimento ou uma seleção da memória referente a este período, o desafio sobre as metodologias perpassa desde as poucas documentações, mas sobretudo a fonte oral, que sugere ao historiador desafios dentro próprio campo metodológico e científico ao lidar com essas fontes.

De guardiões do passado a produtores da história do tempo presente, o pesquisador das ciências humanas lida com o caminho proposto pelas escolas dos Annales de aproximação com objeto, sobretudo, o olhar voltado para a micro-história, a vista de baixo, para as mudanças a partir do social e não apenas do grande.

No que se refere ao dilema, paradoxo proposto para este artigo, em cima da memória e esquecimento contrapondo o período do regime militar de 1964 e o apagamento da história dos locais de memórias construído por Pierre Nora (1993), lidamos com o desafio de compreender tanto os usufrutos da memória, como a reconstrução através da metodologia proposta, a oral, muito por conta de que os documentos da época

ou não eram produzidos, ou foram restritos, apagados, desaparecidos, a fim de evitar contraversões.

O historiador em seu processo de formação passa por diversos desafios a serem superados, que ao decorrer das mudanças sociais ficam mais complexos de solucionar, entre estes estão o uso da fonte e delimitação: achar a fonte adequada à sua pesquisa, metodologia de tratamento, a delimitação e o mais difícil, o olhar moderado sob a fonte, ou seja, não privilegiado, neutro.

Porém, recaí sob o historiador a influência do seu tempo, espaço e meio social, por isso, o desafio sobretudo de não se tornar um justiceiro da história, principalmente quando se refere a memória e esquecimento, pois está lidando diretamente com os discursos selecionados de quem os conta. Em vista disso, este deve apagar-se o máximo possível e aplicar sua função mediadora do conhecimento, compreendendo que está inserido no espaço e no objeto, possibilitando o olhar atento, mas não “corrompido” sob pena de perder credibilidade do ofício. Mas a neutralidade não diz respeito a se tornar apenas um narrador, pois aí recaí sobre a história anacrônica, factual, mas sim a partir do encaminhamento das visões, despertando no leitor a vontade de saber mais, procurar mais, a ponto de construir seu próprio olhar crítico acerca do momento histórico. Afinal, a história é formada por versões construídas por homens carregados de subjetividade, como já foi dito, portanto, não podemos entender uma versão apenas como a verdade absoluta, ou seja, conduzir uma investigação com todo rigor exigido e ao final divulgar os dados de forma fria.

Mas seria possível ser neutro? Qual a distância correta a se manter do passado pesquisado, tentando não projetar seus conceitos e preconceitos, fantasias e interesses sobre este? A verdade é que se trata de uma linha bem tênue, pois ao carre-

gar o conhecimento do passado e analisar os acontecimentos a partir disto, o historiador problematiza o fato a fim de evitar ou pelo menos chamar atenção para que este não se repita, para que a percepção em cima do acontecimento seja atenta ao ponto de os sujeitos identificá-las com o olhar alerta.

Eu gostaria de apagar, de alguma forma, o meu eu e deixar somente as coisas falarem e fazer aparecer as forças poderosas que, surgidas e intensificadas, dirigiram-se uma contra a outra em uma luta sangrenta e terrível, mas que traziam em si a solução dos problemas mais essenciais do mundo (RANKE, 1890, p. 33).

Sempre carregada de paradoxos a historiografia ao mesmo tempo que tem historiadores que defendem a neutralidade, há quem diga que, ao se desprover da criticidade própria sobre a produção, seguindo por trás da crônica contemporânea, não é de forma alguma um historiador.

Não é que se possa exigir dele que, no seu íntimo, seja desprovido de opiniões pessoais, sem nenhum tipo de preferências, sem crenças, sem patriotismos. Mas é necessário que ele tenha bastante força de espírito e bastante independência em relação a si mesmo para que, no momento do seu trabalho, no momento em que procura a verdade histórica, aja como se não tivesse nem opinião política, nem crenças pessoais, nem mesmo patriotismo (MICHELET, 2002).

Por isso, a verdade é que o historiador está sempre posicionado ao passado e ao presente como um espelho, afinal, a história é uma construção cíclica, então por mais que se reflita sujeitos diferentes, ainda sim é o reflexo de suas angústias e percepções do contraposto com o passado, e é isto que lhe dá o caráter de pertencimento, de aproximação, de lugar de fala, pois a crítica apenas às fontes não reconstrói os fatos, sim ao passo em que se coloca em primeiro plano a interpretação.

Portanto, a subjetividade não deve ser utilizada como um dilema, mas sim uma fonte de conhecimento, sobretudo, o seu eu histórico.

[...] qualquer coisa que ele faça, o espírito público do seu tempo reage sobre ele [...]. Sua maneira de considerar a história é imposta ao historiador pelo seu tempo. O ponto de vista no qual se situa não é determinado, como nas ciências, pelo estado do desenvolvimento dos conhecimentos, mas pelo estado de civilização do público ao qual se dirige e ao qual ele mesmo pertence. [...]. Cada época refaz sua história, transpõe-na, de certa forma, em um tom que lhe é apropriado. [...]. O historiador é dominado, sem perceber, pelas ideias religiosas, filosóficas, políticas que circulam ao seu redor (PIRENNE, 1897, p. 50-57).

A partir do séc. XX foi atribuído ao homem o direito à memória coletiva como garantia do conhecimento da verdade, para impedir o negacionismo e a constante revisitação “magoadá” sobre os acontecimentos do passado, porém, ao que se refere aos acontecimentos de 1964 este fato fica um tanto complicado, muito fortalecido pela lei da Anistia, que com sua concretização como um acordo silenciou os discursos dos ditos subversivos, como dito anteriormente, ocupado por estudantes, sindicalistas e todos aqueles que faziam movimento contra o regime em vigência.

Portanto, utilizar metodologias ressalta que o conhecimento histórico é aquele que impacta no hoje, mas de forma consciente, por isso a maior projeção. O mesmo, necessita assim de uma interpretação principalmente no que se encontra escondido, silenciado, mascarado pelas disputas da memória, sem se perder ou colocar em xeque a veracidade da escolha da fonte, mas sim exemplificar de que forma a fonte pode acrescentar, claro, com cuidado e seleção como qualquer utilizada.

Vivemos tempos de retrocessos, negacionismos e reprodução de discursos falsos, os chamados *Fakes News*, para fortalecer os discursos com características totalitárias, fascistas, sobretudo que exaltam períodos históricos como o 1964, como forma de conseguir adeptos com pensamentos extremistas, antissociais e que tem mostrado sucesso em retirar ou privar direitos já adquiridos. Mas é claro que como todo momento histórico, a resistência faz-se presente e a melhor forma que fortalecer essa resistência é através do conhecimento, através da divulgação e apropriação dos fatos.

A referência das memórias de vidas, lutas, locais e formação que são silenciadas não podem se tornar para poucos, não é sobre ser justiceiro no teor de vingança, mas sobre justiça, pois, se foi dito que faz parte da função do historiador mediar o conhecimento, dialogando com o passado e o seu presente, de forma crítica, dispondo de metodologias que construam o ainda não divulgado, ou já visitado, a fim de fortalecer e mostrar as versões históricas como resistência a história oficial resolvendo e respondendo aos paradoxos.

REFERÊNCIAS

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

FALCÃO, Andréa. Museu como lugar de memória. In: **Salto para o Futuro:** Museu e Escola: educação formal e não-formal. Brasília: Ministério da Educação, 2009, pp. 10-21.

ALCÁZAR GARRIDO, Joan del. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, vol. 13, nº 25/26, set/92–ago/93.

JARDIM, José Maria. A Invenção da Memória nos Arquivos Públicos. **Ciência da Informação** - vol. 25, nº 2, 1995.

JIMERSON, Randall C. Archives for all: The importance of Archives in Society. *In: Anais XV Congresso Brasileiro de Arquivologia*. Goiânia, 2008, páginas 1-18.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Unicamp, 2003. p. 207-233, 419-476.

LOUREIRO, Paes. **Entrevista concedida a Carolina Costa**. Belém: 2018.

LOUREIRO, Paes. *In: CUNHA, Raquel. Um Olhar à Cidade de Belém sob o Golpe de 1964: paisagens e memórias de estudantes e artistas*. Universidade do Estado do Pará. Belém, 2008.

MICHELET, J. Préface de L'Histoire de France. *In: GAUCHET, M. (org.). Philosophie des sciences historiques: le moment romantique*. Textes réunis et présentés par Marcel Gauchet. Paris: Editions du Seuil, 2002.

MORAES, Mario Sergio de. **50 Anos Construindo a Democracia: do golpe de 64 à Comissão nacional da verdade**. São Paulo: Instituto Vladimir Hergoz, 2014.

MORKAZEL, Marisa. Três coleções do Espaço Cultural Casa das Onze janelas: Doação e Editais no fortalecimento de um acervo. **Museologia & Interdisciplinaridade**, vol. L1, nº 4, 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, nº 10, São Paulo, 1993.

OLIVEIRA, Alfredo. **Cabanos e Camaradas**. Belém: Alfredo Oliveira, 2010.

PIRENNE, H. Une polémique historique en Allemagne. **Revue Historique**, nº 54, 1897, pp. 50-57.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**, nº 3. Rio de Janeiro, 1989.

RANKE, L Leopold von. **Geschi der romanischen und germanischen Voker Von 1494 bis 1514**. T. 33. Leipzig: Duncker e Humblot, 1867-1890.

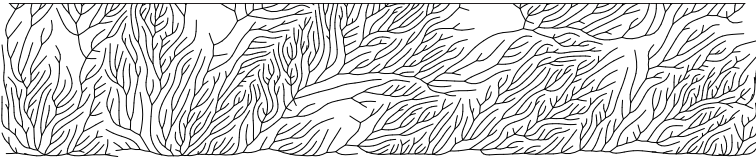
RODRIGUES, R. **A escultura monumental em Belém do Pará: três obras em um percurso romântico** (vol. 1). Universidade de Lisboa Faculdade de Belas Artes. Lisboa, 2013.

SECULT/PA, **Projeto Feliz Lusitânia**. Cidade, 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

VOLDMAN, Daniele. Definições e usos. *In*: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp. 34.

JORNAL RESISTÊNCIA: IMPRENSA ALTERNATIVA NO PARÁ DURANTE A DITADURA MILITAR



Leopoldo Nogueira Santana Júnior

O Jornal Resistência foi criado em 1978 em Belém do Pará, pela Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), fundada em 1977. O veículo alternativo surgiu para dar vez e voz aos populares, aos movimentos sociais excluídos pela mídia mercantil oficial de Belém. A SPDDH e o *Resistência* somaram-se às vozes dos movimentos sociais, políticos ligados aos partidos democráticos e de esquerda, intelectuais, operários, estudantes, educadores, e demais setores contra o regime militar. A criação da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH) simboliza importante passo à criação do jornal Resistência que se tornou importante veículo de comunicação alternativa contra as elaborações fantasiosas dos militares.

A SPDDH foi criada no salão paroquial da Igreja de Santa Teresinha no bairro do Jurunas. Dentre os fundadores da SPDDH, estavam ex-presos políticos que tinham sofrido torturas nas dependências das Forças Armadas: Humberto Cunha, Iza

Cunha, Paulo Fonteles (primeiro presidente da entidade) e Heilda Veiga. Além de Ubiratan Diniz, da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Lucivaldo Branco, operário e líder comunitário, Nazareno Noronha, professor e economista, Fernando Velasco, advogado, Egídio Salles Filho, advogado responsável pelo setor jurídico, Januário Guedes, historiador, Armando Zurita, professor e auditor fiscal, Luiz Maklouf, jornalista, João Marques, vereador do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e presidente do Sindicato dos Jornalistas e Paulo Roberto Ferreira, vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE), Jaime Teixeira, dentre outros.

A SPDDH veio se somar aos movimentos sociais de resistência ao regime militar por meio de notas, reuniões, realização de eventos, representações jurídicas em órgãos nacionais e internacionais em defesa de presos políticos e causas sociais. A Entidade aglutinou diferentes agentes democráticos vinculados às pastorais das igrejas, intelectuais, ex-presos, estudantes, lideranças camponesas e urbanas, setores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em defesa dos direitos humanos, da anistia, liberdade de imprensa e, principalmente, em defesa da democracia e dos Direitos Humanos, dessa forma exerceu um papel de vanguarda.

A conjuntura nacional em que foi lançado o jornal *Resistência*, corresponde à reorganização dos segmentos democráticos que exigiam o fim da ditadura militar. O Jornal problematizava questões como a luta pela anistia, violação dos direitos humanos, convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, corrupção no governo militar, conquista da democracia, as lutas populares pelo direito de morar, educação pública, dentre outras.

O contexto regional no qual surgiu o *Resistência* em 1978, estava ligado ao poder das elites herdeiras e continua-

dores das oligarquias que dominam o cenário político econômico desse à gênese da república no Estado em 1889. Após o 15 de novembro de 1889, diferentes segmentos das elites travaram disputas pela hegemonia dos poderes. As oligarquias gravitavam em torno de Antônio Lemos (lemistas) e Lauro Sodré (lauristas) e com a subida ao poder em 1930 de Magalhães Barata, as velhas e novas oligarquias continuavam a dominar a máquina estatal, utilizando antigas práticas da violência, clientelismo, corrupção, fraudes eleitorais, troca de favores, censura, perseguições aos opositores, o que mantinha a população pobre na miséria, desinformada e com pouco acesso aos serviços públicos (PETIT, 2003). Em 1964, o Pará era governado por Aurélio do Carmo, eleito em 1960, político barataista do Partido Social Democrático (PSD), após sua deposição em 1964, as decisões políticas passaram a girar em torno dos Coronéis Jarbas Passarinho e Alacid Nunes da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Após o golpe de 1964, a região amazônica converteu-se no espaço brasileiro que mais sofreu intervenções por parte do governo federal, em parte, pela sua posição estratégica na América Latina e por seu potencial hidro, florestal, mineral, agrícola, e pelo contingente de mão de obra barata.

Nessa conjuntura, evidencia Petit (2003, p. 23), que um dos marcos do processo de dominação federal na Amazônia foi a criação em 1966, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Banco da Amazônia S/A (BASA). Essas instituições irão favorecer o processo de internacionalização do capital na região, por meio de financiamentos, isenções fiscais, construção de infraestrutura, distribuição de terras, aos agentes do capital nacional e internacional. Esses projetos, foram difundidos na imprensa oficial como responsáveis por conduzir à re-

gião ao desenvolvimento e progresso. Nesse sentido, o *Resistência* e os movimentos sociais se contrapunham a esses discursos e práticas (PETIT, 2003).

A gênese do jornal *Resistência* em 1978 é resultado de ações coletivas, corroborando à tese da história social da imprensa, proposta por Darnton, (1990), na medida em que “O Jornal *Resistência*, se propõem a informar ao conjunto da sociedade, principalmente aos oprimidos e democratas que lutavam pelo estado de direito” (FERREIRA, 2009, p. 92).

Veloso (2014, p. 69), elucida que o “*Resistência*”, surgiu em uma conjuntura regional marcada pelos conflitos fundiários em decorrência das políticas de ocupação do governo federal com forte presença das Forças Armadas que, aliada às polícias estaduais e aos pistoleiros, impunha um clima de medo e repressão aos camponeses. Diante do aparato repressivo do Estado e dos agentes do capital e da imprensa oficial, “surgiram diferentes focos de resistências” nos bairros, sindicatos, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), movimento estudantil, essas lutas são narradas nas páginas do *Resistência*.

Nas memórias de Ferreira (2009, p. 91) a criação do jornal *Resistência*, simbolizou uma voz de contestação ao autoritarismo do regime militar e se somou às lutas pelos Direitos Humanos, anistia aos presos políticos, liberdade de expressão e pensamento, seus conteúdos foram criados por e para os “lavradores, profissionais liberais, funcionários públicos, estudantes, religiosos, operários da construção civil e gráficos”, sujeitos ousados e sonhadores das liberdades.

Após longos debates, discursões, assembleias, intensos diálogos com jornalistas de todo o Brasil e da Amazônia, finalmente em 02 de fevereiro de 1978, foi criado o jornal *Resistência*, que nas palavras de Pinheiro (2019, p.131),

... estava oficialmente apresentado, em uma das Assembleias da SDDH, o principal jornal da imprensa alternativa na Amazônia: o *Resistência*. Como instrumento de informação que tinha como princípio editorial apresentar uma agenda política com certas questões e reivindicações que quebravam o formato apresentado pelos outros jornais do Estado e traziam discursos e vozes que antes não conseguiam ecoar através da grande imprensa, praticando um jornalismo mais livre.

O surgimento do *Resistência* soma-se aos demais jornais alternativos no Brasil, responsáveis por desconstruírem as mensagens da ditadura militar e possibilitarem outras interpretações históricas a respeito das conjunturas mundiais, nacionais e locais. Sobre o jornal, Pinheiro (2019, p.115), afirma que foi,

... um dos mais importantes jornais da imprensa alternativa no Brasil, que foi fundado em fevereiro de 1978, em Belém, pela Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), e circulou no Estado do Pará de forma ininterrupta por quase cinco anos (1978-1983), em um contexto de intensas mudanças sociais, políticas e institucionais, mas que não foram de forma linear e contínua em relação à volta para a democracia política, o que pode ser percebido pela própria liberdade ou não nos espaços de atuação do Jornal, entendido no texto como um artefato cultural, produtivo de práticas e representações, que inventou sentidos e operou nas arenas culturais, fazendo com que a luta pelo poder e pelos direitos humanos, através de um discurso contra hegemônico, fosse simbólica e discursiva também.

As pautas do jornal *Resistência* buscavam denunciar as práticas autoritárias dos militares, a censura, a penetração das empresas capitalistas na Amazônia, e principalmente as lutas de resistências dos movimentos sociais, seja no campo, como nas cidades. Os temas que apareciam com frequência nas pági-

nas do “Resistência” referiam-se à grilagem de terras, violência policial, entrevistas com os presos políticos do Regime Militar, eventos realizados, assim como, as pautas culturais e políticas (VELOSO, 2014).

Sustentado nas abordagens de Thompson (1998), percebe-se o alcance social do jornal *Resistência*, ao dar voz aos sujeitos sociais que não tinham espaço na imprensa mercantil, além de serem representados negativamente como “terroristas”, “baderneiros” e outras. Dessa forma, as representações presentes nas páginas do *Resistência*, tiveram importância histórica e social ao revelar memórias, costumes, cotidiano da região e de seus sujeitos atingidos por ações policiais, violência de jagunços a mando dos grileiros, prisões de lideranças políticas, religiosos, ou seja, séries de atrocidades invisibilizadas pela imprensa mercantil.

A permanente desconstrução do regime presente nas páginas do *Resistência* reafirma sua aliança com os “de baixo”; juntos travaram disputas no campo político, cultural, imaginário, no sentido de romperem a hegemonia do regime. A rebeldia dos “de baixo”, buscava o retorno da democracia, direitos sociais, manutenção e rupturas de costumes.

A história social do jornal *Resistência* está expressa em sua permanente desconstrução ao regime civil militar, sua ousadia resultou em processos na justiça militar contra seus membros, sua gráfica foi invadida, números foram apreendidos, porém, a determinação política à conquista dos direitos e democracia, mobilizou parte da sociedade, agregou diferentes sujeitos. Parte dessa história foi narrada a Veloso (2014, p. 70) em 2007 pelo jornalista fundador e diretor do jornal, Luiz Maklouf Carvalho:

Resistência foi uma experiência marcante para todos os que o fizeram. Acho que o nome expressa bem o que ele foi. Era uma batalha fazê-lo sair. Além das apreensões,

sofremos processos. Algumas vezes o jornal teve que ser impresso fora de Belém (até mesmo em São Paulo). Acho que ele deu uma boa contribuição na luta contra a ditadura no Pará - e essa é a sua maior importância. Nos curtos períodos em que outras tarefas me afastaram da editoria do jornal, esta função foi exercida pelos jornalistas Paulo Roberto Ferreira e Marcos Soares - nome que então usava, por questão de segurança, o neto de Pedro Pomar, Pedro Estevam.

Seguindo as abordagens de E.P Thompson (1998) é possível entender que o jornal *Resistência* deu voz para as camadas populares, evidenciando as suas lutas que clamavam por mudanças sociais. Esses sujeitos estavam ligados aos sindicatos, comunidades, estudantes, operários e presos políticos que tiveram suas histórias narradas nas páginas do “Resistência, ao mesmo tempo, silenciadas na imprensa mercantil. As abordagens do Jornal nos permitem dialogar com a História do Tempo Presente, pois, como indica François Dosse (2012), as narrativas estão em constantes disputas entre ideologias e crenças distintas na sociedade.

O jornal *Resistência* e a SDDH contaram com a ampla participação dos religiosos progressistas da igreja católica. Os religiosos cediam os salões das paróquias às reuniões da entidade, como as paróquias de Santa Terezinha no bairro do Jurunas, e Nossa Senhora Aparecida na Pedreira, Salão Paroquial da Igreja de S. Sebastião na Cremação. Essas assembleias possibilitavam à participação de setores populares, manipulados pelas informações oficiais da mídia mercantil. Esses espaços, configuram-se como os únicos possíveis de reunião, pois os sindicatos e diretórios acadêmicos estavam sob intervenção e vigilância dos militares.

O *Resistência*, enquanto parte da Imprensa alternativa no Brasil, opõem-se à imprensa oficial mercantil conservadora no Pará,

imprensa burguesa que se curva aos interesses do capital urbano e rural e silenciava questões pertinentes à concentração de terras, falta de moradia e liberdade, além de censurar conteúdos críticos ao regime. O jornal *Resistência* dialogava com a sociedade, informava aqueles que eram manipulados, pelas letras mercantis.

Veloso (2014) e Pinheiro (2019) consideram a grande imprensa paraense à época da ditadura como “bajulatória ao regime”, preocupada somente com os lucros e distante das questões políticas e sociais do Estado. Os jornais *Resistência*, *Bandeira 3* e *Nanico no Pará*, assim como *O Pasquim*, *Opinião* e *Movimento* no resto do Brasil, contrapunham ao “domínio dos meios de comunicação da grande imprensa na região e que, de certa forma, modelaram as práticas culturais e políticas de resistência e colocaram outras perspectivas de leitura dos acontecimentos e de transformações em curso pelos sujeitos históricos envolvidos” (PINHEIRO, 2019, p. 26).

O *Resistência* configurou-se com parte da Imprensa Alternativa de oposição e resistência ao regime militar. Kucinski (1991, p.46), afirma que o termo imprensa alternativo apareceu pela primeira vez na coluna de Alberto Dines, em 1976, no “Jornal dos jornais” na Folha de S. Paulo. A definição de Woitowicz (2009) para mídia alternativa, incluindo os jornais, significa todo meio de comunicação o qual não está a serviço do capitalismo e tem como função politizar a sociedade. Durante o contexto da Ditadura Militar, conforme explicita Festa (1986, p.51) o termo imprensa alternativo foi bastante utilizado no Brasil, para identificar “um tipo de jornal tabloide ou revista, de oposição à censura imposta pelo governo”. Os jornais alternativos pautavam-se pela autogestão autônoma, eram mantidos por colaboradores, assinantes, voluntários e com arrecadações em eventos artísticos. O intuito era a formação de uma consciência crítica nacional (KUCINSKI, 1991).

Com base em Luca (2005) é possível afirmar que a utilização da Imprensa Alternativa como fontes de pesquisas nos possibilita em alargar as problematizações sobre aspectos da cultura e da política no Brasil e na Amazônia. A utilização desses jornais como meios de contestação ao regime militar foi importante, pois além de confrontavam à imprensa oficial, somaram-se às vozes de resistência política. Nesse sentido, o jornal *Resistência* serviu para desconstruir as narrativas sobre a Ditadura Militar baseadas no progresso, prosperidade, moral, anticorrupção. Pelas páginas do *Resistência* é possível contrapor-se às temáticas que justificaram o Golpe Militar a partir de 1964, dentre eles: o combate a uma suposta ameaça comunista, a anticorrupção, defesa dos valores morais, cristãos e movimentos pró-família.

Importante frisar o alcance geográfico e pedagógico do jornal *Resistência* que chegava a espaços longínquos da região e nos bairros periféricos das cidades, transformando-se, quase que em uma das poucas fontes de informações para camponeses e operários. Seus conteúdos conectam seus leitores com mundos desconhecidos, desconstruíam as imagens positivas do regime, rompiam com as manipulações de emissoras de rádios, televisão, jornais, discursos propagandas oficiais. Pinheiro (2019, p. 140) afirma que ...

... o alcance das notícias do *Resistência* era bem impressionante, chegando a lugares que a grande imprensa tinha dificuldades: nas periferias de Belém, na Transamazônica, sudeste do Pará e Marabá, por exemplo. Num universo cultural moldado por um formato já dominante de determinado tipo de informações, as notícias e outras perspectivas de ler e compreender aqueles processos em curso na Amazônia, de grilagem de terra, violência no campo, violação dos direitos humanos, de grande desigualdade social, entre outras questões levantadas pelo jornal, vão oportunizar a organização de movimentos sociais, na

cidade e no campo, que irão engendrar discursos contra hegemônico ao estado de coisas, o que vai ser de imediato rebatido pelas elites políticas através de seus aparelhos de dominação, instaurando um campo de tensões que se apresentava nas arenas culturais.

As investigações sobre os aspectos educativos e pedagógicos do jornal *Resistência* revelam inicialmente realizações de eventos, como a Conferência do jornalista Sérgio Buarque de Gusmão, então um dos editores do jornal “Movimento”, sobre a “Tese da Constituinte”, palestra com Raimundo Pereira, editor chefe de “Movimento”, sobre a conjuntura da política brasileira e com o jurista Hélio Bicudo, da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz, de São Paulo. Esses eventos eram abertos ao público, momentos de aprendizagens políticas.

Dentre as edições do *Resistência*, existe um episódio de extrema violência e censura ligadas ao número 5 de 1978. Em 25 de agosto de 1978, cumprindo ordens do ministro da Justiça, Armando Falcão, a Polícia Federal invadiu a sede da Escola Salesiana do Trabalho em Belém e apreendeu o número 5 do “Resistência”, edição comemorativa a um ano da SPDDH. A matéria de capa destacava: “Fomos torturados no Ministério do Exército”. Trazia os relatos de presos políticos torturados dentro dos órgãos públicos das forças armadas. Os responsáveis pelo jornal foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional (Nº 6.620/78). A apreensão do número 5 do jornal *Resistência* no dia 25 de agosto de 1978, coincidiu com o período que as Forças Armadas comemoram a Semana do Exército, diante dessa coincidência das datas, os militares consideraram uma provocação, pelo fato de o jornal ser lançado exatamente no dia 25 e com uma edição criticando o exército que revelava os depoimentos das torturas de presos praticadas no Ministério do Exército. A apreensão da edição número 5,

... propiciou uma grande mobilização da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos e do Comitê Paraense pela Anistia, gerando uma grande comoção e solidariedade nacional. A Edição nº 5 do Jornal trouxe duras críticas e denúncias de quatro militantes da esquerda paraense e defensores dos direitos humanos sobre as torturas que sofreram pelo regime militar. Isso gerou uma pronta reação dos Órgãos de Segurança do Governo. Quatro mil e quinhentas unidades do jornal foram apreendidas, ainda na gráfica, sendo aberto um Inquérito Policial-Militar (IPM) e posterior enquadramento e processo pela Justiça Militar, com base no artigo 14 da Lei de Segurança Nacional, de três membros da SDDH Paraense: Paulo Fonteles (presidente da entidade em 1978), Hecilda Veiga (Secretária) e Luiz Macklouf Carvalho (Editor do jornal). Esse fato foi uma das mais contundentes ações da ditadura na Amazônia, o que levou a uma ampla mobilização popular e denúncias em todo o país, através de atos e centenas de moções, telegramas e cartas de solidariedade enviadas por diversas pessoas e entidades, como Sindicatos Profissionais, Associações de Classe, Diretórios Estudantis, Comunidades de Bairros e Rurais, Movimentos pela Anistia, Igreja, lavradores e parlamentares do MDB ao Comitê pela Anistia do Pará. Além de ampla veiculação na imprensa nacional e local. A grande questão inicial que mobilizou muitos, além dos atos de injustiça, era o fato de o processo ser julgado por uma Auditoria Militar (PINHEIRO, 2019, p. 205).

Na referida edição os relatos dos presos políticos sobre os processos de censura, revelaram à sociedade as crueldades do regime e deixaram o Rei nu. Um dos relatos é de Paulo Fonteles, preso em 1971, quando tinha 21 anos, era estudante da UNB. Vejamos seus relatos:

Fui levado diretamente para o Pelotão de investigação criminal – PIC da Polícia do Exército em Brasília”. “Experimentei na carne toda a selvageria do aparelho de repressão montado desde 1964”. “Mostraram-nos telegramas de

Belém (falsos é claro) segundo os quais o pai da Hecilda Veiga estava morto e o meu enfiado, à morte por saberem de nossas prisões”. “Um capitão me explicaria cinicamente que lá eles estavam pesquisando os métodos da Santa Inquisição, considerando os métodos da Gestapo ultrapassados” (FONTELES, 1978, p. 16-17).

Outro depoimento foi de Izabel Marques Tavares da Cunha, ou “Iza Cunha”, historiadora, presa e torturada. Após sua prisão, fundou o movimento feminista, Movimentos de Mulheres do Campo e da Cidade (MMCC) e foi integrante da Sociedade Paraense em Defesa dos Direitos Humanos (SDDH). Vejamos seus relatos:

No dia 30/12/71, bem cedo, fui levada para o Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna DOI/CODI. Começara ‘sessão’. Tiraram minha roupa e, despida, fui torturada com choques elétricos, tapas, “telefone” (tapas no ouvido com as mãos em forma de concha), socos. Essa sessão como dizia um médico, ‘sessão espírita’ se estendeu não sei bem até que horas (CUNHA, 1978, p. 19-20).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Em suas conversações Chartier (2007) designa que os jornais, livros, textos, escritos de um modo geral, são produzidos devido o “medo do esquecimento” das sociedades, preservá-los são formas de perpetuar as lembranças, as memórias de homens e mulheres apagadas pela literatura oficial, considerados perigosos para a manutenção da ordem. Guardar esses textos representa formas de resistências contra o processo de destruição das fontes por parte das autoridades estatais, portanto, as casas, bibliotecas, gráficas, livrarias, arquivos públicos e pessoais, que resguardam essas memórias, são espaços contra a “fatalidade da perda” (CHARTIER, 2007, p. 90).

No parecer de Chartier (2007) os textos escritos possuem a função de manter os traços do passado, as lembranças, as glórias e derrotas, impedindo o esquecimento. Neles é possível preservar as memórias, as lutas, ideias, com isso evitam o “esquecimento e fatalidade das perdas”. Nesse sentido, as letras alternativas, representam uma “sociologia da escrita”. Neelas, percebem-se os pensamentos de sujeitos em desconstrução às ideias e propagandas do regime autoritário, que produzia seus textos com intuito de abafar, apagar as produções críticas de seus oponentes. A sociologia das letras alternativas, nos leva a compreender como homens e mulheres construíram, transmitiram suas concepções de mundo, ideologias, identidades, por meio de diferentes linguagens.

O medo do esquecimento pelo regime militar foi percebido por muitos sujeitos que ao longo da história, guardaram documentos, escreveram, reescreveram textos, isso possibilita entendermos traços do passado da história contemporânea brasileira. Isso nos permite lembrar-se dos mortos, vivos, perdas, vitórias, sonhos, utopias, batalhas travadas. O jornal Resistência guarda parte dessas histórias e impediram a obsessão do silenciamento por parte dos militares, especialistas em apagar, censurar letras de músicas, poesias, artigos de jornais e revistas, temas verdadeiros, destruidores das escritas transgressoras (CHARTIER, 2007, p. 9).

REFERÊNCIAS

CHARTIER, Roger. **Inscrever e apagar**: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CUNHA, Izabel. **Jornal Resistência**. Belém, 1978, nº 5.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 05 - 22, 2012.

FERREIRA, Paulo Roberto. Tempos de Resistência. *In*: WOITOWICZ, Karina Janz (org). **Recortes da mídia alternativa** - Histórias e memórias da comunicação no Brasil. Ponta Grossa/PR: Editora UEPG, 1ª edição 2009.

FONTELES, Paulo. **Jornal Resistência**. Belém, 1978, nº 5.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1991.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

PETIT, Pere. **Chão de Promessas**: Elites Políticas e Transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.

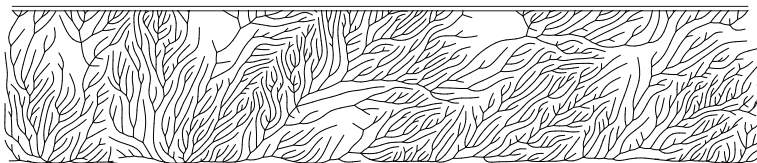
PINHEIRO, Raimundo Amilson de Sousa. **Em nome dos direitos humanos**: história, movimentos sociais e democratização no Pará (1975-1985). 2019. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**: Estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VELOSO, Maria do Socorro Furtado. **Imprensa e contra-hegemonia**: 20 anos do Jornal Pessoal. Belém: Paka-Tatu, 2014.

WOITOWICZ, Karina Janz (org). **Recortes da mídia alternativa - Histórias e memórias da comunicação no Brasil**. 1. ed. Ponta Grossa/PR: Editora UEPG, 2009.

**VIOLÊNCIA NO CAMPESINATO
PARAENSE: O CASO DE FRANCISCO
JACINTO DE OLIVEIRA (1981)**



Wellington Jhemerson Costa da Conceição

A vida do lavrador é um trabalho pesado
Trabalhando o dia inteiro
Trabalhando o dia inteiro
Na noite de redenção
(Sabino do Acordeon)

A presente reflexão buscou problematizar a violência sofrida pelo lavrador Francisco Jacinto de Oliveira em 2 de junho de 1981 em Conceição do Araguaia. “Sinhozinho”, como era também conhecido, morava com a sua família alguns anos no lote de terra em Boa Vontade, sendo que as terras eram objeto de disputa porque os fazendeiros Paulo Maciel Bischuette e João Maciel Bischuette as desejavam. A alegação era que tinham em suas mãos um título de propriedade definitivo concedido pelo governo do Estado do Pará que as terras eram suas. Desse modo, o possessor, ao ser pressionado para saída da terra, acabou realizando um acordo

na sede do Grupo Executivo das Terras do Araguaia Tocantins (GETAT) com o fazendeiro Paulo Maciel Bischuette a fim de deixar o local.

O acordo era o seguinte, o GETAT concederia dois lotes de terras na gleba Araguaxim e o latifundiário Paulo Maciel Bischuette comprometeu-se em indenizar em uma quantia de 150 mil cruzeiros “Sinhozinho” e mais 2000 mil cruzeiros “como ajuda para o transporte da mudança”¹. No dia do pagamento o lavrador foi até a fazenda São Francisco a fim de receber os valores da mudança, mas acabou sendo assassinado com tiros disparado pelo fazendeiro e o pistoleiro Edilson Ribeiro, sobrevivendo do confronto seu irmão Dionísio Jacinto de Oliveira. O assassinato do lavrador está relacionado ao processo de privatizações de terras do sul e sudeste do Pará iniciada ao longo da década de 1960 sob os sucessivos governos da ditadura militar (1964-1985). O processo de “ocupação” realizada pelos militares acabou fomentando a grilagem de terras, assassinatos e inúmeros conflitos no campesinato paraense.

As fontes históricas que utilizamos ao longo da nossa reflexão foram hemerográficas, como os jornais *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade (1980-1985)* e o *Jornal do Brasil*. Foi analisada também os documentos referente a reintegração de posse, os acordos de compra e venda do lote de terra nas proximidades da fazenda São Francisco e toda a documentação judiciária referente ao homicídio, a exemplo dos documentos da Secretária Geral do Conselho de Segurança Nacional referente ao GETAT, unidade executiva de Conceição do Araguaia e da Secretária de Estado de Segurança Pública da Polícia Judiciária do Pará.

¹ SECRETARIA GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL: GRUPO EXECUTIVO DAS TERRAS DO ARAGUAIA TOCANTINS – GETAT, UNIDADE EXECUTIVA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. **Termo de Acordo**. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará, p. 01.

O ASSASSINATO DE FRANCISCO JACINTO DE OLIVEIRA

No dia do assassinato de Francisco Jacinto de Oliveira e o baleamento do seu irmão Dionísio Jacinto de Oliveira em 02/06/1981 foi enviada uma portaria de ofício nº 22/81 da delegacia distrital de Xinguará para a delegacia de Conceição do Araguaia. Na ocasião era solicitado que o delegado de Conceição do Araguaia, José Maria Alves Pereira, tomasse algumas providências sobre o ocorrido. Primeiro, que comunicasse o caso ao Leonardo Viana Martins, delegado de Belém, mas que realizava serviços em Redenção de forma temporária. Este deveria deslocar-se até a vila de Xinguará para ouvir as testemunhas diretas e indiretas do assassinato. Segundo, que fossem tomadas “as necessárias providências a fim de conseguir o Laudo cadavérico da vítima e o Laudo de Lesões corporais” de Dionísio Jacinto. A ordem direcionada para Leonardo Martins iniciar o caso não partia do delegado de Conceição do Araguaia, mais sim do Secretário de Estado de Segurança Pública do Pará.²

O auto de corpo de delito assinado pelos peritos Altanir Flôres de Melo e Rosa Maria Carvalho de Melo constatarem que a morte do lavrador Francisco Jacinto de Oliveira foi por conta de “Anemia Aguda” provocada por arma de fogo³. Desse modo, as testemunhas começaram a ser ouvidas durante o Inquérito Policial, sendo a primeira delas Ivani Gomes de Oliveira, esposa da vítima, em 08/06/1981. Segundo a jovem, residente de Goiás, o seu companheiro era posseiro da Fazenda São Francisco e concordou sair das ter-

² DELEGACIA DE POLÍCIA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. **Portaria**. 02/06/1981, p. 01. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará.

³ DELEGACIA DISTRITAL DE XINGUARA: C. DO ARAGUAIA-PA. **Auto de corpo de delito**. 02/06/1981, p. 02. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará.

ras em comum acordo tratado na sede do GETAT, todavia quando Sinhozinho foi tratar sobre a mudança com o fazendeiro Paulo Bichuette acabou ocorrendo uma discussão e o pai do proprietário não concederia “nada de veículo para a mudança de seu marido”, dizendo ainda que a melhor maneira de se livrar dele “era matá-lo”⁴.

Nancy Alves de Oliveira, esposa de Dionísio Jacinto de Oliveira, foi a segunda pessoa ser ouvida em 10/06/1981. Segundo o seu depoimento, algum tempo estava morando nas proximidades da Fazenda São Francisco com os seus familiares, mas acabaram recebendo um intimado para sair das terras, “acatando a ordem judicial”⁵. A ordem judicial citado por Nancy Oliveira foi o mandado de reintegração de posse concedido pelo Juiz Paulo Sérgio Frota e Silva em favor dos irmãos Paulo Maciel Bischuette e João Paulo Bischuette algum tempo antes do assassinato⁶. Sinhozinho e o seu irmão, segundo Nancy Oliveira, foram até a fazenda encontra-se com Evandro no intuito de organizar “como deveria ser procedida a mudança dos utensílios domésticos”. Foi nessa ocasião que houve a discussão envolvendo os proprietários da fazenda e os irmãos que, em um dado momento, “o empregado da fazenda de nome Edilson Ribeiro, sacou de seu revolver” e atirou, sendo testemunhado tanto por Evandro quanto Vandinho.⁷

⁴ SECRETÁRIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA JUDICIÁRIA. **Termo de declaração prestada pela senhora Ivani Gomes de Oliveira.** 08/06/1981, p. 01. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará.

⁵ SECRETÁRIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA JUDICIÁRIA. **Termo de declaração prestada pela senhora Nancy Alves de Oliveira.** 10/06/1981 p. 01. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará.

⁶ JUIZADO DE DIREITO DA COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. **Mandado liminar de reintegração de posse.** 28/01/1981, p. 01. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará.

⁷ SECRETÁRIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA JUDICIÁRIA, op. cit., p. 1.

Afinal, quem é Evandro? O que motivo a discussão?

Evandro Pinto de Paiva era lavrador de origem de Minas Gerais e no dia do assassinato estava trabalhando na Fazenda São Francisco “cortando madeira com um motor-Serra”. Segundo o seu depoimento “houvio vários disparos de arma de fogo, em direção de sua residência” e ao ir até o local dos disparos “deparou com o cadáver de Francisco Jacinto de Oliveira”⁸. O camponês não era funcionário dos fazendeiros, “apenas permanência ali com a finalidade de retirar seus produtos como sendo arroz, milho, feijão”. Relatou em seu depoimento que também saíria da fazenda São Francisco, pois “tinha vendido seus direitos de serviços, aos proprietários da fazenda”⁹.

Desse modo, tanto Evandro Paiva quanto Francisco de Oliveira apresentavam algo em comum: eram posseiros, prestavam serviços na fazenda e praticavam a agricultura familiar. Ambos também decidiram sair da fazenda vendendo seus direitos de posse de terra, sendo que no caso de Francisco de Oliveira o acordo foi realizado na sede do GETAT, como já sabemos. Para entendermos a mediação do GETAT nessa teia de conflitos foi importante consultar Alfredo Wagner. Segundo o antropólogo, o GETAT realizava nesse período as chamadas “composições” e “permutas” que consistiam no seguinte, o órgão “promovia a troca de áreas de posse e efetivamente ocupadas por camponeses, mas pretendidas por latifundiários e/ou grandes projetos” (ALMEIDA, 1989, p. 11). Desse modo, essa foi a explicação do envolvimento do GETAT no processo de remanejamento de Francisco de Oliveira e seus familiares, mas que ficou apenas no papel.

⁸ SECRETÁRIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA JUDICIÁRIA: DELEGACIA DISTRITAL DE XINGUARA. **Termo de declaração que presta – Evandro Pinto de Paiva.** 15/06/1981, p. 01. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará.

⁹ *Idem, ibidem*, p. 02.

O jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*, um informativo de informação e formação política criado na região do sudeste paraense e em circulação entre 1980 a 1987, realizou algumas matérias sobre a atuação do GETAT (PES-SÔA; COSTA, 2017). O órgão foi criado em 1980 para regularizar a questão fundiária na região, entretanto, foi criticado por ser um instrumento muitas vezes contrário aos interesses dos lavradores e logo “os posseiros aprenderam que o órgão não foi criado para defender seus direitos” sociais¹⁰. O jornal salientava ainda que o GETAT estava alinhado em favor dos interesses de fazendeiros e com isso os posseiros chegaram ressignificar a sigla do órgão federal para “Governo Expulsa Trabalhadores do Araguaia-Tocantins”¹¹. Era essa a sensação do posseiro assassinado e de seus familiares, de expulsão. Visão já compartilhada pelo sociólogo José de Souza Martins ao ressaltar que a expulsão de homens, mulheres e crianças na Amazônia Oriental e “nas áreas de conflito fundiário, o litígio não raro se completa com despejo” (MARTINS, 2007, p. 675).

Por falar em pistoleiro, em matéria de 10/08/1981 o *Jornal do Brasil* relatou também o assassinato de Francisco de Oliveira e, segundo o impresso, Edilson Ribeiro não qualquer funcionário da fazenda, uma vez que era um pistoleiro conhecido na região, tendo participação no assassinato de “Sinhozinho”¹². Segundo o depoimento do lavrador Evandro de Paiva, no dia do assassinato viu Edilson

¹⁰ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **GETAT: Queimando o último cartucho**. Ano I, nº 02, Diocese de Marabá/PA, outubro de 1980, p. 3. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

¹¹ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Governo Expulsa Trabalhadores do Araguaia-Tocantins**. Ano I, nº 05, Diocese de Marabá/PA, setembro de 1980, p. 02. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

¹² JORNAL DO BRASIL. **Advogado no Pará acusa fazendeiro. Caderno 01**. Quarta-feira de 10/08/1981, p. 01. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará.

armado e este “ainda fêz um disparo na ocasião de sair do local, evadindo-se em seguida”¹³.

Outras pessoas foram ouvidas durante o processo como o tratorista da fazenda Juscelino Dias da Silva que acusou os irmãos Francisco de Oliveira e Dionísio de Oliveira como invasores de terras e que no dia do ocorrido trabalhava nas proximidades da fazenda quando ouviu três tiros. Chegando ao local enxergou “Sinhozinho” no chão e informou o caso para o capataz da fazenda. Em seu depoimento fez questão de ressaltar que o assassinato “não foi a mando dos proprietários da fazenda, pois o criminoso possui uma rixa antiga com a vítima”¹⁴. Visão compartilhava pelo gerente da fazenda chamado Arnaldo Sarreta dizendo que Edilson Ribeiro “já mantinha desavença com Francisco”¹⁵. Wilton Bischuette, primo dos proprietários, ratificou a mesma versão, “sabendo que entre o homicida e seus antagonistas existia uma desavença surgida a certo tempo durante uma festa dançante”, classificando ainda os irmãos como “invasores de terras” e que “viviam ilegalmente como posseiros”¹⁶.

Percebe-se que na fala dos três depoentes havia a tentativa de deslegitimar os irmãos lavradores e dissociar a morte de Francisco de Oliveira com os proprietários da fazenda, pois, segundo eles, já havia uma intriga entre o pistoleiro e o

¹³ SECRETÁRIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA JUDICIÁRIA: DELEGACIA DISTRITAL DE XINGUARA. 15/06/1981, p. 01.

¹⁴ SECRETÁRIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA JUDICIÁRIA: DELEGACIA DISTRITAL DE XINGUARA. **Termo de declaração que presta – Juscelino Dias da Silva**. 10/06/1981, p. 02. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará.

¹⁵ SECRETÁRIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA JUDICIÁRIA: DELEGACIA DISTRITAL DE XINGUARA. **Termo de declaração que presta – Arnaldo Sarreta**. 10/06/1981, p. 02. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará.

¹⁶ SECRETÁRIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA JUDICIÁRIA: DELEGACIA DISTRITAL DE XINGUARA. **Termo de declaração que presta – Wilton Bischuette**. 10/06/1981, p. 01. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará.

Sinhozinho. Algumas expressões ainda nos chamaram atenção ao analisar o documento porque foram repetidas durante os três depoimentos, como as que acusavam os trabalhadores do campo como “invasores de terras”. Assim eram tratados os camponeses, não apenas para os latifundiários, visto que a justiça paraense os tratava da mesma forma. Em uma liminar expedida em 30/01/1981 foi concedido ganho de causa em favor dos fazendeiros para que os irmãos lavradores saíssem da fazenda. O parecer em favor dos fazendeiros defendia que “garantindo-os contra a turbação, por parte do invasor”¹⁷.

Durante o depoimento de Arnaldo Sarreta e Wilton Bischuette há uma informação que contrasta com a declaração dada por Evandro Pinto de Paiva. O primeiro deles afirmou que os Irmãos Paulo e João Bischuette “terem chegado na cidade de Araguaina por volta de 13:30hs” e não “havam mantido qualquer contato com o trabalhador da fazenda Edilson Ribeiro”¹⁸. O segundo afirmou que os fazendeiros “não agiram como mandantes do duplo fato pelo fato dos mesmos terem chegado por volta das 13:30hs há fazenda” [*sic*]¹⁹. Por que há contradição nas falas? Segundo o lavrador Evandro de Paiva que ao chegar na cena do crime “não constatou a presença de Paulo junto aos seus familiares, isto por o mesmo se encontrar ausente da fazenda naquela ocasião”²⁰. Porém avistou João Maciel Bischuette “levando seu pai daquele local onde houve os fatos ocorridos”²¹. Desse modo, João Maciel Bischuette estava no local, mas por que Arnaldo e Wilton negaram?

¹⁷ JUIZADO DE DIREITO DA COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. **Auto de manutenção de posse**. 30/01/1981, p. 01. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará.

¹⁸ SECRETÁRIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA JUDICIÁRIA: DELEGACIA DISTRITAL DE XINGUARA. 10/06/1981, p. 02.

¹⁹ *Idem*.

²⁰ SECRETÁRIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA JUDICIÁRIA: DELEGACIA DISTRITAL DE XINGUARA. 15/06/1981, p. 02.

²¹ *Ibidem*, p. 01.

João Maciel Bischuette foi interrogado em 16/06/1981 na vila de Redenção, comarca pertencente ao município de Conceição do Araguaia. Contou que os irmãos lavradores foram até a fazenda receber um valor a mais que a quantia acordada em contrato com o GETAT em 02/06/1981, sendo que não concordou. Na ocasião, João Maciel Bischuette afirmou que “viu quando Francisco dava uns passos para trás e levava a mão na cintura”, sendo notado por Edilson Ribeiro que efetuou “disparos contra Francisco que ainda saiu correndo tentando sacar a arma que portava na cintura”. Acrescentou ainda que Edilson Ribeiro agisse “por conta própria em defesa de sua vida [...] devido ser Francisco um elemento de antecedentes péssimos”²².

A partir do relato do fazendeiro sabemos que ele estava presente no dia do assassinato, podendo ser comprovado também pelo depoimento de Edilson Ribeiro concedido em 19/06/1981, fazendo com que o depoimento de Arnaldo Sarreta e Wilton Bischuette seja comprometido. Aliás - é importante ressaltar -, nota-se um certo vínculo entre a família João Paulo Maciel Bischuette com Edilson, visto que o advogado que defendeu este último pelo homicídio foi pago pela família de Bischuette. A justificativa de Edilson para matar Sinhozinho foi que “o fez por conta própria em defesa de sua vida e de seus patrões, pois o elemento tentava pegar de uma arma que possuía na cintura”. Disse ainda que estava ameaçado de morte por Sinhozinho porque, certa vez, “ajudou a Polícia na expulsão das terras da fazenda São Francisco”. Enfatizou ainda que Sinhozinho era “um elemento ruim” e de “antecedentes péssimos”²³.

²² SECRETÁRIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA JUDICIÁRIA: DELEGACIA DISTRITAL DE XINGUARA. **Termo de declarações que presta: João Paulo Maciel Bischuette**. 16/01/1981, p. 01-02. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará.

²³ SECRETÁRIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA JUDICIÁRIA.

CONCLUSÃO

Notamos ao longo dos depoimentos pronunciamentos carregados de juízos de valores depreciativos em relação ao lavrador Francisco de Oliveira por parte da família Bischuette e seus empregados mais próximos, como Arnaldo Sarreta, Juscelino Dias da Silva e Edilson Ribeiro para deslegitimar a personalidade do lavrador e associá-lo como uma pessoa violenta, sendo que no dia do crime não foi encontrada nenhuma arma com o posseiro. A arma que o matou, vale ressaltar, conforme o relatório do caso realizado pela Polícia de Conceição do Araguaia, “não foi apresentada nesta Delegacia”²⁴. Associar o lavrador a criminalidade foi também realizada pelo juiz de direito que classificou os atos de Sinhozinho como “turbação” e “invasão de terras”.

A forma pejorativa e estereotipada de enxergar as ações das populações mais pobres, seja no campo e na cidade, como “elemento criminoso, a ralé, os vadios [...] ou desajustados sociais” foi criticado por George Rudé pensando os casos das populações da França e Inglaterra entre 1730 a 1840 e que nos ajudou a refletir sobre o presente estudo. Segundo o historiador, os subalternos organizavam-se por diversos fatores políticos e econômicos, como por questões de fome, por uma reforma imediata ou mesmo “porque sofre profunda injustiça social”. Esses trabalhadores e trabalhadoras são formados, em muitos casos, por “pais de famílias e cidadãos sóbrios, reconhecidamente de situação difícil” (RUDÉ, 1991, pp. 214, 234, 217).

Sinhozinho e seus familiares eram pessoas humildes e vivenciavam uma situação de miséria social em uma das re-

Auto de qualificação e interrogatório. 19/01/1981, p. 01-02. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará.

²⁴ SECRETÁRIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA – DELEGACIA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. **Relatório.** 02/07/1981, p. 03. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará.

giões mais pobres do país. Além disso, já sofriam com um histórico de violência, haja vista que por duas vezes foram expulsos por ordem judicial, mas resistiram a todo custo, pois “sempre retornava localidade onde fora despejada”²⁵. A expulsão de sujeitos pobres na Amazônia Oriental por parte da justiça era muitas vezes o primeiro contanto que esses homens e mulheres do campo tinham com os órgãos de justiça. Nas palavras de José de Souza Martins o despejo era uma situação triste, dramática e difícil, visto que era...

... o momento da chegada do oficial de justiça e da polícia para despejar a família do posseiro e demolir sua precária casa e a cerca, onde houver, é o primeiro contato com as instituições do país e, na imensa maioria dos casos, é o primeiro contato com a instituição da justiça e com a lei (MARTINS, 2000, p. 676).

A morte de Sinhozinho esteve inserida em um contexto de profunda violência política no campesinato paraense, mesmo com o processo de abertura *lenta, gradual e segura* iniciada pelos militares em 1979 isso não significou a diminuição das mortes no espaço agrário, pois entre 1980 a 1984, por exemplo, os casos de conflitos no campo registrados no Brasil foram 499, sendo que no Pará ocorrem 100 dos casos desses litígios (PETIT; PEREIRA; PESSÔA, 2014, p. 351). O advogado Paulo Fontelles concedeu uma entrevista na sede da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no dia 08/06/1981 e dizia na ocasião que a família Bischuette desejava a todo custo “ficar com as terras” onde estava situado Sinhozinho e seus familiares. Disse ainda que antes da eleição para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) Paulo Maciel Bischuette demonstrava “todo interesse em resolver amigavelmente a questão com o posseiro”. Todavia, com a vitória de Bertoldo Siqueira nas

²⁵ *Idem*, p. 03.

eleições para STR a situação mudou e o “posseiro chegou a ser espancado violentamente, dias antes de ser morto”²⁶.

O historiador Fábio Pessôa em sua dissertação de mestrado teve como espaço de estudo Conceição do Araguaia. Segundo ele, Bertoldo Siqueira era ex-sargento da Aeronáutica e após intervenção federal ficou à frente do Sindicato por dez anos contando com apoio do Exército, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e principalmente do GETAT. Nesse período de tempo muitos “camponeses foram expulsos de suas terras, outros resistiram, e o Sindicato pouco ou nada fez para apoiá-los” (PESSÔA, 2013, p. 141).

Não sabemos o desenrolar do processo, se Edilson Ribeiro foi preso ou o caso foi arquivado. Seja como for, investigar e problematizar a morte de Francisco Jacinto de Oliveira numa visão da *história vista de baixo* possibilitou trazer para “centro da cena a experiência de grupos e camadas sociais antes ignorados” pela historiografia tradicional (LUCA, 2008, p. 113) e questionar as visões estereotipadas acerca do lavrador por parte do Estado e de particulares. Desse modo, conforme Walter Benjamin, o historiador “está perpassado pela convicção de que também os mortos não estão seguros diante do inimigo, se ele for vitorioso” e, por vezes, “esse inimigo não tem cessado de vencer” (LÔWY, 2005, p. 65).

REFERÊNCIA

FONTES

JORNAL DO BRASIL. **Advogado no Pará acusa fazendeiro**. Caderno 01. Quarta-feira de 10/08/1981, p. 01. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará.

²⁶ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. Paulo Fontelles **Denuncia Assassinato do Posseiro Sinhozinho em Conceição do Araguaia**. Ano II, nº14, Diocese de Marabá/PA, junho de 1981, p. 04. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

DELEGACIA DISTRITAL DE XINGUARA. **Auto de corpo de delito.** Conceição do Araguaia-PA. 02/06/1981, pp. 01-02. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará.

SECRETÁRIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA JUDICIÁRIA. **Auto de qualificação e interrogatório.** 19/01/1981, p. 01-02. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará.

SECRETÁRIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA JUDICIÁRIA. **Juizado de Direito da Comarca de Conceição do Araguaia – Auto de manutenção de posse.** 30/01/1981, p. 01. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará.

JUIZADO DE DIREITO DA COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. **Mandado liminar de reintegração de posse.**, 28/01/1981, p. 01. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará.

DELEGACIA DE POLÍCIA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, SECRETÁRIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA JUDICIÁRIA. **Portaria.**, 02/06/1981. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará.

SECRETARIA GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL: GRUPO EXECUTIVO DAS TERRAS DO ARAGUAIA TOCANTINS – GETAT, UNIDADE EXECUTIVA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. **Termo de Acordo.**, pp. 01-02. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará.

SECRETÁRIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA JUDICIÁRIA. **Termo de declaração prestada pela senhora Ivani Gomes de Oliveira.** 08/06/1981, p. 01-02. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará.

SECRETÁRIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA JUDICIÁRIA. **Termo de declaração prestada pela senhora Nancy Alves de Oliveira.** 10/06/1981 p. 01. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará.

SECRETÁRIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA JUDICIÁRIA: DELEGACIA DISTRITAL DE XINGUARA. **Termo de declaração que presta – Arnaldo Sarreta.** 10/06/1981, p. 01-02. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará.

SECRETÁRIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA JUDICIÁRIA: DELEGACIA DISTRITAL DE XINGUARA. **Termo de declaração que presta – Evandro Pinto de Paiva.** 15/06/1981, p. 01-02. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará.

SECRETÁRIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA JUDICIÁRIA: DELEGACIA DISTRITAL DE XINGUARA. **Termo de declaração que presta – Juscelino Dias da Silva.** 10/06/1981, p. 01-02. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará.

SECRETÁRIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA JUDICIÁRIA: DELEGACIA DISTRITAL DE XINGUARA. **Termo de declaração que presta – Wilton Bischuette.** 10/06/1981, p. 01-02. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará.

SECRETÁRIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA JUDICIÁRIA. **Termo de declarações que presta: João Paulo Maciel Bischuette.** 16/01/1981, p. 01-02. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará.

SECRETÁRIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA – DELEGACIA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. **Relatório.** 02/07/1981, p. 03. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Paulo Fontelles Denuncia Assassinato do Possseiro Sinhozinho em Conceição do Araguaia.** Ano II, nº 14, Diocese de Marabá/PA, junho de 1981, p. 4. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **GETAT: Queimando o último cartucho.** Ano I, nº 2, Diocese de Marabá/PA, outubro de 1980, p. 03. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

BIBLIOGRAFIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Intransitivo da transição – Conflitos agrários e violência na Amazônia.** Leopoldina/MG, 1989, p. 11. Acesso: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/o-intransitivo-da-transicao-conflitos-agrarios-e-violencia-na-amazonia>.

LÖWY, Michael. **Tese VI: Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”.** São Paulo: Boitempo, 2005.

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 111-142.

MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. *In*: NOVAIS, Fernando A. & SCHWARCZ, Lília M. (orgs.). *História da Vida Privada: Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 5ª reimpressão, vol. nº 4, 2000, pp. 659-726.

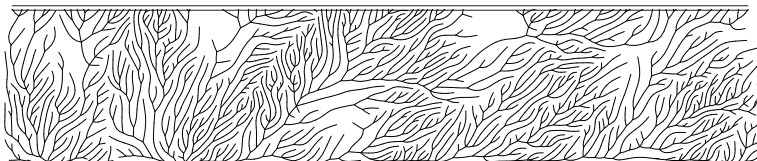
PESSÔA, Fabio Tadeu de Melo. **1975 - O pensamento radical no movimento camponês: história e memória da luta camponesa em Conceição do Araguaia-1975/1985**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação História Social da Amazônia (UFPA), 2013.

PESSOA, Fábio. T. M.; COSTA, Jhemerson. A Luta Pela Terra nas Páginas do Jornal O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade. Entre a Denúncia e a Formação Política dos Camponeses no Sudeste Paraense. **Perseu: História, Memória e Política**, v. 1, 2017, pp. 59-82.

PETIT, Pere & PEREIRA, Airton dos Reis & PESSÔA, Fábio. Camponeses, fazendeiros e a Teologia da Libertação na luta pela terra no Sul e no Sudeste do Estado do Pará: 1960-1980. **Tempos Históricos**, vol. 18, nº 2, 2014, pp. 337-365.

RUDÉ, George F. E. **A multidão na História: estado dos movimentos populares na França e Inglaterra, 1730-1848**. Tradução de Waltensir Dutra – Rio de Janeiro: Campus, 1991.

O NOVO SINDICALISMO NO PARÁ NA DÉCADA DE 1980¹



Caio de Lucas Oliveira Souza

Durante a Ditadura Militar, que se estabeleceu no Brasil desde 1964 e durou até 1985, diversas forças reacionárias passaram a dirigir o Estado brasileiro e impor dura repressão aos que se opunham ao regime. Por décadas o movimento operário, por exemplo, foi reprimido, direções sindicais cassadas e depostas, militantes presos a até mesmo mortos pela causa operária. Entretanto, entre o final da década de 1970 e ao desenrolar dos anos 1980, os trabalhadores, bem como a sociedade brasileira – em sua maioria – protagonizaram um movimento contrário a ditadura e passaram se reorganizar frente ao regime. Isso se configura como um fenômeno nacional. Dessa maneira, abordaremos aqui a ação dos trabalhadores no Pará.

No estado do Pará, existiam inúmeras organizações atuando no campo progressista da sociedade que visavam

¹ Este texto faz parte de uma subseção do meu TCC, intitulado *Nasce a CUT Pará: Memórias, Embates e Novos Atores na Construção de Uma Central Classista, Independente e de Luta (1981-1984)*, defendido no ano de 2021. O título original da subseção foi “O novo Sindicalismo no Pará”

o fim da ditadura, lutavam pelos direitos humanos, direitos pela moradia, educação e saúde, organizações essas que foram fundamentais no apoio e para a reorganização do movimento sindical paraense. Nesse sentido, destacamos: A Igreja Católica e, principalmente aqueles vinculados à Teologia da Libertação, que atuava nas periferias da cidade² e do Campo, mediando e/ou denunciando conflitos rurais e urbanos. A Comissão de Bairros de Belém, que foi um importante movimento popular que agregou e representou moradores pobres das periferias de Belém, carentes de serviços e direitos, a destacar a Luta Pela Educação e Pelo Direito de Morar, que representaram verdadeiras realizações na história das organizações e resistências populares em Belém. Algumas pastorais da Igreja Católica, como a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e órgãos ligados a ela como o IPAR (Instituto Pastoral Regional). A FASE (Federação de Órgãos Para a Assistência Social e Educacional) que apoia a luta e a busca pelos direitos da classe trabalhadora, pelo direito de morar, pelo direito à terra, pelo direito a educação, etc. (RIBEIRO, 2016); (PETIT, 1996). Destaca-se também, que com o retorno do pluripartidarismo, em 1979³, temos os partidos de esquerda no Pará, que antes agiam na clandestinidade; eram eles o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B), que promoviam uma atuação contrária mais radical a Ditadura no Pará, em especial na defesa dos camponeses no Sul do Pará, após a luta armada na margem esquerda do Araguaia, a chamada Guerrilha do Araguaia.

É importante destacar também que outras agremiações mais novas e clandestinas, mostravam-se atuantes e presentes no combate mais radical ao regime, com presença nos

² Como é o caso da luta pelo direito de morar no bairro da Sacramento, em Belém, na década de 80, que encontrou um apoio fundamental na paróquia de São Sebastião, então dirigidas pelos padres Crúzios.

³ A Lei nº 6.767 de 20 de dezembro de 1979 extinguiu o bipartidarismo e deu possibilidade para a legalização de novos partidos.

movimentos políticos e sociais do Pará, como MEP (Movimento pela Emancipação do Proletariado), PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), AP (Ação Popular), MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), PRC (Partido Revolucionário Comunista) e outros grupos independentes (PETIT, 1996). Além disso, a novidade na política era representada pelo recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT) a partir de 1980, que sinalizava uma nova política nos tempos de ditadura. O mesmo trazia consigo os ideais do *Novo sindicalismo*. Defendia uma nova política econômica e social para o Brasil e também buscava representar, no âmbito político, a classe trabalhadora. Assim, vindo pelo ponto de vista representativo, o Partido dos Trabalhadores, passava então a ser uma voz alternativa dos trabalhadores brasileiros no campo político. Vale destacar que no Pará, o partido passou por diversas dificuldades, o que aos poucos foi superado, os lugares onde ele mais se destacou foram, segundo Petit (1996, p.115) os municípios “Santarém, Gurupá e alguns municípios da microrregião tocantina”.

A “ala” democrática progressista e da esquerda paraense contava também com a presença da Sociedade Paraense dos Direitos Humanos (SDDH), que desde 1977, defendia, articulava e atuava em defesa dos direitos humanos no Pará; além de debates e temáticas não corriqueiras no meio social e nos jornais paraenses de grande circulação, através de seu impresso alternativo, o Jornal Resistência, potente veículo de comunicação e de resistência à ditadura, a SDDH foi importante meio de resistência frente aos percalços da Ditadura no Pará. Todos esses órgãos, Associações, Sindicatos, personagens e partidos focavam em objetivos distintos, mas muitas vezes convergiam no sentido de organização e finalidade de luta maior no combate à ditadura e ao autoritarismo.

Alberdan Batista sintetiza o clima da época, com sua narrativa, onde dá realce ao papel das organizações populares que atuavam naquele contexto, assim como movimentos de base da igreja, tanto da Igreja Católica como de algumas denominações evangélicas, movimentos reivindicatórios de políticas sociais. Salienta que os movimentos sociais, eram tratados como uma questão de polícia, havia intensa repressão policial, tanto da polícia quanto de exército, aeronáutica, marinha, como dos Departamentos de Ordem Social e Política, os DOPS; portanto, essa era a necessidade e motivo dos movimentos sociais agirem em conjunto. A Comissão de Bairros de Belém merece uma menção particular pois articulava-se a uma luta mais geral que envolvia educação, saúde, habitação, transporte etc. Alberdan conta.

Aqui no Pará, nós tínhamos também o movimento popular, que se organizou em uma entidade chamada Comissão dos Bairros de Belém, que mesmo fazendo uma discussão sobre os bairros de Belém, também dava atenção aos trabalhadores, pois muitos sindicalistas, também participavam do movimento popular. Sempre que tinha essa discussão sobre transporte, entrava a questão dos Rodoviários. Na questão da construção de moradia, tinha a discussão dos trabalhadores da construção civil e assim por diante. Havia a Luta pelo Direito de morar. Numa luta por escola, a polícia ia lá e baixava o sarrafo. Essas lutas todas, faziam uma discussão geral da sociedade e que também traz a questão do trabalho. Nas comunidades de base as lideranças, também eram trabalhadores, que atuavam no sindicato, mas que também tinham compromisso com essas lutas do bairro (Alberdan Batista, 2020).

Ainda, a imprensa alternativa também teve um papel importante neste processo pois enquanto a imprensa oficial reproduzia o discurso do poder, o jornal Resistência cobria a movimentação dos sindicatos, das associações, das organiza-

ções sociais. Em alguns momentos, inclusive, fazia a denúncia dos olheiros, “dedos duros” presentes nas manifestações, para apontar as lideranças em relatórios da ditadura que muitas vezes resultaram em indiciamentos, perseguições, prisões, torturas e outros tipos de crimes.

As entidades como Associações científicas, os Centros de Estudos e Documentação, as ONGs, marcaram presença neste contexto de mobilização e reflexão sobre os problemas e impasses vivenciados pela classe trabalhadora na sociedade. E, sobretudo as Associações Profissionais, algumas que faziam no início as mobilizações e as discussões de forma unitária, não obstante, defendessem concepções diferenciadas sobre sindicalismo, organização e estrutura sindical. Abaixo Alberdam Batista traça este quadro em linhas gerais.

Temos a OAB, que sempre foi uma organização, com esse papel de defesa da sociedade, dos direitos e também dos trabalhadores. (...) a Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência – SBPC, que mesmo discutindo ciência, (...) dava uma atenção especial a essa questão das experiências de trabalho (...) sempre tinha espaço para que os trabalhadores e trabalhadoras, pudessem participar e discutir formas de organização. Tinha ainda as associações profissionais, que eram aqueles profissionais liberais, que tinham passado por formações universitárias e que se organizavam em associações profissionais. Entre essas estavam a Associação dos Psicólogos, Associação Paraense dos Sociólogos (APS), Associação dos Químicos do Pará - APQP, AEPA - Associação dos Engenheiros Agrônomos do Pará, IOEPA, Instituto dos Economistas do Estado do Pará, do Pará, APEPA – Associação dos Professores do Estado do Pará, entre outras. Tinha também os centros de documentações; aqui no Pará a gente tinha o CIPES, que era o Centro de Informação e Pesquisas Sociais. Tinha também CEPEPO, que era um centro de documentação, cuja finalidade era documentar as experiências das lutas sociais. Tinha também a CPT - Comissão Pastoral

da Terra, que através da sua Pastoral, fazia o acompanhamento com advogados, que orientavam os trabalhadores rurais tanto na parte de defesa dos direitos e também na orientação quanto as técnicas de plantio; tinha a FASE - Federação de Órgãos Para Assistência Social. A FASE foi muito importante, no apoio a realização de encontros, no compartilhamento de experiência, pois apoiava no deslocamento dos Trabalhadores Rurais e urbanos para fazerem essa discussão (Alberdam Batista, 2020).

Um registro especial quanto às lideranças que atuaram no período contribuindo para a efervescência de ideias e posições unitárias que fortalecessem o movimento político e sindical foi descrita por Alberdan Batista. Conta-nos.

Listo aqui: Professora **Venize Rodrigues** e **Avelino Ganzler**. A professora Venize, participava da Associação dos Professores do Estado do Pará (APEPA); o Avelino [Ganzler] era da oposição sindical dos Trabalhadores Rurais de Santarém, um movimento chamado Lamparina, e depois eleito diretor do STR de Santarém e FETAGRI, que muito importante, que trouxe experiências muito ricas para o movimento sindical rural [...]. Ainda sobre sindicalismo Rural temos o **Geraldo Pastana**, [...] o primeiro presidente na retomada do Sindicato Rural de Santarém. Ressalto a companheira **Páscoa Silva**, da Associação dos sociólogos (APS) [...]. Grande parte dos documentos do movimento sindical, a partir dos ENTOES e principalmente da ANAMPOS e da CUT, foram organizados pela companheira Páscoa Silva, que empresta o seu nome para o auditório da CUT. **Ermelinda Garcia** advogada, e professora fundadora da APEPA; **Jair Holanda**, era da construção civil, da unidade sindical. Na universidade o professor **Romero Ximenes** que era da unidade sindical, **Raimundo Gomes**, presidente dos Petroleiros [...]. **Paulo Fonteles**, que tinha uma influência grande sobre vários sindicatos, porque ele era advogado dos Trabalhadores Rurais do Movimento Agrário, temos ainda o **João Batista** que também era advogado. Paulo Fonteles e João Batista foram deputados estaduais, ambos assassinados. Tem ainda

o presidente do sindicato dos Estivadores que era o **Batalha** [...]. O **Bira Barbosa**, **Edmilson Rodrigues** eram dos professores, da Associação (APEPA) junto com a Venize. **Paulo Rocha** era da oposição gráfica e teve uma importância muito grande. Foi o primeiro presidente da CUT no Pará e sob a liderança dele a CUT cresceu bastante. **José Carlos Lima**, que também era gráfico e fazia muitas discussões teóricas, depois foi eleito Vereador e deputado estadual. **Vera Paoloni** era bancária, jornalista, fotógrafa e muita coisa que se tem de registro dessa época a gente deve a ela; **Cecília Basile**, **Sandra Zaire**, **Marise Duarte**, sociólogas da APS contribuíram bastante; **Ribamar** (Riba ou Ribinha) da APQP. O sindicato da alimentação contribui muito com a participação das companheiras quebradoras de Castanha; **Flávio Nassar** que era da ADUFPA; **Lucivaldo Ribeiro** da Construção Civil; Gatão, o **Atanagildo Matos**, que era da Oposição Sindical de Oeiras do Pará, e depois presidente; Libório do STR do Moju; **Rosaly Brito**, **Paulo Roberto Ferreira**, jornalistas e do Movimento Pró CUT aqui do Pará; **Raimundo Jinkings** que dirigente sindical Bancário, cassado pelo regime militar; entre tantos outros (Alberdan Batista, 2020).

Assim como as ações unificadas de solidariedade, apoio mútuo entre categorias e movimento social, quando necessárias, encontra-se presente na lista elencada por Alberdam Batista, que mesmo correndo o risco de incompletude, o quadro de lideranças emergentes no mundo sindical de então e que foram fundamentais no processo de implementação, aqui no Pará, das ideias do sindicalismo Autêntico.

A TRAJETÓRIA DO NOVO SINDICALISMO NO PARÁ

Neste contexto *O Novo Sindicalismo no Pará*, buscava o seu lugar na representação e direção dos sindicatos paraenses. Defendia uma organização que começasse pela base e que de fato lutasse pela reorganização da estrutura sindical. Rosaly

Brito, Jornalista e Professora da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará, que foi partícipe da Comissão Executiva Pró CUT Estadual eleita no IV ENCLAT, sendo a única representante dos Sindicatos Urbanos do polo Combativo/Oposição Sindical, diz-nos que um dos “slogans” do movimento das Oposições Sindicais era “CUT pela Base sem pelego⁴ e sem patrão”. Rosaly Conta-nos mais sobre as Oposições e as diferenças entre as vertentes sindicais presentes na trajetória de fundação da CUT, uma das conquistas dos trabalhadores e do Novo Sindicalismo.

[...] na minha militância na Oposição Sindical dos Jornalistas, [...] por conta dessa militância, eu e um grupo de companheiros da Oposição Sindical dos jornalistas, da qual fazia parte, por exemplo, Paulo Roberto Ferreira, mas não só, nós fomos participar dos ENCLATS, que eram os Encontros Estaduais da Classe Trabalhadora, [...] que antecederam a grande Conferência das Classes Trabalhadores de 83, que criou a CUT. E eu participei de dois ENCLATS, do quarto ENCLAT que não saberia dizer o ano, mas foi por ai 82, e depois, do quinto ENCLAT. Eu fui da direção e da Executiva da comissão Pró-CUT no Pará, eleita no IV ENCLAT, e daí eu já estava com os dois pés, os dois braços, tudo dentro desse movimento Pró-CUT [...]. Então eu já entrei na Comissão Estadual Pró-CUT que naquela altura contava com tanto as lideranças do polo combativo como as lideranças da Unidade Sindical (Rosaly Brito, 2020).

Quando da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Pará, poucos sindicatos e associações profissionais estavam vinculadas a mesma, atuando conforme os princípios e práticas do Novo Sindicalismo. Aos poucos as Oposições Sindicais foram conquistando as bases sindicais e retomando suas direções para as propostas de interesse da classe trabalhadora.

⁴ O “pelego” para os sindicalistas, era aquele que fazia o jogo do patronato e da burguesia, estava na direção sindical, mas não atendia aos interesses dos trabalhadores.

No polo combativo do sindicalismo que procurava fincar as bases da CUT e ao mesmo tempo apoiar as oposições sindicais havia poucos sindicatos e organizações com histórico de luta. Inclui-se neste grupo a Associação dos Professores do Estado do Pará (APEPA) e, segundo Petit (1996, p. 135), “[...] o Sindicato dos Gráficos, a Associação Regional dos Sociólogos do Pará e Sindicatos de Trabalhadores Rurais que estavam sob a direção de sindicalistas fundadores da CUT no Estado”.

Ao longo dos anos, após sua instalação no Pará, a entidade já contava com um aumento no número de sindicatos associados à Central, principalmente dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's) (PETIT, 1996, p. 136-137). Também na cidade, a organização dos rodoviários. No Campo, o STR de Oeiras do Pará foi o precursor do movimento do Novo Sindicalismo. Em 1973, Atanagildo de Deus Matos, o “Gatão” foi eleito tesoureiro Sindicato, e em 1976, foi eleito presidente. Petit (1996, p. 61) afirma que: “com a colaboração da CPT e dos militantes do PC do B, Gatão tornou-se o principal impulsor das reuniões do Novo Sindicalismo rural paraense”.

Ainda na microrregião do Baixo Tocantins, vale ressaltar a atuação forte das Oposições Sindicais no sentido de ir ao combate pela terra e por seus direitos. No Campo, os conflitos entre latifundiários e posseiros era uma realidade brutal e ainda é até os dias de hoje. No Baixo Tocantins, essa luta e a conquista por parte dos Trabalhadores Rurais se materializou ao longo dos anos 80, com as edições da chamada “Lei dos Posseiros” ou “Lei Anilzinho”⁵. Ademais, pode-se destacar também a atuação do STR de Santarém/Pa. Em 1980, estava sob a direção de Geraldo Pastana, que foi eleito

⁵ Segundo Adriane dos Prazeres Silva (2011 *Apud* SILVA, 2014), a Lei Anilzinho “é ‘um conjunto de leis construída por esses sujeitos com a finalidade de proteger as pequenas propriedades do latifúndio’”.

primeiro presidente de Oposição no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém e que pertencia a CSLU – Corrente Sindical Lavradores Unidos (PETIT, 1996, p. 118). Três anos depois Avelino Ganzer, da Oposição, tinha sido eleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém com 4. 317 votos, contra 236 da outra chapa (PETIT, 1996, p. 125) e no mesmo ano, foi eleito vice-presidente nacional da CUT. Em Santarém, historicamente, os sindicatos rurais viviam sob o controle de sindicalistas “pelegos”, mas a partir de 1980, ocorreram mudanças quando Pastana foi eleito. Avelino Ganzer narra:

Em 1980 nós ganhamos o sindicato; fomos um movimento importante para discussão. Em 81 foi criada a PRO CUT, daí então começou a luta interna pra gente tentar tirar a FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS da mão dos fazendeiros [...] E ao mesmo tempo quando foi depois de 81 criada a PRO CUT começou o movimento para criação da Central Única dos Trabalhadores (Avelino Ganzer, 2020).

Antes mesmo dos anos 80 já existiam lutas e mobilizações por parte das Oposições Sindicais no Estado do Pará, levando-nos a compreender que havia sim resistência contra o peleguismo dentro dos sindicatos paraenses. Além disso, na cidade de Santarém, bem como em quase toda a região Tocantina, com o desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores, apesar da CUT ser independentemente de partido político, havia um elo importante entre os sindicalistas cutistas e o PT.

Ademais, destacamos também o papel das Oposições Sindicais Urbanas, que de modo ativo, lutou para conquistar e tomar das mãos dos pelegos a direção dos sindicatos. Paulo Roberto Ferreira, jornalista, escritor e colaborador, editor do Jornal Resistência (de 1978-1983), fala-nos que: “...poucos sindicatos tinham uma atuação ativa, forte; a maioria estava

atrelada ao Estado, à Delegacia Regional do Trabalho”, mas “a partir de 70, 80 começa a surgir esse novo sindicalismo [...] O novo sindicalismo que vai ser organizado pela base; então começa todo movimento de retomada dessas entidades das mãos das direções pelegas” portanto, a partir do contato com o novo sindicalismo, foram se reorganizando as estruturas sociais e sindicais paraenses. Não foi simples a retomada das direções sindicais pelas Oposições Sindicais. Rosaly Brito, que fazia parte da Oposição Sindical dos jornalistas como dito antes, conta-nos.

Então no Pará, nos jornalistas do Pará, eu fui Oposição Sindical. Na verdade eu nunca consegui a direção, nem eu, nem o grupo ao qual eu estava ligada, nós éramos Oposição Sindical e por causa dessa característica de Oposição Sindical a gente acabou também, até porque não militávamos só lá, a gente militava na SDDH, estava ligado aos movimentos Sociais, no meu caso específico, eu, Paulo Roberto, Alberdan, nós éramos pessoas que estávamos ligados a movimentos mais amplos, não só o sindicato dos Jornalista, ou dos gráficos, no caso o Alberdan [...]. Então, a gente naturalmente acabou levando pro sindicato dos Jornalistas, esse embate que estava posto no movimento como um todo (Rosaly Brito, 2020).

As Oposições Sindicais no Estado do Pará eram ligadas às aspirações em organizar uma CUT pela base que representasse os trabalhadores e mesmo não sendo fácil a labuta pela qual passaram, os militantes das Oposições Sindicais conseguiram algumas conquistas no que se refere a retomada da direção dos sindicatos, como é o caso do sindicato dos Gráficos. O hoje senador Paulo Rocha, então presidente do Sindicato dos Gráficos, conta-nos que.

Quando nós ganhamos o sindicato, eu aluguei logo uma casa ali na Praça da Bandeira, uma casa grande, daquelas antigas e ai dava a oportunidade pra todo o pessoal que

tava se organizando; e lá surgiram os professores, a figura do Edmilson, Venize [...] ai começou lá a Oposição Sindical da Construção Civil, dos Bancários, dos Metalúrgicos, dos Urbanitários e ai o Campo também, quando comecei rodar e incentivar as Oposições Sindicais ai eles vinham fazer os encontros estaduais [...] o Sindicato dos Gráficos era referência (Paulo Rocha, 2020).

O Sindicato dos Gráficos destaca-se por ser um catalizador das Oposições Sindicais e um centro convergente das lutas das Oposições; liderado por Paulo Rocha, foi a porta de entrada do novo sindicalismo no Estado do Pará. Ademais, uma nova força se fazia presente no movimento sindical através da Associação dos Professores do Estado do Pará - APE-PA, que reunindo professores da capital e interior do Estado se constituiu em uma organização sindical, mesmo em tempos que a sindicalização era proibida aos servidores públicos. Construindo-se pela base a partir dos finais dos anos 70, mobilizou as primeiras amostras públicas de oposição ao governo em passeatas e manifestações que marcaram o processo de desgaste e denúncia da ditadura e dos governos autoritários no Pará, ao mesmo tempo que reivindicava pautas históricas para a categoria dos professores públicos como aposentadoria com vencimento integral, direito a sindicalização, 13º salário, concursos públicos, planos de carreira etc., pautas que eram unitárias de nível nacional. Segundo a professora Venize Rodrigues, dirigente e fundadora da entidade dos professores.

Tempos difíceis aqueles em que os professores no Pará como no restante do Brasil tinham quase nenhum direito. Poderiam ser demitidos a qualquer tempo pois os Concursos Públicos eram praticamente inexistentes, o medo de demissão era sempre presente dificultando a mobilização, muitos professores foram demitidos no processo de luta. Nem mesmo a sindicalização era arma, pois a sindicalização do servidor público era proibida, 13 salário, aposentadoria com venci-

mentos integrais foram conseguidos com muita luta, muitas greves, muitas reuniões nacionais e idas ao Congresso pressionar por nossos direitos (Venize Rodrigues, 2021).

O movimento sindical no Pará já nas décadas de 1970 e 1980 se dava em uma dicotomia: Força e Unidade Sindical e Oposições Sindicais. Os sindicatos dos trabalhadores da cidade e do campo encontravam-se, muitos deles, em situações de grave dependência em relação ao Estado. Por exemplo, a FETAGRI (Federação dos Trabalhadores na Agricultura), até 1987 – anos após a fundação da CUT – era dirigida por pelegos. Em “[...] fevereiro de 1987, [...] a chapa apresentada pelos líderes dos STR, s vinculados a CUT conquistou a direção da Fetagri, convertendo-se na primeira federação de Trabalhadores Rurais do país a ser dirigida por cutistas” (PETIT, 1996, p. 149-150).

Na cidade, a maioria dos Sindicatos era controlada por representantes da Força Sindical e alguns eram perigosos, como é o caso do Sindicato dos Bancários, que em novembro de 1979, tinha como presidente o policial Carlos Levy; também eram influenciados por representantes da Força Sindical os Sindicatos dos Rodoviários, Comerciantes, Estivadores, Construção Civil, etc., embora atuassem de início de forma conjunta, no sentido de construir uma ação sindical unitária, não obstante as diferenças das práticas sindicais.

Assim, o Novo Sindicalismo no Pará se constituiu em caminhos de construção de experiências que foram multiplicadas e assimiladas no calor da luta. Mesmo vivendo sob a ditadura, sindicalistas sem medo de lutar, junto a companheiros dos movimentos sociais e parte da Igreja, conquistaram direitos e direções sindicais no Campo e na Cidade, articularam-se entre si e perceberam que somente lutando juntos conseguiriam alcançar seus objetivos.

REFERÊNCIAS

FONTES ORAIS

BATISTA, Alberdan. Entrevista cedida para Caio de Lucas Oliveira Souza, no dia 03 de junho, através da plataforma digital Google Meet.

BRITO, Rosaly. Entrevista cedida para Caio de Lucas Oliveira Souza, no dia 04 de junho de 2020, através da plataforma digital Google Meet.

GANZER, Avelino. Entrevista cedida para Caio de Lucas Oliveira Souza, no dia 21 de julho de 2020.

ROCHA, Paulo Galvão da. Entrevista cedida para Caio de Lucas Oliveira Souza, no dia 07 de dezembro de 2020.

RODRIGUES, Venize Nazaré Ramos. Entrevista cedida para Caio de Lucas Oliveira Souza, no dia 13 de julho de 2021.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. **O que é Sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 10ª edição 1980.

_____. **O novo Sindicalismo no Brasil**. Campinas: Pontes, 2ª ed. rev. e ampl. 1995.

CUÉLLAR, Jaime; PETIT, Pere. O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará: apoios e resistências. **Estudos Históricos**, vol. 25, nº 49, 2012, p. 169-189.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar 2003.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. Ed. Contexto, 2014.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. O Surgimento de uma nova Força Social: o Sindicalismo Cutista. **Revista Saeculum**, nº 4/5, 1998-1999, pp. 287-308.

PETIT, Pere. **A Esperança Equilibrista: a Trajetória do PT no Pará**. São Paulo/Belém: Boitempo/Núcleos de Altos Estudos Amazônicos-UFPA, 1996.

PINHEIRO, Raimundo Amilson de Souza. **“Abaixo Figueiredo. O povo não tem medo. Mais arroz e mais feijão abaixo a repressão”**: Quando professores entraram em cena em Belém. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

RIBEIRO, Marcos Alexandre Araújo. Uma casa para celebrar e gritar: resistência e fé na luta pelo direito de morar. **Anais do VI Encontro do GT Nacional de História das Religiões e das Religiosidades - ANPUH**, 2016, Rio de Janeiro, 2016. vol. VI. p. 281-294.

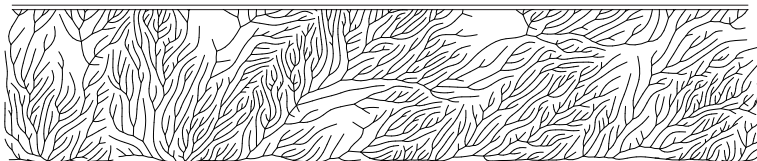
RODRIGUES, Leôncio Martins. O Sindicalismo nos Anos 80: Um Balanço. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 4, nº 1, 1990, p. 11-19.

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entram em Cena**: Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª ed. 1988.

SILVA, Adriane dos Prazeres. Trabalhadores rurais do baixo Tocantins, organização e parcerias com a igreja progressista da prelazia de Cameté (1979-1991). **Revista Tempo Amazônico**. vol. 1, nº 2, junho-dezembro de 2014, p. 56-66.

SILVA, Adriane dos Prazeres. O Canto do Lavrador e a conquista da terra na Amazônia Tocantina (1970-1980). **Revista Sentidos da Cultura**, vol. 6, nº 10, 2019, p. 6-28.

“PENSANDO UNICAMENTE NO POVO E NO PROGRESSO DESTA QUERIDO MUNICÍPIO”¹: A INVENÇÃO DO “PROGRESSO” DA CIDADE DE CASTANHAL-PA NO TEMPO PRESENTE



Osimar da Silva Barros

A cidade de Castanhal surgiu do processo de colonização da Zona Bragantina no nordeste do Estado do Pará, no final do século XIX. A ocupação teve como base fundamental a criação de núcleos coloniais para onde foram encaminhados imigrantes europeus e, especialmente, nordestinos, sobretudo cearenses. Os núcleos coloniais foram idealizados para fornecer produtos agrícolas a Belém - capital do estado do Pará -, pois boa parte dos trabalhadores que residiam no Pará foram destinados à extração de látex. Para consolidar essa colonização, em 1883, iniciou-se a construção da estrada de ferro de aproximadamente 293 quilômetros que ligaria Belém à cidade de Bragança. Assim, Castanhal se constituía numa colônia agrícola fundada por imigrantes cearenses, por onde passava o trem da Estrada de Ferro de Bragança (EFB), cortando a vila agrícola castanhalesense (LACERDA, 2006).

¹ Trecho do discurso do vereador José Ribamar Lira (ARENA) na Câmara Municipal de Castanhal, em 1968. Fonte: Ata da 15ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Castanhal, 15/12/1968, p.78-79.

Em 1932, Castanhal recebe *status* de cidade. Mas, no final da década de 1950 e início dos anos de 1960 houve a desativação da estrada de ferro e o processo de abertura da rodovia Belém-Brasília que, por sua vez, passa no centro de Castanhal (BECKER, 1982, p.115).

Nesse sentido, denomino de *fase civilizatória* da cidade, quando as relações sociais e econômicas de Castanhal eram regidas pela passagem da locomotiva à vapor que não transportava apenas mercadorias, mas também de pessoas de várias partes do Brasil, especialmente nordestinos, que se deslocavam constantemente ao longo da Zona Bragantina.

A construção da Estrada de Ferro de Bragança não visava apenas a integração dessa sub-região à capital. Tinha como um dos objetivos de inserir o processo civilizatório do mundo moderno ocidental para o nordeste do Pará e de manter e difundir a fé cristã católica entre os migrantes que estavam construindo inúmeras vilas ao longo das margens da estrada de ferro (LACERDA, 1999, p. 206-207).

A *fase civilizatória* de Castanhal foi marcada por intenso conflitos políticos desde o início do processo de colonização da Região Bragantina. Cabe destacar os confrontos entre *baratistas* e *antibaratistas* que dominou o cenário político castanhalense na primeira metade do século XX. Tal configuração política se alterou com o golpe Civil-Militar em 1964 (BARROS, 2020, p. 36-89).

A abertura da rodovia Belém-Brasília estimulou a remodelação do espaço urbano castanhalense, alterando seu cotidiano através de maior fluxo de mercadorias e de imigrantes e formando um setor terciário precário (CONCEIÇÃO, 2002, p. 236). Castanhal foi a cidade que mais cresceu com a rodovia, o que contribuiu para estabelecer “laços mais diretos com São Paulo, graças a sua função distribuidora” (BECKER,

1982, p.115). A reforma urbana que Castanhal passou foi intensa entre as décadas de 1960 e 1970.

Inúmeros empreendimentos públicos e privados foram realizados nesse período: efetivação de abertura de diversas vias, incluindo a construção da principal avenida da cidade (Avenida Barão do Rio Branco) que substituiu a Estrada de Ferro de Bragança; a retirada da cobertura vegetal de vários pontos urbanos, aterramento de vários igarapés, criação do primeiro bairro planejado (Bairro da Estrela), demolição da estação de trem e do Mercado Municipal de Castanhal, aparecimento de serviços bancários e instalação de energia elétrica permanente e início do processo de verticalização da cidade (BARROS, 2014, p.88-135).

Essa metamorfose urbana considero marca o fim da *fase civilizatório* de Castanhal e se inicia *fase desenvolvimentista* ou *progressista*, pois pontua o momento do forjamento do discurso que a cidade vivia o momento de progresso. Foi nesse momento que a elite política castanhalense criou o termo “cidade modelo”.

No início de 1960, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) escolheu Castanhal e algumas outras cidades brasileiras para implantação de um projeto de planejamento urbano. Tal iniciativa visava transformar essas cidades em modelo de desenvolvimento citadino. Castanhal, na ocasião dessa escolha, era administrada pelo prefeito Maximino Porpino Filho (1963-1965). Este e outros prefeitos das cidades escolhidas participaram no Rio de Janeiro, em 1963, de uma reunião com o presidente João Goulart que explicou o projeto de reforma urbana. Retornando para Castanhal, o prefeito Maximino Porpino Filho promoveu intensa propaganda de que Castanhal seria uma “cidade modelo”.

Mas o projeto do INDA não foi efetivado. Mesmo assim, a expressão “cidade modelo” foi apropriada tanto pelo

poder público municipal quanto pela imprensa local, especialmente no final da década de 1970, período que houve a completa alteração do centro urbano. Tal modificação fez intensificar nas páginas da imprensa castanhalense o discurso que Castanhal consistia na “cidade modelo”.

A mudança da paisagem urbana levou o poder público municipal a afirmar que Castanhal estava passando por um momento de “desenvolvimento” e “progresso”. Os vereadores da Câmara Municipal de Castanhal, tanto os que faziam parte da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) quanto do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), compartilhavam o pensamento de que a cidade passava por essa “evolução”. Essa ideia possibilitou uma “união” entre todos os vereadores, fazendo com que os mesmos “abrissem mão” do conflito político-ideológico existentes entre eles na câmara municipal.

O discurso de “desenvolvimento” e de “progresso” ganhou as páginas e o apoio da imprensa da cidade de Castanhal. Os periódicos Novo Horizonte, Jornal de Castanhal, Jornal do Interior e Gazeta do Interior foram unânimes em defender, no final da década de 1970, que a cidade atingiu um significativo “desenvolvimento” urbano. Motivo a mais para que a imprensa se apropriasse² da expressão “cidade modelo” para inseri-la no contexto em que Castanhal teve sua área em torno do “primeiro conjunto arquitetônico” (LACERDA, 1999, p. 201-205) completamente transformada.

Isso se compreende que o processo de “desenvolvimento” e de “progresso” se limitou ao centro comercial de Castanhal. Outros bairros ou áreas em torno do centro da cidade não receberam os empreendimentos e obras públicas

² Os periódicos Novo Horizonte, Jornal de Castanhal, Jornal do Interior e Gazeta do Interior apropriaram da expressão “cidade modelo”, surgida em Castanhal na década de 1960. A expressão “cidade modelo” foi reutilizada nas páginas dos jornais no final da década de 1970 para reforçar o discurso que Castanhal era modelo de desenvolvimento para outras cidades paraenses.

e privadas que pudessem estender a remodelação urbana e melhorias de infraestrutura e de serviços básicos. O bairro do Milagre pode ser apontado como exemplo de uma das áreas urbanas que não foram beneficiadas pelo “progresso” que a cidade experimentava.

O Milagre era considerado pela imprensa local o mais “populoso” bairro da “cidade modelo” e desprovida de serviços básicos como a falta de água e ausência de pavimentação que dificultava o cotidiano dos residentes³. Essa condição levou a mobilização dos moradores que tomaram as ruas do bairro e buscaram⁴ amenizar a situação em que se encontravam (ALVES, 2005, p. 275).

Assim, no final da década de 1970, Castanhal passa a experimentar uma série de mobilizações sociais que atravessaram toda década de 1980. Mutirão entre moradores que residem em áreas sem serviço básico, protesto contra agressão policial, prática de linchamentos, greve, formação de associação de moradores e revolta violenta foram alguns fenômenos sociais que se manifestaram no espaço urbano da “cidade modelo”.

Entre essas ações coletivas urbanas, cito como exemplo, a Greve das Professoras e Professores da rede municipal de Castanhal, ocorrida em 1980; e A Revolta do Pincel, eclodida em 1987. Avalio essas mobilizações de homens e mulheres castanhalenses como o marco do fim da *fase progressista* e o começo da fase da *cidade amotinada*.

As fases *civilizatória*, *desenvolvimentista* ou *progressistas* e *cidade amotinada* foram pensadas a partir das ordens de análises das fontes documentais que tive acesso para escrita da minha tese. Esses diferentes momentos da história de Casta-

³ Jornal de Castanhal, Segunda Quinzena de setembro de 1978, p.9.

⁴ Durante o processo de redemocratização houve uma proliferação de organizações populares por todo Brasil. Esses movimentos, além de promoverem marchas pelas ruas, fundaram associações de moradores.

nhal não significam uma interpretação cimentada. Mas para facilitar uma visão geral das ações dos sujeitos históricos que buscaram melhores condições sociais a partir dos seus interesses específicos.

Diante da reforma urbana da “cidade modelo”, trago aqui a percepção do escritor castanhalense Raimundo Holanda Guimarães. Este intelectual, que além de escritor foi jornalista e jurista, escreveu crônicas e outros textos sobre Castanhal nas páginas dos principais jornais de Belém e essas memórias foram publicadas em dois livros: as crônicas *A Cidade Perdida: a Saga de Tarimbeiro* (1999) e *A Cor da Saudade* (2004). Guimarães também escreveu um romance: *Chibé* (1964) (VICTOR NETO, 2018, p. 1628).

Os dois primeiros livros, especialmente *A Cidade Perdida*, entrelaça seu sentimento subjetivo que possui com a cidade para afirmar que os castanhalenses perderam parte da memória da história de Castanhal por causa da ambição de um prefeito. Ele se refere ao Máximo Porpino Filho. Segundo Raimundo Guimarães, Porpino Filho era um administrador jovem que viajou por várias partes do Brasil e trouxe de suas andanças a pretensão de transformar o espaço urbano de Castanhal.

Mas destruiu as mangueiras que representavam o processo de colonização e fundação da vila que virou cidade através do esforço e coragem dos imigrantes nordestinos. O escritor vê nas mangueiras não apenas o simbolismo da edificação de uma comunidade de migrantes, mas também de realizarem em torno delas o cotidiano da sociabilidade, do lazer e das tramas políticas. Essas profundas modificações urbanas que se iniciavam estavam destruindo um modo de vida ou um ideal de vida e/ou de cidade que Raimundo Guimarães acreditou que viveu.

A rodovia federal que passa nas proximidades do centro de Castanhal marca, talvez para o escritor, a invasão de outras forças externas mais agressivas que apaga a singularidade ou a essência daquelas pessoas forçadas pelas adversidades da imigração do final do século XIX e início do século XX. A valentia marcada pela solidariedade entre os nordestinos que migraram à margem da Estrada de Ferro de Bragança foi arrancada ou derrubada como as mangueiras e ficou sem a proteção das mudanças que vieram.

Castanhal não é mais a cidade dos baratistas e antibaratistas que se rivalizavam e se cumprimentavam pelas margens da Estrada de Ferro de Bragança, na Estação Trem de Castanhal, no Mercado Municipal, na frente das mercearias, no cinema Cine Argus, na Igreja Matriz São José. Agora Castanhal é a “cidade modelo”.

Raimundo Holanda Guimarães não compartilhou desse discurso que Castanhal passava por momentos de “desenvolvimento” e de “progresso” e que, por sua vez, seria uma “cidade modelo”. Não podemos nos esquecer de que o escritor foi contemporâneo dos fatos que levou Maximino Porpino Filho ao exagero de propagandar que Castanhal seria um modelo de urbanização. Sem efetivação do projeto do governo federal, Porpino Filho foi impelido a realizar, por conta própria, a reformulação urbana que o levou a arrancar as mangueiras que constituíam a paisagem do primeiro centro arquitetônico de Castanhal.

Assim, Guimarães sabia que a expressão “cidade modelo” ou “município modelo” correspondiam forjamento dos jornais impressos para tentar definir Castanhal do final da década de 1970. O termo “cidade modelo” não existe nos seus livros que tratam da memória da sua experiência política de Castanhal. Nem comenta que a cidade vivia momentos de

“desenvolvimento” e de “progresso”. Não viu com entusiasmo as mudanças urbanas ocorridas ao longo das décadas de 1960 e, principalmente, dos anos de 1970.

A narrativa de suas memórias políticas, especialmente nas décadas de 1950 e 1960, tem os lugares demolidos pelo “progresso” como personagens que testemunharam os acordos e as violências movidas pela disputa do poder local. Guimarães escreve que a Estação de Trem de Castanhal não se limitava a um espaço de embarque e desembarque de passageiros e/ou de migrantes, mas também a um local onde circulavam as informações incoerentes de conflitos e traição no meio político.

“A voz da cidade”, serviço de rádio e publicidade que funcionava nos altos do Cine *Argus* correspondia o espaço de uso de vários grupos políticos. Inclusive o interior do cinema era alugado ou cedido para realização de reuniões partidárias.

O Mercado Municipal, como a estação de trem, era um lugar não apenas de trabalho e de comércio, mas também de sociabilidade. Ao redor da Prefeitura Municipal acontecia muita tensão e violência porque a Câmara Municipal de Castanhal funcionava nos altos do prédio da prefeitura e onde também se realizavam a contagem dos votos. Portanto, com exceção do prédio da prefeitura, todos esses espaços foram demolidos para ceder lugar a uma nova cidade: a “cidade modelo”. Cidade que o escritor não se reconhece.

Castanhal pensada por Raimundo Holanda Guimarães vem do produto de sua percepção de mundo. O estilo narrativo, a posição política e o sentimento de pertencimento da comunidade formada por migrantes nordestinos nos revelam uma cidade representada por um sujeito que possuía seu próprio modo de se relacionar com a urbe castanhalense. Assim, o escritor não escreve ou não compõe a “experiência do real” da cidade.

Mesmo diante da aparência erguida na frente da “realidade em si” (KANT, 2009), encontramos vestígios das relações sociais e de forças de uma sociedade que se formou à margem da Estrada de Ferro de Bragança. Transcender a escrita subjetiva do autor leva perceber que a construção da hegemonia política de Castanhal, na década de 1980, se fez pensada e decidida por homens que construíram essa estrutura através da violência física como forma de disputar o poder público local.

Esses conflitos entre grupos políticos ocorriam paralelo às mudanças urbanas de Castanhal, especialmente depois de 1960. A transformação da paisagem citadina do centro comercial levou o segmento político dominante e a imprensa castanhalense a afirmar que Castanhal era uma “cidade modelo” porque vivia um momento de “progresso”.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, SP: EDUSC, 2005,

BARROS, Osimar da Silva. **Foi algo que nunca aconteceu**: Por uma história social de Castanhal (1978-1987). Orientador Prof. Dr. Pere Petit. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia/UFPA. Belém, 2020.

_____. **A “cidade modelo”**: reforma urbana, conflitos sociais e o discurso de progresso em Castanhal (1960-1987). Orientador: Antônio Maurício Dias da Costa. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia/UFPA. Belém, 2014.

BECKER, K. Bertha. **Geopolítica da Amazônia**. A nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

CONCEIÇÃO, Maria de Fátima & OLIVEIRA, Aline Reis de. Políticas agrárias e estrutura fundiária na Zona Bragantina: Nordeste Paraense. *In*: ALENCAR, Décio

de & BEZERRA NETO, José Maia (orgs.). **Terra Matura**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

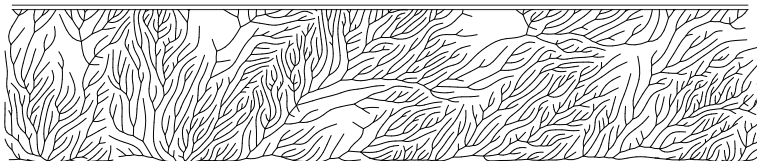
KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Tradução: Lucimar A. Coghi Anselmi e Fulvio Lubisco. São Paulo: Martin Claret, 2009.

LACERDA, Franciane Gama. Cidade, memória e experiência ou cotidiano de uma cidade do Pará nas primeiras décadas do século XX. *In*: **Pesquisa em História**. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História/PUC/SP. São Paulo, 1999.

_____. **Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)**. Tese de Doutorado. Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio da Silva. Programa de Pós-Graduação em História Social/USP. São Paulo, 2006.

VICTOR NETO, José. **Chibé, de Raimundo Holanda Guimarães: Roman à clef na Amazônia do século XX**. Disponível em: http://www.abralic.org.br/anais/arquivos/2017_1522184426.pdf. Acesso: 03/05/2018.

MEMÓRIAS E NARRATIVAS DA COLONIZAÇÃO DA CIDADE DE BRASIL NOVO – PA



Renata Belz Kruger

INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira ocupa cerca de 60% do território nacional. Como assevera Joaoni Neto e Guimarães Neto (2019), a denominação de “Amazônia Legal” para a região onde o bioma da Amazônia se estende no país foi estabelecida pela Lei 1.806 de 06/01/1953. A referida região é integrada pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão. Assumiremos no decorrer do trabalho o uso do termo “Amazônia” para fazer referência ao território que além de abrigar um dos biomas de maior biodiversidade do mundo, possui características culturais e práticas sociais próprias.

O golpe empreendido pelos militares em 1964 ocasionou mudanças expressivas nas políticas públicas de desenvolvimento do Brasil. A concentração da riqueza e a restrição do acesso à terra às camadas empobrecidas e o favorecimento da iniciativa privada foram alguns de seus desdobramentos. As

ações a serem adotadas pelo governo militar eram legitimadas pelas propostas de desenvolvimento econômico em conjunto com empresários. Na lógica do discurso militar, a desigualdade social do Brasil era um problema em face da distribuição inadequada da população no território do país, relegando a causa do problema a uma questão demográfica de forma a ignorar a concentração de terras nas mãos da oligarquia agrária entre outras situações.

Um dos efeitos mais significativos deste discurso é a definição da Amazônia como “uma terra sem homens” relacionada a “um Nordeste de homens sem terra”. A positividade da intervenção do governo militar é o pressuposto da legitimidade dos critérios objetivos para atuar naquilo que representa como distorção. Uma justa “redistribuição de populações” garantirá, de forma racional, desenvolvimento ao país (GUIMARÃES NETO, 2014, p. 38).

Nesse contexto, a solução proposta consistia em o Estado promover a ocupação de áreas “vazias” da região amazônica através do deslocamento de grupos sociais de regiões que apresentavam concentração populacional elevada e conflito agrário, a exemplo do Nordeste e áreas do Centro-Sul do país. Para o discurso do Estado, era fundamental para sua política econômica que a Amazônia se integrasse aos centros produtivos do país. Ressalta-se que dentro desse processo várias populações foram excluídas, incluindo os povos tradicionais indígenas, uma vez que o projeto econômico de ocupação da Amazônia pretendia incentivar sobretudo os setores empresariais a investirem na Amazônia. (JOANONI NETO & GUIMARÃES NETO, 2019).

O estudo de processos que transformaram – e transformam – a Amazônia brasileira são de grande importância para a compreensão das contrariedades presentes no espaço no decorrer da história. O estudo do processo de colonização da

Amazônia contribui para compreensão de questões contemporâneas como a persistência de “simplificações, anacronismos, análises do senso comum que naturalizam a exploração econômica e, sobretudo, uma visão que concebe este território como atrasado, inóspito ou selvagem”, sinalizam Joaoni Neto e Guimarães Neto (2017, p. 144).

O presente trabalho trata da colonização da Amazônia brasileira com um recorte no tempo e no espaço geográfico particulares. O processo de colonização da Amazônia é um tema amplo e complexo que configura um lugar de disputas de narrativas. Proponho aqui a investigação da colonização da Amazônia durante o governo militar (1964-1985), especificamente da região da Transamazônica, a partir do trabalho com as memórias da colonização a partir de relatos orais de pessoas que participaram do projeto de colonização dirigida pelo governo militar.

Essas pessoas partiram com suas famílias, em sua maioria da região Nordeste, para a Amazônia levadas oficialmente por instituições governamentais que geriam o projeto de colonização. Esses relatos se relacionam com o período de migração fomentado por políticas de colonização empreendidas especialmente por volta da década de 1970, no estado do Pará, com enfoque no caso do município de Brasil Novo, localizado no sudoeste do estado.

O objetivo principal desse trabalho é analisar o processo de colonização da Amazônia brasileira, na década de 1970, tomando como referência o caso da agrópolis de Brasil Novo, município limeiro à Transamazônica, especialmente com base nas memórias dos colonos, e, desse modo, refletir sobre as memórias e práticas de espaço em Brasil Novo a partir dos relatos orais recolhidos.

TRABALHANDO COM FONTES ORAIS

O trabalho foi feito com base em pesquisas documentais e sobretudo fontes orais. As fontes orais se referem ao trabalho com a História Oral enquanto metodologia adotada na pesquisa e se materializam como alicerces que sustentam importantes reflexões. Realizei nove entrevistas presenciais em Brasil Novo-PA que envolveram diretamente doze pessoas, oito mulheres e quatro homens. Sobre a metodologia da História oral, Guimarães Neto (2021) nos empresta sua compreensão e seu posicionamento diante das fontes orais.

[...] as narrativas no campo historiográfico que se elaboraram com base nesta documentação oral (reunida pelas entrevistas) não têm a pretensão de “recriar o real” ou corresponder a uma “cópia do real”; não são tratadas “ilustrando um contexto” ou “uma realidade”, mas vistas como práticas discursivas, produtoras de diferentes pontos de vista, que oferecem importantes elementos para pensar esse complexo mundo do trabalho e dos trabalhadores na Amazônia (GUIMARÃES NETO, 2021, p. 39).

Os entrevistados, em sua maioria, migraram do estado do Rio Grande do Norte em direção à Transamazônica. De início busquei identificar os temas mais recorrentes nas entrevistas e organizá-los a fim de agrupar temáticas semelhantes ou apontar questões dissemelhantes percebidas nos relatos orais. A partir dos relatos orais recolhidos foi possível propor reflexões sobre os sonhos nutridos pelos migrantes e a realidade vivenciada por eles no projeto de colonização dirigida.

Os relatos orais permitiram que outras questões fossem alvo de reflexão, como a propriedade de terra, o desejo de memória dos colonos, os impactos nos hábitos alimentares dos migrantes, as formas de trabalho durante a colonização, o acesso à educação nos tempos de colonização, os papéis de-

sempenhados pela mulher na colonização e as concepções populares sobre a Amazônia relacionadas a questão indígena.

A propriedade da terra aparece em alguns relatos como a materialização de um sonho dos trabalhadores rurais que viviam em cima da terra de terceiros ou possuíam pequenas áreas para o cultivo em seu lugar de origem. No entanto, a motivação dos migrantes, chamados “colonos”, em enfrentar o longínquo deslocamento não pode ser reduzido ao desejo da propriedade da terra puramente. Guimarães Neto (2021) explica que para os sujeitos que carregavam o desejo de uma vida melhor, a nova terra se desenhava como a salvação. O imaginário do colono construído a partir do mito da terra abundante da Amazônia envolve sonhos e projetos de vida.

Este desejo de memória dos colonos é latente. O senhor E. C. revela que *“nós não temos o poder de decidir pela história”* e demonstra preocupação em guardar registros da história da colonização de Brasil Novo para que a história não seja apagada por narrativas outras. A reivindicação de memória do migrante não é fortuita, a memória desse grupo é constantemente ameaçada por narrativas homogeneizadoras que buscam representar esse período através de uma história linear, como aponta Guimarães Neto (2021).

A entrevistada M. S. em seu relato faz referência a um primeiro impacto da mudança de lugar, e, por conseguinte, de cultura e costumes. Sua mãe procurou por farinha assim que chegou. A farinha, que era um item habitual na alimentação da família e comum no cardápio nordestino, não pôde ser encontrada aqui.

J. M. conta uma situação semelhante, o irmão mais novo, que menos compreendia a mudança em que sua família se empenhou, chorava e pedia por rapadura. No entanto, não havia rapadura que pudesse ser dada a criança. A rapadura

ficou para trás, junto com a antiga casa. *“Tinha um episódio bacana dele que eu lembro que ele chorava, atrás de rapadura, comer rapadura. Não tinha né, não tinha jeito. Leite? Era só leite em pó, né, ninguém era acostumado com leite pó, né?”*.

Devoto ao catolicismo, religião de grande relevância no Nordeste, Z. A. teve dificuldades em se adaptar com os costumes que encontrou na chegada. Acostumado a não comer carne durante a semana, se depara com uma matança de animais durante o período que para o colono era sagrado. Z. A. se demonstra surpreso com o costume diverso do seu. A fala do colono permite observar um aspecto particular que a mudança gerou para os colonos. A mudança envolveu, além de questões mais previsíveis, como os aspectos ambientais a exemplo do clima, aspectos específicos e profundos que fizeram parte da experiência do colono.

Busquei ressaltar as mudanças nos hábitos alimentares das famílias que participaram do início da colonização, de modo a evidenciar uma fração específica da mudança cultural: os hábitos alimentares dos colonos. Sem rapadura e sem cus-cuz, a realidade do migrante nordestino, em sua maioria potiguares, foi impactada por diferentes maneiras e em diferentes esferas da vida cotidiana.

O desmatamento é um tema amplo e complexo no cenário da Amazônia. Busquei nessa seção apontar algumas reflexões a partir dos relatos dos colonos e filhos de colonos que viveram a mudança da política governamental sobre o desmatamento, que antes foi incentivado e depois foi alvo de restrições e proibições significativas.

O entrevistado J. M. chama atenção para uma questão cabal presente no projeto de colonização dirigida que pode desdobrar reflexões importantes na contemporaneidade, a obrigatoriedade do desmatamento do lote rural em que o co-

lono era assentado. J.M. conta que “*Outra situação era a questão do, por exemplo, o INCRA te assentou aqui, nesse lote aqui, se você não derrubasse, era ordem do governo, e como INCRA era o governo né, que representava o Governo Federal, eles tomavam de você e dava pra outra pessoa que queria*”.

J. I. conta que ter a propriedade de uma terra era um sonho de muitas famílias no Nordeste, um sonho que na colonização pôde ser realizado. “*Quem vivia da terra tinha esse sonho. Ninguém tinha essa noção que hoje, né, muito se fala, muita coisa, da exploração da Amazônia, do desmatamento, essa coisa toda. Ninguém tinha isso*”. Em sua fala J.I. chama a atenção para o fato que tanto o colono quanto o governo não estavam atentos a questão da preservação ambiental, já que o próprio governo incentivava a abertura dos lotes pelos colonos e subsidiava o desmatamento.

Guimarães Neto (2021) quando discorre sobre o mito da terra prometida, indica que esse imaginário foi um dos fatores que trabalharam a favor da vontade da mudança. A autora busca compreender o sentido para colonos da procurar por uma “nova terra”.

A experiência na Amazônia nas últimas três décadas do século XX retrata grupos sociais desterritorializados, em condições de grande pobreza, e atualiza as diversas formas de colonização, na transversal da história do Brasil. São trabalhadores pobres – sem reconhecimento social como sujeitos de direitos – homens e mulheres que vivem em condições de vida precárias, mas que insistentemente abrem novos caminhos e exploram outras formas de viver em espaços para eles desconhecidos. São alvo das notícias de abertura de várias “frentes de trabalho” para construções de estradas e cercamentos de propriedades, derrubadas de floresta, mas, sobretudo, pelas diversas informações e propagandas de projetos de núcleos de colonização privados e “oficiais” (instituições de governo).

Estes núcleos, além de receberem agricultores que detém um pequeno capital para a compra de terra, ainda atraem muitos outros trabalhadores, empregados do campo ou da cidade, desprovidos de quaisquer bens econômicos, a não ser sua própria força de trabalho (GUIMARÃES NETO, 2021, p. 31).

Desmatar era o imperativo da época. O desmatamento da área em que o colono era assentado não era opcional, a propriedade da terra dependia dele. O desmatamento, como requisito para obtenção do título da terra, se aproxima da concepção própria do regime sesmarial a que Martins (1996) se refere. A ocupação da terra traduzida na derrubada da mata e no cultivo da terra era necessária para o reconhecimento de direito sobre a terra, de modo que o trabalho do colono garantia a propriedade da terra. Acrescenta-se que em contextos diferentes, a concepção de que o trabalho gera o direito de propriedade da terra comum no regime sesmarial foi ainda mobilizada por grileiros para reivindicar a posse de terras invadidas.

Na maioria dos relatos dos colonos entrevistados pude verificar outro tema recorrente interessante para ser explorado. É sabido que existem diferentes esquemas interpretativos da Amazônia que se modificam e se transformam com o tempo e com circunstâncias e interesses específicos. No relato dos colonos sobre o processo de mobilização da mudança na região de origem, sobretudo no Nordeste, para a Amazônia, foi comum o aparecimento de concepções da Amazônia e de seus povos indígenas como “selvagens” e perigosos. Além disso, mitos e lendas amazônicas foram usados para amedrontar os colonos que pretendiam migrar para a região.

Souza (2012) disserta sobre os (des)encontros entre os trabalhadores e as populações tradicionais durante a construção da Transamazônica. Segundo o autor, as concepções de

terra utilizadas pela ditadura atropelaram o diálogo referente ao direito dos povos indígenas, de forma que gerou expropriação e conflitos. Assim, as terras indígenas foram ocupadas arbitrariamente, sem estudos, sobretudo antropológico, como a legislação atual exigiria, para demarcar terras indígenas e destinar as disponíveis para a colonização, revela Souza (2012).

No caso de J. I., a insistência para que seu pai não partisse para a Amazônia foi parecida, mas além de envolver o estereótipo do indígena como violento, contou com a manipulação da mitologia amazônica.

Teve gente que chorava e pedia, implorava pro meu pai não vir. Porque a gente sabia que nunca mais ia ver ninguém. Porque tinha umas histórias que falavam, né, mitologia da Amazônia chegou lá junto com a propaganda do governo. Então a mitologia da Amazônia assustava. O Curupira, que era o monstro que tinha, o que ele chamava O Bicho do Olho Só, né, era o Curupira da Amazônia que andava nas matas e que pegava as pessoas e que matava. Tinha uma cobra grande na mata daqui que as pessoas saíam de casa e não voltava e que a cobra, é, matava, comia, não sei o quê. Que os índios quando as pessoas chegavam aqui o INCRA dava aquelas pessoas que não, o Incra largava e os índios era quem matava e tal. Era. Então tinha toda essa, essas, histórias (Entrevista com J. I.).

Apesar da longa distância e da falta de meios de comunicação modernos, elementos da mitologia da Amazônia foram empregados no Nordeste, na situação relatada, a favor da construção de uma Amazônia selvagem e perigosa e na desumanização dos povos indígenas. Na tentativa de desmotivar e impedir a partida de amigos e familiares, os mitos foram usados manipulados sobretudo para amedrontar os migrantes, além de refletir uma das construções da Amazônia, a da Amazônia “selvagem”.

É importante analisar como as histórias próprias da mitologia amazônica faziam sentido para as pessoas do Nordeste. Um dos fatores é a crença nos encantados, comum no universo cultural-religioso desses sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho busquei empreender análises a partir dos relatos de pessoas que participaram do projeto de colonização dirigida em Brasil Novo de modo a evidenciar e refletir sobre questões frequentes, imprevistas ou pouco exploradas sobre a colonização. As reflexões empreendidas buscaram destacar as subjetividades produzidas diante das imposições do governo militar e seu discurso, como reagiram e como foram tiveram vários aspectos da vida impactados.

Delgado (2010) já anunciara que o desafio da História oral em contribuir para que as lembranças permaneçam vivas com o cuidado de não promover uma “exaltação ou crítica pura e simples do que passou, mas, sim, em meio de vida, em procura permanente de escombros, que possam contribuir para estimular e reativar o diálogo do presente com o passado” (DELGADO, 2010, p. 31).

Os relatos orais não foram mobilizados com a intenção de recriar o passado, mas com o objetivo de articular reflexões que tem implicações no presente e ajudam a compreender parte do passado recente em um fragmento da Amazônia. É importante ressaltar que “os relatos orais, desse modo, não falam por outros, não ‘ressuscitam’ o tempo passado, mas respondem às questões contidas no presente e como tal, devem ser avaliados em sua potencialidade criadora de novos significados” (GUIMARÃES NETO, 2012, p. 18 apud JOANONI NETO E GUIMARÃES NETO 2019, p. 105).

Diante das reflexões empenhadas é possível afirmar que a história da colonização envolve temas complexos que não puderam ser esgotados aqui. Busquei evidenciar algumas das questões que considerei mais relevantes na pesquisa que me propus a partir de preocupações do presente. Os relatos dos colonos sobre suas experiências permitiram que variadas dimensões fossem exploradas e que a experiência da colonização fosse pensada através de diferentes aspectos. Através de relatos individuais e específicos foi possível delinear, de maneira mais ampla, a experiência dos colonos no espaço diante do projeto de colonização dirigida. Foi concebível ainda realçar que muitos dos temas abordados aqui têm conexões e implicações marcantes na contemporaneidade. Desse modo, foi possível apresentar e discutir sobre questões relevantes que apareceram nos relatos dos colonos e que muitas vezes me atravessaram e permitiram reflexões valiosas sobre a colonização da Amazônia, especialmente no caso de Brasil Novo durante década de 1970, e sobre o trabalho com História oral.

REFERÊNCIAS

DELGADO, Lucília de Almeida N. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A lenda do ouro verde**: política de colonização do Brasil contemporâneo. Recife: Ed. UFPE, 2021. E-book. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/view/744/753/2423>. Acesso em: 20 mai. 2022.

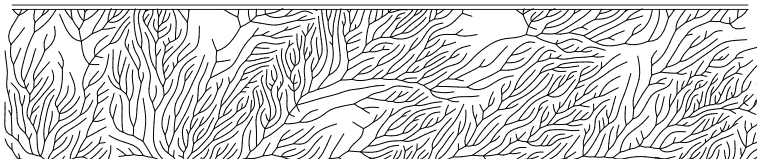
_____. Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas. In: LAVERDI, R. (org.). **História oral, desigualdades e diferenças**. Recife/Florianópolis: Editora da UFPE/Editora da UFSC, 2012. p. 15–37.

_____. Violência e trabalho na Amazônia: narrativa historiográfica. **Revista Territórios e Fronteiras**, vol. 7, 2014, p. 27–46. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/283>. Acesso em: 6 nov. 2022.

JOANONI NETO, Vitale & GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. A Amazônia e a política de Integração Nacional: o discurso da modernização entre o passado e o presente. **Diálogos Latinoamericanos**, vol. 18, nº 26, 2017. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/dialogos/article/view/112740>. Acesso em: 12 jun. 2021.

_____. Amazônia: Políticas governamentais, práticas de ‘colonização’ e controle do território na ditadura militar (1964-85). **Anuário IEHS**, vol. 34, nº 1, 2019, p. 99-112. Disponível em: <https://ojs2.fch.unicen.edu.ar/ojs-3.1.0/index.php/anuario-ies/article/view/373>. Acesso em: 12 de jun. 2021.

MEMÓRIAS DES-TERRADAS: RESISTÊNCIAS E DES (RE) TERRITORIALIZAÇÕES NA CONJUNTURA DA IMPLANTAÇÃO DE HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA DO TEMPO PRESENTE



Cícero Pereira da Silva Júnior

INTRODUÇÃO

O texto ora apresentado desdobra-se em uma análise do processo de des(re)territorialização sofrido por famílias atingidas pela Usina Hidrelétrica de Estreito, construída na fronteira do Maranhão com o Tocantins entre 2007 e 2012. A partir de 2012, quando a construção desta sido levada a termo e as famílias reconhecidas como atingidas já estavam realocadas nos respectivos reassentamentos, veio à tona outro processo de des-locamento e desterritorialização que se articulou como desdobramento direto daquele empreendimento energético: diversas famílias passaram a ocupar as Áreas de Proteção Permanentes (APP) pertencentes ao Consórcio Estreito Energia (CESTE), que ficavam próximas ou diretamente adjacentes ao lago formado pela barragem.

Essas ocupações¹ são o corolário concreto da construção da própria barragem que, a exemplo de diversos outros projetos de modernização forçada, ao territorializar-se no rio, desencadeou o movimento contrário de des-territorialização de outros indivíduos. Esta afirmação é consonante à proposição de Rogério Haesbaert segundo a qual “a desterritorialização provocada pelos processos modernizantes vem sempre acompanhada da construção de novos territórios” (HAESBAERT, 1997, p. 91) isso porque, é importante reiterar, a territorialização da hidrelétrica na região de Estreito, desencadeou diversos processos de des-territorialização e, por conseguinte, re-territorialização.

Essa des-territorialização se impõe como uma mudança social que desconecta os indivíduos de seus lugares políticos, de sua segurança econômica e de seu âmbito cultural, forçando-os a rearticularem esses territórios. Porque o espaço torna-se território somente quando passa a ser atravessado por relações sociais, de poder, afetivas, simbólicas e axiológicas. Dito de outra forma, “o território [...] não é apenas “coisa”, conjunto de objetos, mas sobretudo, ação, ritmo, movimento que se repete” (HAESBAERT, 2019, p. 281). Assim, quando os seres humanos ao habitar ou fazer uso daquele espaço, estabelecem com ele um vínculo de pertencimento fortificado pelas disputas em torno de recursos hídricos, das terras mais agricultáveis, do estabelecimento de fronteiras ou divisões entre as propriedades, na partilha do produto dos pomares, na organização da produção

¹ Ao todo são nove ocupações espalhadas pelo norte do Estado do Tocantins: “Ilha Verde”, “Turrão” e “Arraia” na região de Babaçulândia – TO; “Dom Bosco”, “Inhumas”, “Uirapuru” e “Barra do Grotão” nas imediações do município de Filadélfia – TO; “Beira Rio” em Barra do Ouro – TO; e o “Acampamento Coragem”, localizado em Palmeiras do Tocantins. Destas conheci três: “Ilha Verde”, “Acampamento Coragem” e “Dom Bosco”. Hospedei-me na casa dos moradores e tive a oportunidade de acompanhar sua faina diária nas roças e singrei o lago em suas canoas e “voadeiras” sempre ouvindo suas histórias. Entre 2016 e 2018, tive a oportunidade de fazer entrevistas com diversas pessoas em suas varandas, quintais, durante o labor das hortas, ou, à noite após a janta, quando armávamos as redes nas puxadas das casas.

das hortas para comercialização, enfim, quando os elementos daquele espaço deixam de ser apenas objetos dispostos em lugares e passam a significar, aí, o território começa a tomar forma.

AS OCUPAÇÕES: A SITUAÇÃO

As apresentam distinções qualitativas e estruturais enormes em relação aos reassentamentos. As famílias reassentadas possuem a posse legal das terras em que residem e as casas entregues, mesmo com todos os problemas estruturais, são de alvenaria e possuem água encanada e instalações sanitárias seguras. Para os reassentamentos que apresentaram problemas quanto a potabilidade da água, o CESTE foi obrigado a providenciar água adequada para todas as residências, tanto para os diversos usos dos moradores, quanto para os animais.

A realidade das ocupações é muito distinta da exposta acima. Nesses lugares a paisagem é marcada pela precariedade. Tudo é provisório, justamente pelo fato de que os ocupantes não têm a posse legal do território que habitam e podem, a qualquer momento serem expulsos dos lugares por ocasião de uma reintegração de posse.

FIGURA 1 - Estilo de habitação mais comum à “Ilha Verde”.



Fonte: Acervo da pesquisa, (2019)

A arquitetura das moradias – a imagem a cima o atesta – é marcada pela singeleza. O assoalho é de chão batido e suas paredes são constituídas de madeira, palha ou barro. O material mais utilizado para os telhados é a palha de palmeira de coco babaçu. Essas casas não possuem água encanada e cisternas. Quem pode fazê-lo, providencia água para beber e cozinhar em Babaculândia; a maioria, no entanto, consome a água proveniente do lago. A energia elétrica, nas casas que a possuem, provém de motores a óleo ou de postes improvisados.

Parte considerável das famílias preocupou-se em anejar às casas, áreas abertas que se prolongam antes da entrada ou pelos fundos. Esses espaços possuem diversas serventias. Servem a fins mais frugais como oferecer um espaço ventilado para o cochilo da tarde, o café após o almoço ou a recepção de visitas. Alguns moradores também utilizam as varandas para acomodar ferramentas, veículos de pequeno porte, mesas e bancos e os produtos da lavoura que não podem ser guardados no interior das casas. O que nos mostra outra nuance importante dessas habitações ribeirinhas que primam menos por “luxo” e mais pela funcionalidade, qual seja: elas são casas de morada e de apoio, em sua estrutura, o espaço em que se vive não se opõe ao espaço em que se trabalha, ao contrário, elas foram construídas para que essas duas dimensões confluem.

Esses lugares, onde, tanto pela ventilação como pelo fácil acesso visual às plantações, se passa a maior parte do dia, também são utilizados para as reuniões que a comunidade precisa fazer periodicamente. A bandeira de Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), pendurada estrategicamente na lateral da casa, indica por um lado que aquela varanda possui a finalidade que foi exposta a pouco e, por outro lado, se impõe aos visitantes indesejados – leia-se, funcionários do CESTE ou de qualquer instituição que aja em consonância

com o Consórcio – como um sinal de que aquelas pessoas que se propuseram a ocupar aquelas terras não o fizeram a esmo e nem estão desamparadas do ponto de vista político e jurídico.

A territorialização tem a ver não apenas com estabelecer-se no lugar, mas em torná-lo habitável em imprimir naquele espaço inóspito a marca humana. Benjamin já observava isso quando afirmou que “habitar significa deixar rastros” (BENJAMIN, 2009, p. 46) e, atrevo-me a continuar a afirmativa, antes disso, produzir rastros. É nesse sentido que os moradores de todas as ocupações desdobram sua relação com os lugares em que construíram suas casas, que são o índice da “aparição de uma proximidade, por mais longínquo esteja aquilo que o deixou” (BENJAMIN, 2009, p. 490), o que significa dizer que a forma das casas indica um *modus facere*, uma maneira ribeirinha de edificar que se reitera e repete nos lugares em que o ribeirinho se insere.

Outra forma de produzir e deixar rastros é tornar a terra produtiva. Foi essa a tarefa que os moradores das ocupações se impuseram tanto para assegurarem a própria sobrevivência, quanto para justificarem sua permanência nos sítios. Destarte, não obstante todos os óbices que os terrenos impõem, os moradores das ocupações dispuseram-se a tornar o espaço habitável, por meio da manutenção das roças e pela implementação de outros espaços complementares às moradas e que se integram a vida dos ribeirinhos.

SOBRE DESTERROS, EXPULSÕES E A VIOLÊNCIA DA DES-TERRITORIALIZAÇÃO

A ocupação de “Barra do Grotão”, fundada em 2012, na região de Filadélfia – TO, comportava 31 famílias, em sua maioria compostas por vazanteiros e pescadores que não foram indenizados pelo CESTE por não conseguirem compro-

var seu vínculo legal com a terra. A subsistência dessas famílias girava em torno da agricultura de vazante, pesca, criação de animais de pequeno porte e das roças de milho, arroz, feijão e mandioca. Em dezembro de 2018 todas as famílias saíram compulsoriamente do local por força da execução de uma reintegração de posse, posto que, legalmente, o espaço em Área de Proteção Permanente (APP), pertence ao Consórcio Estreito Energia (CESTE).

FIGURA 2 - Reintegração de posse da ocupação de “Barra do Grotão”, em Filadélfia – TO, 2018



Fonte: Arquivo de Mariane Lucena, 2018.

O momento exato² em que, sob a escolta da Polícia Militar (PM) do Estado do Tocantins, as pessoas recolhiam apressadamente criações e os objetos que puderam levar para acomodá-los na balsa atracada à beira do lago, pronta para levá-los até Filadélfia, ilustra o fenômeno que José de Souza Martins denominou apropriadamente de “desencontrado encontro de humanidades” (MARTINS, 1998, p. 660), isto é, quando o encontro se desdobra em uma fratura semântica em torno do objeto daquele suposto ajuntamento. Dito

² A imagem acima foi capturada pelas lentes de Mariane Lucena, Socióloga que trabalha junto às famílias atingidas pela hidrelétrica de Estreito e militante do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB). Ela acompanhou diversas ocupações e esteve presente em todas as reintegrações de posse.

de outra forma, quando as visões-de-mundo conflitam ou a apreensão que os grupos possuem da realidade encontram-se divorciadas. A Polícia Militar estava lá para garantir que as pessoas se retirassem de uma propriedade que legalmente não lhes pertencia; os ocupantes, por sua vez, percebiam o lugar como seu, porque o CESTE, proprietário legal da terra, os alijara de suas vazantes.

Uma jovem des-territorializada nesse processo, no mesmo dia em que a imagem acima foi produzida, refere-se nestes termos ao sofrimento social ocasionado pelo desterro desta maneira:

Hoje, quem for fraco chora [pausa], chora muito [pausa] porque isso aí não é situação que uma pessoa tinha que viver não. Vê as coisas tudo acabado assim, sem poder fazer nada. Que aqui ninguém pode fazer nada. Porque uma: se for brigar contra eles [CESTE] você apanha, porque quem tem dinheiro hoje em dia é quem manda ... no pedaço, não é não?!³

Quem nos fala acima é Raimunda, já na embarcação, a caminho de Filadélfia – TO. O sentimento de impotência que ela insere na ordem simbólica da linguagem, cruza-se com o semblante de seus companheiros postados na imagem. Ao se referir às “coisas tudo acabado assim”, as palavras de Raimunda não se remetem a uma saída, mas a uma ruptura com uma forma de vida. O testemunho de Raimunda estabelece um diálogo com outra análise de José Sousa Martins segundo a qual:

Na atualidade, os que se deslocam acabam formando grupos concorrentes e conflitivos, com concepções opostas sobre a terra e o território [...]: de um lado, os numerosos pobres que, de diferentes regiões do país, buscam um lugar para acomodar sua pobreza; de outro lado, as grandes empresas e os grandes grupos econômicos que procuram ampliar o território do lucro (MARTINS, 1998, p. 668).

³ Raimunda. Ocupação “Barra do Grotão”. Entrevista feita por Mariane Lucena, 2018.

Em conjunto, a narrativa de Raimunda e a citação nos fornecem uma síntese muito nítida de como se desenvolve a luta pelo direito à terra travada pelos atingidos por barragens e seu resultado mais comum. O usufruto social e comunitário da terra com vistas a torná-la produtiva é preterido em função da terra enquanto propriedade privada a serviço do capital, mesmo que improdutiva.

Em 2019 o cenário que vislumbramos a pouco, repetiu-se na “Ilha Verde” uma Área de Preservação Permanente (APP) pertencente ao CESTE, que fica nas imediações da cidade de Babaçulândia – TO. Em 2012, 33 famílias se estabeleceram no lugar, ocupando cerca de 30.483, 54 m²⁴, distribuindo-se em pequenos lotes entre o lago formado pela hidrelétrica e um dos trechos da Ferrovia Norte/Sul. A área pertencia a uma fazenda que fora comprada pelo CESTE. A ocupação era formada em sua maioria por pequenos agricultores, vazanteiros e pescadores.

Conforme o testemunho dos ocupantes, dois motivos nortearam a escolha específica do lugar: Primeiro por ser uma área já conhecida tanto pelos pescadores que tinham pontos de pesca nas proximidades e pelos agricultores que “botavam” pequenas roças ou vazantes no terreno, como afirma Janete, integrante de uma das primeiras famílias a compor a ocupação: “lá onde nós estamos, eu já conhecia. O meu esposo também, porque ele foi nascido e criado lá, né? A terra era dos vizinhos da minha sogra”⁵. Esta fala de Janete, além de nos informar acerca do início da ocupação, faz emergir uma

⁴ Conforme consta no documento apresentado pelo CESTE no momento da reintegração de posse em 2019. Cf. CESTE, 2019.

⁵ Janete Pereira da Silva Cruz. Tocantinópolis – TO, 2018. Janete morava na “Ilha Verde”, mas à época da entrevista estava em Tocantinópolis – TO, cumprindo os créditos referentes à graduação em Educação do Campo, curso que faz pela Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Assim, optei por mencionar na referência a cidade em que a entrevista se realizou.

das características que marcam as relações sociais de trabalho entre proprietários e os agricultores de vazante do Tocantins, a saber, uma espécie de permuta, em que o agricultor cultiva em uma terra alheia e reparte o que produziu com o proprietário. Essa a condição de *não-proprietário* inseria aqueles que trabalhavam nas vazantes ou em pequenas roças em uma situação de mobilidade e deslocamento constantes: “Morando aqui... morando bem ali, [aponta para o lado acima da horta, no lado ocidental da casa] no canto ali, faz muitos anos que nós... mudamos para lá primeiro, depois viemos para cá, aí depois fiquei aqui mesmo, direto”⁶.

Somado a isso havia o fato do local ser uma faixa de terra que se estende à beira do lago, o que facilitaria a feitura de roças e o cultivo de hortaliças. A proximidade do lago também era um atrativo para os pescadores, não obstante a mudança de qualidade da água que ser um entrave à pesca, tal qual estão acostumados pescadores da região. No entanto, quando as famílias que ocupavam a Ilha Verde deram-se conta de que não seriam indenizadas pela perda de seu modo de vida ou que as compensações recebidas não eram suficientes, começaram a organizar movimentos reivindicatórios de seus direitos como impactados.

Juntamente com atingidos pela hidrelétrica de Estreito de outras regiões, os moradores da “Ilha Verde” participaram de uma caminhada de 125 km, organizada pelo Movimento dos atingidos por Barragens (MAB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e entidades ligadas aos Direitos Humanos que se dirigiu de Araguaína – TO, para Estreito – MA, acontecida em 2010. Essa marcha, conforme registro do MAB⁷, tinha em vista pressionar o CESTE a assumir uma

⁶ Cleonice Pereira da Silva Cruz. Ilha Verde, 2016.

⁷ Conforme o MAB, aproximadamente 600 pessoas compuseram a caminhada até Estreito – MA. A marcha saiu de Araguaína – TO aos 23 de agosto de 2010 e chegou a Estreito – MA

postura mais clara concernente aos critérios utilizados para a concessão das indenizações e compensações aos atingidos, bem como para alertar à sociedade sobre camadas da população residentes na área de impacto aos quais a empresa eximiu-se de reparar pelos danos sofridos.

Após a marcha, as famílias se dirigiram à sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em Araguaína. Depois disso, resolveram ir a Luzinópolis, para um acampamento do MST. A memória de Aparecida Alves nos informa como se deu a experiência de precariedade que marcou a rotina daquele acampamento que durou oito meses, deixando entrever que as idas e vindas a Babaçulândia – TO, começaram a cansar os atingidos e começaram a ver no acampamento um exercício de futilidade: “... estávamos lá só ‘fazendo tempo’. Num lugar daquele, sem poder plantar nada”⁸. No entanto, se nossa interlocutora explicita o cotidiano difícil da luta em que se empenhou, não menciona o motivo que os levou a deslocarem-se até Luzinópolis. Quem nos fornece esta informação é sua filha, Chirlene. Ela se expressa por esta forma:

O nosso problema não era com o INCRA. Não foi o INCRA que tirou nossa moradia, não foi o INCRA que tirou nossa comida, não foi o INCRA que tirou nossa história; foi o pessoal do CESTE. Aí então, o justo era ser... era o CESTE, né? Aí como essa área lá é do CESTE ou, vamos se dizer, que nas negociações hoje o João Resek⁹ disse que é da União [...], então se é da União é nossa, né? Então nós temos direito. Então nós estamos lá até hoje.¹⁰

em 01 de setembro daquele ano. Os participantes permaneceram acampados em frente ao canteiro de obras de hidrelétrica por oito meses. O Movimento dos Atingidos por Barragens publicou algumas matérias sobre esta manifestação, as quais estão contidas em seu site em um arquivo específico sobre a Hidrelétrica de Estreito. As matérias podem ser encontradas no seguinte site: <https://mab.org.br/tag/estreito/page/3/>.

⁸ Aparecida Alves dos Santos. “Ilha Verde”, Babaçulândia – TO, 2016.

⁹ João Resek é o gerente local do Consórcio Estreito Energia (CESTE).

¹⁰ Chirlene Alves dos Santos. Tocantinópolis TO, 2018.

Para Chirlene o impacto da construção atinge sua história fraturando-a. Essa fratura toma corpo justamente no fato de que a construção da barragem inundou, logo, retirou de Chirlene e das demais famílias, os meios materiais imprescindíveis à manutenção de sua existência. A retirada desses meios – as varzantes, os pontos de pesca etc. – também solapou uma maneira de trabalhar cultural e socialmente constituída. Ademais, atesta que, de início, aqueles que iriam ocupar a “Ilha Verde” encontravam-se desorientados diante do horizonte de possibilidades de ações que poderiam incorrer em soluções, de fato, efetivas para a situação problemática em que se encontravam. Foi justamente no acampamento dos trabalhadores sem-terra que eles se dão conta de que as questões com as quais estavam enredados eram ligeiramente distintas, daquelas das pessoas que os acolhiam. Ao mencionar que a intenção de se dirigir ao INCRA era pedagógica, a memória de Valderice fornece apoio à leitura do evento acima deslindada. Nossa interlocutora intentava aprender os ritos necessários à organização uma ocupação. Vejamos:

Nós fizemos a marcha de Araguaína para Estreito. Essa marcha foi em doze dias. Aí nós andamos 125 km e depois da marcha [...] a gente fez a ocupação no INCRA de Araguaína. Do INCRA de Araguaína, a gente sentou lá no INCRA e conversou: “amos fazer um acampamento?”, [ao que responderam]: “vamos”. Eu não tinha experiência de acampamento e [...] tinha a maior vontade de saber o que era um acampamento, que eu não sabia como que se organizava um acampamento; já que eu estava na liderança... [...]. Enchemos um ônibus de pessoas e fomos para lá, aí começamos a fazer o acampamento. Chegamos à noite e fizemos esse acampamento lá. Só que lá o acampamento era [de] atingidos e sem-terras. Aí nós ficamos lá oito meses. Eu optei por lá [...] [porque] eu não tinha noção do que era um acampamento, eu queria aprender a fazer um acampamento, como que era a estratégia que se tem que fazer para montar um acampamento, que hoje eu sei.¹¹

¹¹ Valderice Pereira da Silva. “Ilha Verde”, Babaçulândia – TO, 2018

A narrativa de Valderice em si mesma já se constitui de maneira tática. Ao recordar ela se empenha em inserir os acontecimentos em uma ordem lógica, em detrimento de uma sucessão cronológica – sua memória não se preocupa com datas, mas ancora-se nos acontecimentos, como a marcha para Estreito. A narrativa que Valderice deslinda nos ensina que a memória possui uma dimensão profundamente dialética em que sua componente individual transita qualitativamente para nuances coletivas, que por sua vez, descambam novamente em parâmetros subjetivos, como em um jogo de linguagem.

Valderice começa a perceber que a militância se constituiu na prática, nas estratégias e ações cotidianas. Sua tomada de consciência como atingida parecer começar a tomar forma no momento que ela se depara com a alteridade das reivindicações dos Sem-Terra em relação às suas; poderiam até ter alguma proximidade com as que postulava, mas definitivamente não eram as mesmas: “Só que lá o acampamento era [de] atingidos e sem terras”¹². Cibia lançar mão de uma tática mais contundente, que fizesse com que o CESTE, voltasse os olhos para a problemática. Então ela inicia o seguinte raciocínio: “Porque lá era um acampamento do MST. Aí não tinha nada a ver com a nossa questão que era de atingidos. Aí eu fui buscar eles [as famílias atingidas] lá, aí colocou todo mundo lá [na Ilha Verde]”.

Em seguida, Valderice, descreve os eventos que desembocaram na tomada de decisão. Sua narrativa nos conduz à inferência de que o processo decisório resultou de um debate demorado. Conforme Valderice, “Eu sentei junto com o de... do acampamento que é atingido, aí eu falei: ‘gente, nós estamos fazendo a coisa errada’”¹³. Ora, quando a memória leva a narradora a utilizar o *modus dicere* “Eu sentei junto” indica que houve uma reunião entre os atingidos para que eles pudessem

¹² Idem.

¹³ Idem.

sopesar a própria situação e avaliar uma tática efetiva e, o que não é difícil de depreender, que ela não poderia tomar nenhuma decisão sozinha. Ademais, como indica o vocativo “gente”, com a qual Valderice lembra ter iniciado a conversa, ela precisou apresentar um argumento suficientemente coerente para convencer seus companheiros a deixarem Luzinópolis e dirigirem-se à área em que se estabeleceriam sua ocupação.

Ela o fez indicando que a tática era interessante, mas estava sendo empregada de maneira equivocada: “Porque nós estamos contra”¹⁴, isto é, literalmente no rumo errado, posto que “o CESTE está para um lado e nós estamos para outro” e reforça: “nós não estamos atingindo em nada o CESTE”. Então, ato contínuo, desferiu a declaração que convenceria seus pares: “Eu disse: ‘se nós formos para a beira do lago, aí nós vamos dar uma facada bem no lugar certo’. Foi dito e certo! Fizemos o acampamento [aí] começou: chamaram logo os meninos para conversar”. Dessa maneira, se o consórcio responsável pela barragem tinha como estratégia invisibilizar essas famílias simplesmente se furtando a dialogar sobre suas demandas; Valderice, juntamente com seus companheiros, percebeu que a tática mais certa, seria a de invadir o ângulo de visão do Consórcio, desferindo uma “facada bem no lugar certo”: uma área de propriedade do CESTE. Valderice não apenas conta como foi a tomada de decisão que levou à formação do acampamento, mas sua narrativa deixa transparente a importância do aprendizado a partir da experiência. A escolha do lugar e a estratégia de ocupação não foram ações intempestivas, mas uma tática pensada e estudada. Antes de ocupar, era necessário aprender como fazê-lo.

Os dois primeiros anos da ocupação foram marcados por diversos episódios de ameaças protagonizados pelos an-

¹⁴ Valderice Pereira da Silva. “Ilha Verde”, Babaçulândia – TO, 2018

tigos donos da área. Conforme o testemunho dos ocupantes da “Ilha Verde”, os ex-proprietários ficaram insatisfeitos com o estabelecimento das famílias e sentiram-se legitimados a incorrer em ações violentas de retaliação. Como o episódio de emboscada que temos a seguir:

Os cabras ficavam de tocaia nas estradas [...]. Eu mesmo fui um desses que [...] fui passar na estrada, o menino foi passar arame..., [então], quis cair de moto mais o menino e o cara estava... tinha saído de dentro do mato [...]. A sorte é que eu estava mais o Gilberto, um magrinho alto. Aí o cara não queria deixar nós passarmos não, só que a gente tinha que passar [...]. Aí ele liberou e nós passamos. Eram dois, um saiu e o outro ficou dentro do mato.¹⁵

Os conflitos só terminaram quando os ocupantes fizeram um boletim de ocorrência na delegacia de reforma agrária. Os fazendeiros foram notificados e não retornaram mais às terras.

VAMOS PLANTAR, QUE É DE ONDE NÓS COMEMOS¹⁶

Para as famílias que compunham as ocupações, o que tornava justa sua presença no território ocupado era o fato de que a formação do lago, se, por um lado, não tomou sua casa; por outro, alijou-o dos recursos materiais imprescindíveis à reprodução da vida material dessa população, como áreas de coleta de frutos do serrado e as roças de vazantes que foram definitivamente submersas. Quanto a isso, dona Cleonice, que integrava as famílias que ocupavam a “Ilha Verde”, nos diz que “antes da barragem vir, nós plantávamos vazante bem ali na dona Marília, na mãe do “Ebe” [meu genro]. A gente

¹⁵ Antoniel “Ilha Verde”, 2016.

¹⁶ Trecho da entrevista realizada com Aparecida Alves dos Santos na “Ilha Verde”, enquanto preparava os canteiros de sua horta à beira do lago da hidrelétrica de Estreito em 21 de abril de 2016.

plantava lá [na propriedade de dona Marília], pescava era lá, direto”, mas após a construção da hidrelétrica, aquela vazante “está debaixo de água, ninguém nem vê mais o lugar!”¹⁷.

Na fala de dona Cleonice podemos também depreender que a pesca e a vazante eram atividades comumente correlatas, mormente porque ambas possuem caráter sazonal. Ademais, nos apresenta um marco temporal importante e que aparece em alguma medida, na narrativa de diversos entrevistados: qual seja, o de que a barragem aparece como um ponto de ruptura entre um “antes” e um “depois”. Essa constituição dialética entre a vida antes da chegada do empreendimento e a existência após sua instalação, não intencionam apontar para um passado idílico, onde tudo era mais fácil, mas ao fato de que anteriormente à barragem, manter o sustento era complicado, mas as transformações ocasionadas pela instalação do empreendimento tornaram a realidade muito mais tortuosa. As palavras iniciais, “antes da barragem vir”, já antecipam que nossa interlocutora entende que esse movimento de chegada da barragem como o de um corpo invasor, desencadeia uma transformação não apenas ambiental, mas social e econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As construções de usinas hidrelétricas na região amazônica: processos cruéis e traumáticos, cuja extensão total possui um alcance amplo e de difícil mensuração. A hidrelétrica de Estreito apresentou essas duas faces do deslocamento e fomentou um debate extremamente importante, cuja resolução deveria nortear as tomadas de decisão relativas a esses empreendimentos e as formas como eles interferem na vida das populações que precederam sua chegada: **Quem é o atingido.**

¹⁷ Cleonice Pereira da Silva Cruz. Ilha Verde, 2016.

Tanto as ocupações que sofreram reintegração de posse, quanto as que ainda resistem, orientam-se por uma lógica, qual seja, a de o vínculo com a terra tem menos a ver com a posse legal intermediada por um documento que lhe dê legitimidade jurídica, mas está mais relacionada com tornar a terra produtiva, isto é, fazê-la ter uma função social. Por esse motivo, todas as famílias foram orientadas a estabelecerem roçados em seus terrenos, seja para a própria subsistência, seja para comercializarem o excedente.

O fato de que as táticas que os movimentos sociais ou grupos organizados de atingidos lançam mão para se fazerem ouvir, isto é, para que suas demandas venham à luz e sejam seriamente discutidas, indica que os conflitos sociais decorrente da luta por direitos – no caso em questão, dos atingidos por barragens, obedecem a uma gramática em que os gestos não são despidos de significação; o contrário, todo ato, como a ocupação de uma área de APP pertencente a um Consórcio promotor de uma hidrelétrica, quer sempre dizer algo para além de sua realização material e, para efetivar-se, demanda conteúdo normativo ou ritos (HONNETH, 2010).

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na época de suas técnicas de produção**. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Pensadores), 2ª edição, 1982.

_____. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG & São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009

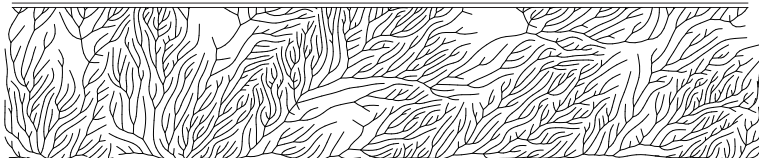
HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

_____ : **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 11ª edição 2019.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. 2. Ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

SILVA JR, Cícero Pereira da. **Os que chegam em os que saem:** memória e identidade nos deslocamentos provocados pela UHE de estreito – MA/TO (2007-2012). Tese apresentada ao programa de pós-graduação em História Social da Amazônia/UFPA, sob a orientação do professor Dr. Pere Petit. Belém, 2021.

UM PASSADO PLASMADO EM IMAGENS AUDIOVISUAIS DO PRESENTE ESPAÇOS CULTURAIS DE CASTANHAL SOB ENQUADRAMENTOS CINEMATOGRAFICOS



Matheus de Sousa Oliveira

As relações interdisciplinares entre história e cinema tem cada vez mais se tornado um campo de estudos promissor desde o início do século XX e principalmente a partir da segunda metade deste. Dentre a gama diversificada no trato com os filmes, podemos aqui demarcar alguns fatores-chaves aos diferentes olhares metodológicos que foram se construindo em torno das produções como objeto de estudo por parte do historiador: Primeiro, na utilização do filme enquanto reflexo de uma realidade histórica e da própria mentalidade de uma sociedade (KRACAUER, 1988). Segundo, pelo uso do filme como registro técnico do mundo externo, ou a valorização das fotografias animadas capturadas “objetivamente” pela máquina cinematográfica (RODRIGUES, 1969). Terceiro, do filme como “agente histórico”, ou melhor, como fonte documental específica da história, com forte apelo a uma análise do mundo social que lhe permite ser produzido (FERRO, 1992); E por fim, o filme como um

elemento de “escritura” da história através de sua estrutura própria que se forma pela relação entre os sons e as imagens (ROSENSTONE, 2010), ou também, da consideração dos elementos fílmicos internos como geradores de sentidos que não se limitam a ser traduzidos pela sua sociabilidade externa (SORLIN, 1977).

Este texto terá como objetivo analisar a representação do tempo presente de duas produções fílmicas que abordam dois elementos históricos do município de Castanhal no estado do Pará: O Cine Argus e a locomotiva castanhalense que fez parte da estrada de ferro Belém-Bragança. Iremos considerar aqui a formulação da narrativa fílmica em tono do passado e algumas características internas de linguagem que garantem uma inteligibilidade própria à relação entre o presente produtor e o passado representado. Destacaremos nas produções o seu caráter latente de um presente que produz, através do retorno a um determinado passado, as suas próprias imagens e narrativas da história, ao mesmo tempo que, sustenta um discurso de forma ampla para o presente do espaço castanhalense em busca de elementos que se perderam no tempo, mas que subsistem nas lembranças dos que tiveram contatos com os tais, lembranças estas que ganham vida pela oralidade dos que relatam os fragmentos de suas experiências com o passado castanhalense.

As produções são dirigidas por Edivaldo Moura, diretor paraense que desde 2011 vem produzindo curtas-metragens documentais e ficcionais, em sua maioria, voltados ao município de Castanhal. Em 2015, foi homenageado com o prêmio "Personalidade Castanhalense", na categoria Cinema. Além dos seus filmes abordados aqui, destacam-se: *“Memórias do Cine Argus”* (melhor documentário no VI Festival de Curtas Metragens de Castanhal, melhor documentário de cur-

ta-metragem no I Festival Internacional de Cinema Independente - I FESTICINI, Prêmio Imagem-Tempo no II Festival Internacional de Cinema do Caeté e Menção Honrosa no III Festival de Audiovisual de Belém); “*Terreiro de Mina*” (vencedor da categoria geral do V Festival de Curta Metragem Curta Castanhal 2013); “*A Vida no Lixo*” (2º lugar na categoria geral do IV Festival de Curta Metragem Curta Castanhal 2012); “*Alegoria dos Vasos*” (4º lugar na categoria geral do III Festival de Curta Metragem Curta Castanhal 2011).

O Cine Argus é o protagonista em “*O cinema de Seu Duca (2016)*”, filme em longa-metragem que conta a história do cinema castanhalense a partir das experiências individuais dos habitantes da cidade com o salão que não só exibia filmes, mas que abrigava também, show de calouros, bailes de formaturas e carnaval, shows musicais, reuniões de sindicatos, peças teatrais, sem contar nos auto-falantes do cinema que anunciavam os filmes, mas que também, noticiavam os acontecimentos do estado e do Brasil, tocavam uma série de músicas, transmitiam jogos futebolísticas via rádio e prestavam serviços de publicidade ao comércio do município. A ideia do longa também é traçar fragmentos da trajetória de Manoel Carneiro Pinto Filho (conhecido como Seu Duca ou Duca do cinema) em torno da criação do Cine Argus e de seu grande empreendimento na década de 70 ao redistribuir os filmes que seriam exibidos nos cinemas de outras regiões do Pará, como em Abaetetuba, Santa Izabel, Icoaraci, Breves, Capanema, Bragança, Serra Pelada, Altamira, Tucuruí, além de cidades fora do estado como, Imperatriz no Maranhão e Macapá no Amapá.

O objetivo principal do longa-metragem é focar no Cine Argus e em Seu Duca a partir das lembranças dos moradores do município com o cinema e nos contatos sociais que eram estabelecidos com Manoel Carneiro. Nesse sentido, no

interior da produção, através das experiências narradas pelos habitantes, contamos com um cinema que é lido em suas diferentes formas como: Por uma perspectiva comercial em seu processo de aluguel das películas que eram exibidas no circuito da capital paraense (Belém) e que posteriormente seriam alugadas na capital cearense (Fortaleza) devido ao impasse ocorrido com a empresa Severiano Ribeiro de Belém no corte da distribuição dos filmes para os cinemas dos interiores paraense; o Cine Argus como ponto de referência urbana e sociocultural de Castanhal; o cinema como espaço multicultural que não só exibia filmes; o imaginário fílmico nas relações subjetivas que os habitantes estabeleciam com as películas; o cinema como lugar de trocas de gibis pelas crianças; Filmes de sucesso de bilheteria que reprisavam no cinema; os artistas de renome que compareceram no Cine Argus como Luiz Gonzaga, Zezé Di Camargo e seu irmão Emival que acabou tragicamente falecendo em um acidente automobilístico; as relações estabelecidas com o cinema através dos filmes eróticos; o cinema narrado pelos que trabalharam em seu interior, destacando aqui, os quesitos técnicos dos seus aparatos sonoros e do projetor no salão, bem como os problemas de projeção, os cortes nos rolos de filmes para fazer emendas e a própria questão da bilheteria que era escassa em determinados momentos; a crítica com a marginalização do cinema do interior por parte de alguns contratantes no aluguel dos filmes; a crise no cinema que ocasiona seu fim, com um destaque aqui ao começo da comercialização do VHS nos anos 90.

O próprio Seu Duca também ganha este processo de ser lido através das relações sociais que eram estabelecidas com o dono do antigo Cine Argus. Destacam-se aqui, as interações traçadas com as pessoas mais próximas de Manoel, como os seus filhos e os empregados que trabalhavam junto com Seu

Duca à serviço do funcionamento do cinema. Nesse sentido, Seu Duca é narrado principalmente como uma criança que já amava o cinema não somente na interação como espectador dos filmes, mas em sua curiosidade em saber como o projetor funcionava em toda a sua estrutura interna ao exibir as películas. Além disso, é destacada a sua figura dúbia que transitava entre determinados momentos de benevolência ao permitir que crianças sem condições de obter ingresso pudessem assistir aos filmes, mas ao mesmo tempo, a rigidez ganhava forma ao também expulsar as crianças que não pagavam ingressos em determinados momentos, principalmente as que “furavam” as filas estabelecidas para as sessões. A sua vida ganha mais ênfase no filme ao destacá-lo como um indivíduo importante para a cultura de Castanhal ao criar um espaço multicultural para o município, além de também, salientá-lo como “desbravador” na resistência ao corte imposto pela Severiano Ribeiro e no estabelecimento de sua própria linha de distribuição de películas nos cinemas dos interiores paraense.

É importante destacar que, todos esses significados atribuídos ao cinema e ao seu proprietário pelos moradores do município, também ganham a inserção do próprio cineasta como um dos personagens de seu próprio filme. Através de uma voz-off, ele também narra (mas aqui de maneira poética) seus contatos de juventude com o cinema e enuncia características do cinema como um elemento simbólico que influenciou a sua subjetividade enquanto amante das películas cinematográficas indo de uma imprevisibilidade do tempo ancorada pela vivência que ajudou a formá-lo como cineasta: “É romântico pensar que um dia eu faria um filme sobre você, um filme sobre quem me ensinou a amar os filmes”, e encerrando pela mesma imprevisibilidade temporal, porém agora com teor melancólico: “Nunca imaginei que

quem projetava meus sonhos um dia estaria preso e quase ignorado pelos olhares que já não se concentram mais”.

Já o trem castanhalense é protagonista em “*A Última Maria (2021)*”, curta-metragem que nasce por um desejo do cineasta, após a realização do filme sobre o Cine Argus, de abordar a partir das lembranças pessoais dos moradores de Castanhal, outros elementos culturais que fizeram parte da história do município. Nesta produção, o trem não é abordado isoladamente, mas a estação que o abrigava é constantemente citada e alguns apontamentos mais amplos referentes a própria estrada de ferro de Bragança (EFB) também são destacados em momentos específicos. Aqui, o objetivo é se inserir como uma representação do trem em torno das subjetividades dos moradores, privilegiando os contatos cotidianos da comunidade castanhalense com o mesmo ao invés de uma explanação didático-objetiva de como a locomotiva, junto com sua estação e a EFB, foram fatores determinantes no desenvolvimento espacial da antiga colônia castanhalense em finais do século XIX, trazendo a primeira grande leva de migrantes cearenses para a região que se tornaria vila em 1899, e posteriormente município em 1932 (LACERDA, 1992).

Da mesma forma que o Cine Argus foi dado a ler sob diferentes contatos que atribuíam significados específicos à aquele espaço, o trem também carrega este fator simbólico que se relaciona de diferentes formas com quem o presenciou em funcionamento no município. Aqui, ele é abordado como: Nas brincadeiras de infância materializadas pelo desejo das crianças de “morcergar” a máquina, nos parafusos deixados nos trilhos para que o atrito das rodas da locomotiva se choquem com o mesmo, no termo “café com pão, bolacha não” que simulava os sons do movimento da locomotiva, e na perigosa engenhosidade de deitar-se entre os trilhos para que o trem passasse sem

atingi-las; No processo de materialização de lembranças atribuídas ao trem pelo presente, como, o livro de poesias sobre as experiências de Rita Silva com a locomotiva, a maquete idealizada por Amílcar Carneiro que simula a cidade nos tempos que os trilhos passeavam sobre o que é hoje a rua Barão do Rio Branco e o bairro Apeú, e o livro de Antonio Adalberto intitulado “O Menino e o Trem”, que descreve suas brincadeiras e experiências de infância com a locomotiva; Nas vendas de variados produtos e alimentos exibidos em barracas em torno da estação castanhalense; Na estação como ponto de sociabilidade heterogênea entre os moradores; No papel da criança como vendedora de guloseimas e comidas para os passageiros, ou seja, não somente envoltas pelas brincadeiras; No discurso de saudade da estação que abrigava o trem, juntamente com uma narrativa explicitamente crítica perante a falta de uma consciência histórica em sua derrubada no ano de 1972.

Todos esses significados não sofrem interferências do cineasta como personagem, o que diferencia essa produção da citada anteriormente. Mas, esta singularidade é apenas em um quesito mínimo da internalidade do filme na relação entre o eu (cineasta) e o outro (personagens representados em cena), pois ambos os filmes se assemelham muito, tanto na ideia de serem estruturados pelas lembranças dos moradores castanhalenses sobre os espaços culturais que fizeram parte da formação do município, quanto na defesa em comum de uma memória castanhalense que é lançada para/pelo o presente do município ao reivindicar uma consciência histórica dos habitantes de Castanhal para com estes objetos que fizeram parte intrínseca à própria transformação da antiga colônia e vila, e também de uma sociabilidade diversa estabelecida por um dos grandes espaços culturais que fez parte da urbe em sua boa parte na segunda metade do século XX.

Com base nessas características citadas acima referentes aos objetos históricos de Castanhal representados nos filmes através dos fragmentos das lembranças dos castanhalenses, podemos definir que as produções estão lidando com acontecimentos cujo a memória ainda está viva entre os moradores requisitados pela produção. Nesse sentido, a historiadora francesa Michèle Lagny, ao comentar sobre o processo fílmico de contar histórias pelo seu presente produtor, acaba salientando que: “O presente cinematográfico engendra a constituição de uma nova forma de memória imediata, que é menos do passado do que de um presente que absorve em si próprio este passado que não passa e, um futuro imprevisível (ou, infelizmente, demasiado previsível)” (LAGNY, 2012, p. 39).

Seguindo esta interpretação, os filmes podem ser vistos aqui como elementos que constroem uma narrativa histórica do presente, apesar de buscarem no passado a sua base argumentativa. Os elementos históricos do município ganham inteligibilidade a partir dos fragmentos da vida dos moradores narrados pela oralidade, ou seja, essa é uma história de Castanhal produzida por uma *guinada subjetiva* (SARLO, 2007), que valoriza mais as subjetividades pessoais dos sujeitos do que as estruturas econômicas ou sociais do município.

Esse presente que absorve o passado nos filmes são expressos tanto em seus elementos constituintes de sua linguagem cinematográfica que, através de objetos modernos como a máquina cinematográfica, engloba as narrativas das lembranças ainda vivas nas memórias dos moradores para serem montadas e reproduzidas a um público espectador, quanto também na defesa de uma consciência história para o atual presente de Castanhal, garantindo assim um alento para o imediatismo cotidiano ao situar-se pelo passado do município.

Com base nisto, as produções instigam ao espectador um tempo presente castanhalense que possui fronteiras estreitas com o passado, principalmente na medida em que, os questionamentos sobre o impacto desses elementos culturais intrínsecos à história da região e ao próprio questionamento sobre um suposto “apagamento da história de Castanhal”, ainda se fazem presentes no seio do município por parte de determinados grupos sociais de Castanhal¹. O presente aqui seria: “aquele conjunto de experiências que não se tornaram ainda uma alteridade para nós” (LÜBBE, 2003, p. 402 apud MATA; PEREIRA, 2012, p. 15). Ou seja, os filmes estão ligados a esse presente do município não unicamente pela produção de imagens modernas atuais que englobam o passado em sua narrativa, mas também no próprio discurso histórico que ainda reverbera por uma parte da comunidade castanhalense que não vê o passado como fator exclusivamente à parte do cotidiano do município.

Esse presente-passado de Castanhal chega até nós por meio de uma *escritura filmica da história*, ou por uma *história plasmada em imagens audiovisuais*. Mesmo que essa história parta de uma sociabilidade memorialística externa à produção, é importante considerar que os elementos internos estruturantes que geram inteligibilidade nessa escritura acaba

¹ Aqui entram por exemplo, memorialistas, jornalistas e escritores da região que são referências conhecidas no município ao atuarem como uma espécie de “guardiões da memória” de Castanhal ao não só conservarem em suas lembranças os acontecimentos que fizeram parte do município, mas sim de também divulgá-los através de projetos e eventos culturais voltados ao resgate histórico dos espaços, acontecimentos, pessoas e objetos que fizeram parte da formação de Castanhal. Dentre estes, podemos citar aqui, Amílcar Carneiro, José Lopes Guimarães, Carlos Araújo, Hugo Souza, Joaquim Amoras e o falecido jornalista Holanda Guimarães. Estas práticas de resgate histórico do município também são efetuadas por outros atores sociais que não necessariamente viveram em época das principais transformações do município, como o próprio Edivaldo Moura, o jornalista Antonio Prado e o radialista Vaninho Oliveira. Obviamente, esse bojo é bem mais extenso e engloba moradores do município que não necessariamente desenvolvem projetos culturais sobre a história da região, mas se interessam pelos aspectos que fizeram parte da formação histórica do município ao desenvolverem estudos sobre, ou pela simples curiosidade de buscar alento no passado do município.

tornando-a específica e não um mero reflexo representativo de uma memória coletiva social. O historiador norte-americano Robert Rosenstone salienta que:

A história em imagens deve ter normas de verificação, mas — e aqui se radica a chave — normas que devem estar em consonância com as possibilidades do meio. É impossível julgar uma película histórica com as normas que regem um texto, já que cada meio tem seus próprios e necessários elementos de representação (ROSENSTONE, 1997, p. 7).

Michèle Lagny também indica a importância por parte da historiografia em considerar os elementos internos das produções fílmicas como objeto de análise por parte do historiador, principalmente ao entender o objeto fílmico não mais somente como uma fonte para a história, mas sim: “(...) de uma história que se fará sob a influência do cinema e da imagem” (LAGNY, 2009, p. 100). Sendo assim, ao considerar o filme como elemento que constrói de maneira específica uma história-presente por um passado latente e não distante, a historiadora destaca:

O audiovisual, com efeito, não tem exatamente as mesmas modalidades de produção de sentido que a escrita. Sem entrar na apresentação do que se tornou, há muito tempo, sob influência dos linguistas, uma disciplina completa, a análise cinematográfica, é necessário lembrar a necessidade do aprendizado das formas da escrita cinematográfica (LAGNY, 2012, p. 35).

Partindo então brevemente para uma análise dos filmes como linguagem específica que escrevem sobre o mundo a partir das imagens e a oralidade, entendemos que tanto *O cinema de Seu Duca* quanto *A Última Maria* são filmes documentários que fazem parte de um campo contemporâneo da forma documentária que se intensifica a partir dos anos

2000 com o advento das imagens digitais. Enquadramos os filmes como “documentários” não partindo do princípio do apelo (ou espelho) ao real, mas sim de uma forma fílmica que enuncia asserções sobre o mundo de maneira própria, e que possuem um caráter de receptividade social específica pela sua indexação no campo. Nesse sentido, o que o diferencia do filme de ficção não é a separação entre realidade e encenação, muito menos de objetividade e subjetividade, mas sim como afirma Fernão Pessoa Ramos:

Em sua forma de estabelecer asserções sobre o mundo, o documentário caracteriza-se pela presença de procedimentos que o singularizam com relação ao campo ficcional. O documentário, antes de tudo, é definido pela intenção de seu autor de fazer um documentário (intenção social, manifesta na indexação da obra, conforme percebida pelo espectador). Podemos, igualmente, destacar como próprios à narrativa documentária: presença de locução (voz over), presença de entrevistas ou depoimentos, utilização de imagens de arquivo, rara utilização de atores profissionais (não existe um star system estruturando o campo documentário), intensidade particular da dimensão da tomada. Procedimentos como câmera na mão, imagem tremida, improvisação, utilização de roteiros abertos, ênfase na indeterminação da tomada pertencem ao campo estilístico do documentário, embora não exclusivamente. (RAMOS, 2008, p. 25)

No campo do documentário contemporâneo, vários modos estilísticos de produzir o seu sentido podem ser estabelecidos ao mesmo tempo em um hibridismo não unilateral. Já ressaltamos que, ambos os filmes possuem uma subjetividade explícita tanto no corpo narrativo pelas personagens que emprestam fragmentos de suas vivências passadas com os lugares sociais que fizeram parte do município, quanto também pelo cineasta que se insere como um dos personagens em *O cinema*

de *Seu Duca* e deixa com que as experiências pessoais transcorram em *A Última Maria*. Pela valorização das subjetividades de uma memória ainda latente do passado castanhalense, esses documentários se aproximam (não de maneira definitiva e modelar) de um *modo performático* de produzir sentido e sustentar o seu argumento histórico. Bill Nichols define os significados construídos por esse modo da seguinte maneira:

O significado é claramente um fenômeno subjetivo, carregado de afetos. Um carro, um revólver, um hospital ou uma pessoa terão significados diferentes para pessoas diferentes. Experiência e memória, envolvimento emocional, questões de valor e crença, compromisso e princípio, tudo isso faz parte de nossa compreensão dos aspectos do mundo que mais são explorados pelo documentário: a estrutura institucional (governos e igrejas, famílias e casamentos) e as práticas sociais específicas (amor e guerra, competição e cooperação) que constituem uma sociedade. O documentário performático sublinha a complexidade de nosso conhecimento do mundo ao enfatizar suas dimensões subjetivas e afetivas (NICHOLS, 2005, p. 169).

O performático assim, poderia abordar questões estruturais a partir de subjetividades que garantiriam mais questionamentos do que objetividades. Mais à frente, o autor norte-americano diz que: “O documentário performático pode agir como um corretivo para os filmes em que “nós falamos sobre eles para nós”. Em vez disso, eles proclamam “nós falamos sobre nós para vocês” ou “nós falamos sobre nós para nós” (NICHOLS, 2005, p. 172). Mais do que isto, diríamos aqui que os filmes de Edivaldo Moura estão compostos por uma formulação verbal de “nós falamos sobre algo a partir de nós” ou também como “nós falamos de nós a partir de algo”. Esse “algo” aqui seriam certamente o Cine Argus e a locomotiva castanhalense que, não só ganhariam significados a partir das experiências dos castanhalenses, mas que também seriam uti-

lizados para falar um pouco sobre quem foram esses sujeitos e como eles resgatam parte de sua identidade nos contatos com os espaços que fizeram parte da história do município.

É importante salientar que, mesmo havendo a abertura para as subjetividades em torno do Cine Argus e do trem, essas lembranças devem atingir o objetivo fílmico ao fazer com que todas essas narrativas subjetivas juntas auxiliem na formação de um discurso para Castanhal de maneira mais ampla, ou seja, que parta do pessoal para o mundo público castanhalense como forma de conscientização histórica do passado do município. Sendo assim, a abertura para as “dimensões subjetivas e afetivas” não são feitas sem um planejamento fílmico que as englobem, e aqui, cineasta e participantes devem andar de mãos dadas para alcançar uma escrita do passado que dê conta de expressar a importância histórica dos lugares escolhidos como protagonistas dos filmes.

Acreditamos que os documentários podem ser lidos em uma atuação socioeducativa para o público espectador. Aquele que não viveu ou que não teve experiências com o Cine Argus e com a locomotiva, ao assistir aos filmes, ficará ciente de como ambos abrigavam diversas relações sociais pelos moradores castanhalenses que, não se limitavam a ir ao cinema somente para assistir aos filmes e nem ir à locomotiva e a estação somente para deslocar-se para outras localidades. Essa forma de *consciência histórica* pode garantir um “situar-se” no tempo presente por parte daqueles que viveram o passado representado nos documentários e que acompanharam a sua transformação. Já naqueles que não experienciaram o período representado, uma forma de consciência histórica pode ser despertada por meio do conhecimento de algo desconhecido, ou pelos usos daquilo que resiste materialmente no presente sob contextos passivos de ressignificações por outros sujeitos

sociais que não tiveram contatos em seu período áureo – a exemplo da locomotiva castanhalense e os projetores do Cine Argus, ambos monumentalizados hoje no município.

Entendemos o conceito de consciência histórica a partir do historiador alemão Jörn Rüsen. Os documentários são forma de atividades culturais, ou o que Rüsen chamou de “prática de narração histórica” que é o trabalho fundamental para a consciência histórica expressar-se exteriormente ao mundo social de diferentes modos – aqui ela chega até nós por meio de uma linguagem cinematográfica específica. Esta consciência histórica seria justamente uma “experiência da mudança temporal da vida e do mundo, que pode ser armazenada na memória, dá sentido à mudança do passado que pode ser aplicada para se entender o presente, permitindo, assim, às pessoas antecipar o futuro, para conduzirem suas atividades a partir de um futuro informado pelas experiências do passado” (RÜSEN, 2006, p. 122).

Acreditamos também que, a outra faceta do objetivo fílmico, que pode ser descrito aqui como uma forma de discurso histórico que circunda as subjetividades, tem o objetivo de ser uma defesa da importância simbólica do Cine Argus e da locomotiva Castanhal como influenciadores identitários de boa parte da comunidade castanhalense que tiveram contatos com estes objetos. Sendo assim, mais do que representar as atividades que estes dois espaços culturais desenvolviam na região, os documentários se interessam pelos seus impactos ocasionados nas subjetividades dos moradores que interagem em torno deles de maneiras heterogêneas. Por exemplo, o papel da infância ganha muita força nas narrativas de experiências que eram desenvolvidas no cinema e na locomotiva, afetando assim, o imaginário subjetivo destes moradores que agora recordam e ressignificam estas lembranças pela vida adulta. Não

é à toa que, nos documentários, determinadas enunciações poéticas acabam definindo o que também representavam estes lugares nas vidas dos moradores castanhalenses, o projetor do Cine Argus também “projetava sonhos” além das películas, e o som da locomotiva simulava um “café com pão, bolacha não” como apelido carinhoso.

REFERÊNCIAS

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Tradução: Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KRACAUER, Siegfried. **De Caligari a Hitler: Uma História Psicológica do Cinema Alemão**. Tradução: Tereza Ottoni. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1988.

LACERDA, Franciane Gama. **Nos trilhos da modernidade: instalação da Estrada de Ferro de Bragança (1870/1907)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Castanhal, UFPA, 1992.

LAGNY, Michèle. Imagens Audiovisuais e História do Tempo Presente. **Revista Tempo e Argumento**, vol. 4, nº 1. Florianópolis, 2012, pp. 23-44. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012023>>. Acesso em Jan, 2023.

LAGNY, Michèle. O cinema como fonte de história. *In*: Jorge Nóvoa; Soleni Biscouto Fressato; Kristian Feigelson (orgs.). **Cinematógrafo: um olhar sobre a história**. Salvador: EDUFBA; São Paulo. Ed. UNESP, 2009

MATA, Sérgio da; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Transformações da Experiência do Tempo e Pluralização do Presente. *In*: MOLLO, Helena Miranda *et. al.* (orgs.). **Tempo Presente & Usos do Passado**. Rio de Janeiro: FGV, 2012, p. 9-30.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Tradução: Mônica Saddy Martins. Campinas/SP. Editora Papirus (Coleção Campo Imagético). 2005.

RAMOS, Fernão Pessoa. **Mas afinal... o que é mesmo documentário?** São Paulo: Editora Senac, 2008.

RODRIGUES, J. H. **A pesquisa histórica no Brasil**. São Paulo: Nacional, 2ª edição 1969.

ROSENSTONE, Robert A. **A história nos filmes, os filmes na história**. Tradução: Marcello Lino. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

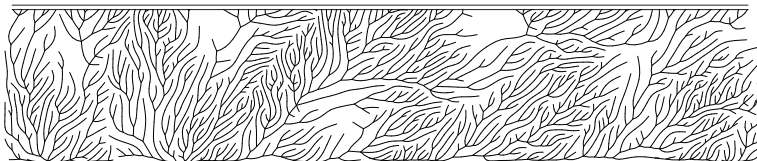
ROSENTONE, Robert A. História em imagens, história em palavras: reflexões sobre as possibilidades de plasmar a história em imagens. **O olho da história**, vol. 1, nº 5. Salvador, 1997.

RÜSEN, Jörn. Historiografia comparativa intercultural. *In*: MALERBA, Jurandir (Org.). **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo. Editora Contexto, 2006.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SORLIN, Pierre. **Sociologie du cinema**. Paris: Éditions Aubier Montaine, 1977.

INTERPRETAR A AMAZÔNIA PELO CINEMA: UMA PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO DE UM *CORPUS* FÍLMICO



Gustavo Soranzi
*Samir Damasceno*²

INTRODUÇÃO

A Amazônia é uma região que preenche um lugar importante no imaginário ocidental há muito tempo. Narrada nas crônicas dos viajantes europeus desde a conquista e ocupação do continente sul-americano no século XVI, explorada por cientistas lapidares da modernidade nos séculos seguintes e desde então campo privilegiado de investigação científica na contemporaneidade, além de ser objeto de interesse de artistas das mais diversas formas de expressão em todos esses séculos, podemos dizer que ela seria uma espécie de síntese da noção de Novo Mundo (PINTO, 2006). Todos estes discursos – as crônicas de viagem, a investigação científica, a expressão artística – foram determinantes para consolidar alguns modos de representação da região no tempo que

contribuíram para consolidar certos tropos e clichês sobre ela, que vêm sendo reiterados e reinterpretados desde então.

Para além do repertório científico e literário já conhecido sobre a região, seria possível interpretar a Amazônia pelo cinema? Ou, dito de outro modo, interpretar a Amazônia pelos filmes que representam ou tematizam a região? Ou ainda melhor, é possível tomar o cinema como objeto de análise para interpretar as interpretações sobre a Amazônia promovidas pelos filmes? Nossa hipótese é que o cinema é um objeto legítimo para tal “interpretação das interpretações” sobre a Amazônia (ALMEIDA, 2008) pois assumiu lugar importante na maneira como a região tem sido representada na modernidade, atualizando interpretações já conhecidas desde as crônicas dos viajantes do século XVI em diante, passando por aquelas difundidas pelos cientistas naturalistas a partir do século XVIII e chegando aos discursos artísticos e midiáticos contemporâneos. Para Tunico Amâncio, pesquisador do campo dos estudos de cinema, que realizou sua pesquisa de doutorado nos anos 1990, na ECA/USP, quando estudou a representação do Brasil no cinema estrangeiro, nos filmes que incluem referências ao Brasil em seus enredos, o Rio de Janeiro é certamente a referência urbana por excelência, contudo, este “perde definitivamente sua importância frente à multiplicidade de eventos dramáticos que a Amazônia comporta. O que prova que, contemporaneamente, por vias transversas, a Amazônia é o lugar que mais representa o Brasil no cinema de ficção.” (2000, p.89). A observação de Amâncio nos motivou a buscar compreender que imagens sobre a Amazônia são essas e para isto nossa proposta é a de definir um *corpus* filmico específico que permita tal investigação.

A definição deste *corpus* servirá aos propósitos do projeto de pesquisa *A Amazônia (re)imaginada no cinema*,

ao qual este esforço aqui apresentado se associa, projeto este atualmente conduzido pelo professor Gustavo Soranz no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Artes – PPGARTES –, da UFPA, que prevê como resultado a montagem de um filme experimental com imagens retiradas de filmes que representam a região. Este filme a ser montado pretende ser um experimento com o discurso fílmico hegemônico sobre a Amazônia, crítico e reflexivo, buscando elaborar um discurso outro sobre a região, por meio de um gesto artístico de apropriação de imagens previamente existentes, resultante de um trabalho baseado na montagem e na reordenação de imagens e sons. Uma vez definido o *corpus* apresentaremos uma proposta de categorização para os filmes, de modo a contribuir para uma abordagem mais adequada das imagens, considerando que originalmente estão situadas em contextos distintos, tanto estética quanto discursivamente, que determinam os modos pelos quais estas são elaboradas. Assim esperamos como resultado da pesquisa a montagem de um filme que esteja baseado em um conjunto coerente de imagens, que evidencie certos tropos recorrentes sobre a Amazônia no imaginário ocidental, que resultam em clichês visuais e discursivos sobre a região, que remetem a discursos históricos que contribuíram para forjar a percepção que temos hoje sobre a ela e que estão sendo atualizados na modernidade pelo cinema narrativo hegemônico.

Para orientar a sistematização dos filmes nos valem de contribuições de autores que se dedicaram a repensar o empreendimento colonial europeu nas Américas (SANTOS, 2008), que se debruçaram sobre os discursos colonizadores sobre o continente (PRATT, 1999), que analisaram as interpretações históricas sobre a região na ciência (ALMEIDA, 2008) e na literatura (GONDIM, 1994), que investigaram

a formação do pensamento social na Amazônia (PINTO, 2006) e refletiram sobre a sua construção discursiva (PIZARRO, 2012). Contudo, a categorização valeu-se principalmente de noções empíricas em relação aos filmes, como em relação a informações sobre a produção, como o fato de ser ou não uma adaptação literária, seu alinhamento a gêneros cinematográficos já estratificados, como comédia ou ação, e informações em relação ao sistema de produção, como o fato de serem produções de estúdios de cinema ou produções independentes.

MÉTODO DE SELEÇÃO DOS TÍTULOS

Nesse conjunto amplo de possibilidades, de que filmes estamos falando? De modo geral a menção nos filmes aqui relacionados é apenas à Amazônia indistintamente, sem precisão geográfica, política ou administrativa, mas cabe dizer que consideramos a região em sua dimensão internacional e não apenas no caso brasileiro. Para constituir esse *corpus* fílmico específico, nosso recorte é o de filmes estrangeiros de longa-metragem, produzidos por países que não integram a região amazônica, motivo pelo qual não entram filmes de países como Colômbia, Peru ou Venezuela, países que são estrangeiros em relação ao contexto brasileiro e possuem filmes que retratam a Amazônia, mas que não guardam esse caráter estrangeiro em relação à região. Uma exceção cabe à França, que pode ser considerado um país amazônico por conta da Guiana Francesa, mas cuja produção fílmica presente no *corpus* selecionado não tem nenhuma relação com essa sua porção ultramarina. São filmes estrangeiros de ficção, em cujas tramas a Amazônia tem papel central. No geral suas estórias se passam totalmente na Amazônia (ou suas possíveis variá-

veis genéricas, como “floresta tropical da América do Sul”) ou então a Amazônia é um destino para algum conflito desenvolvido no filme, ocupando lugar central na trama. Foram escolhidos apenas filmes de *live action*, ou seja, filmados com a câmera de cinema, deixando de fora da seleção filmes totalmente de animação gráfica.

Para chegar ao *corpus* final de filmes, promovemos uma busca ativa em bancos de dados sobre cinema disponíveis na internet, comunidades especializadas de trocas de arquivo entre usuários e sites de compartilhamentos de filmes. No primeiro caso são sites dedicados especificamente a sistematizar informações amplas sobre o universo do cinema, de acesso aberto e gratuito, que geralmente são referências seguras em se tratando do levantamento de informações sobre o cinema de fatura comercial ou artística e são eficientes para fornecer informações sobre produções de grandes estúdios e de casos de distribuição de alcance mundial. O segundo caso inclui comunidades de nichos de interesses específicos, a fim de encontrar títulos menos conhecidos do circuito exibidor comercial, ou seja, de perfil mais marginal e periférico em relação ao circuito hegemônico de cinema internacional. Neste domínio focamos em endereços de comunidades de compartilhamento de filmes entre usuários, que com frequência oferecem acesso a filmes raros, geralmente organizados de forma colaborativa por usuários dedicados e conhecedores do seu campo cultural de interesse. São as chamadas *private trackers*, ou comunidades privadas, que tem acesso restrito e exigem convite individualizado para a participação. O terceiro e último caso é o de um site dedicado a oferecer acesso a filmes raros e subgêneros marginais no domínio do cinema de ficção, geralmente menosprezados ou esquecidos pelo circuito hegemônico de distribuição e consumo. Além dos endereços na

internet, também consultamos os filmes relacionados no livro *O Brasil dos gringos*, de Tunico Amâncio (Intertexto, 2000).

TABELA 1 - Endereços dos sites e plataformas pesquisados

TÍTULO	ENDEREÇO	PERFIL
Internet Movie Database	www.imdb.com	Banco de dados amplo sobre cinema. Acesso gratuito (possui versão paga).
All Movie	www.allmovie.com	Banco de dados amplo sobre cinema. Acesso gratuito.
Karagarga	www.karagarga.in	Comunidade privada de compartilhamento de filmes, focada em filmes de arte e raros. Acesso privado mediante convite.
Making off	www.makingoff.org	Comunidade privada de compartilhamento de filmes, focada em filmes nacionais e autorais. Acesso privado mediante convite.
Rare Lust	www.rarelust.com	Site que disponibiliza filmes raros, de baixo orçamento e de subgêneros cinematográficos. Acesso gratuito.

Em todos os casos, adotamos como método de levantamento dos títulos pesquisas por palavras-chave, utilizando os sistemas de busca oferecidos pelas próprias plataformas ou sites. Foram utilizadas as seguintes palavras-chave: *Amazônia; Amazon; Amazonie; rainforest; tropical rainforest; floresta; selva; jungle; forest e forêt*. Este conjunto de palavras permitiu o levantamento de um universo amplo de filmes, que foram sendo selecionados de acordo com os critérios inicialmente estabelecidos, ou seja, filmes de ficção de longa-metragem, produzidos por países não amazônicos, cujas tramas sejam desenroladas na Amazônia ou nas quais a Amazônia seja um destino privilegiado e tenha papel central na resolução dos conflitos apresentados. A meta não era ser exaustivo em re-

lação ao levantamento, mas garantir um universo amplo e representativo de filmes dentro do recorte proposto. Consideramos que a metodologia adotada se mostrou eficiente no processo, uma vez que além dos títulos amplamente conhecidos de filmes que representam a Amazônia em suas tramas pudemos acessar filmes de países que não costumam aparecer no circuito internacional hegemônico de exibição, como filmes finlandeses ou indianos rodados na Amazônia. Contudo, cabe dizer que o uso de palavras-chave nos conduziu às sinopses dos filmes, ou seja, nossa pesquisa é indexada pelos termos escolhidos pelos próprios produtores ou distribuidores dos filmes, informações estas geralmente adotadas nas descrições dos títulos disponibilizados nos sites utilizados. Se um filme não se anuncia com esses termos, as dificuldades de chegar a ele aumentam. Entretanto, podemos dizer que utilizar o termo Amazônia, ou correspondentes como floresta tropical, é um fator importante para os filmes que pretendem explorar o imaginário sobre a região como fator diferencial na sua proposta, por mais diversas que sejam as possibilidades dramáticas de exploração da Amazônia nos enredos.

CATEGORIZAÇÃO DO *CORPUS*

Evidentemente que o universo de filmes que compõem nosso *corpus* é vasto, de origens distintas, com trajetórias diferentes de circulação e de relação com suas audiências, de recepção pública desigual nos vários casos, com dimensões distintas em termos de recursos de produção e com resultados variados em termos estéticos. Diante da diversidade de possibilidades, elaboramos uma categorização para o *corpus*, com o intuito de sistematizar os filmes de modo a permitir abordagens mais elaboradas de investigação sobre o material.

Os filmes foram agrupados nas seguintes categorias: **i) Adaptação literária** – filmes que são adaptações diretas de textos literários, como *O mundo perdido* (1925), do texto de Arthur Conan Doyle, e *Brincando nos campos do senhor* (1991), do texto de Peter Matthiessen, entre outros; **ii) Filmes Autorais** – filmes que são produzidos por diretores que imprimem uma visão pessoal nos filmes, não se alinhando a convenções de gêneros narrativos hegemônicos e cujos modelos de produção são também avessos aos modelos industriais ou corporativos, como os filmes de Werner Herzog ou de Herbert Brödl; **iii) Filmes de Aventura** – filmes associados a um tipo de cinema que pode ser considerado como um gênero no âmbito do cinema comercial, com as seguintes características: “uma propensão para ação física espetacular, uma estrutura narrativa envolvendo lutas, perseguições e explosões, uso de efeitos especiais e ênfase em performances atléticas e acrobáticas.” (NEALE, 2004, p.71), como é o caso de *Tudo por uma esmeralda* (1984) ou *Anaconda* (1997), por exemplo; **iv) Comédia** – filmes associados ao gênero narrativo da comédia, contemplando suas principais convenções, muitas vezes em contato e parodiando o cinema de aventura, como é o caso de *Meu filho da selva* (1997) ou *A lei da selva* (2006); **v) Eventos históricos** – filmes baseados em eventos históricos, como por exemplo casos que abordam a exploração da borracha na Amazônia, como *Kautschuk* (1938) ou *Eldorado* (1988) e **vi) Exploitation** - filmes que apostam em atrativos sensacionalistas e hiperbólicos, enfatizando violência gráfica, sexo, bizarrices, etc. Geralmente são produções de baixo orçamento sem nomes de reconhecimento internacional em seu elenco, como é o caso de *Inferno verde* (1988) ou *Emmanuelle - Paraíso Selvagem* (1988).

Tabela 2: Relação de filmes

	Título em português	Título original	Diretor	País	Ano	Categoria
1	O mundo perdido	The lost world	Harry O. Hoyt	EUA	1925	Adaptação literária
2	Kautschuk	Kautschuk	Eduard von Borsody	ALM	1938	Eventos históricos
3	Cinco devem viver	Five came back	John Farrow	EUA	1939	Aventura
4	O fim do rio	The end of the river	Derek N. Twist	ING	1947	Aventura
5	O salário do medo	Le Salaire de la peur	Henri-Georges Clouzot	FRA	1953	Aventura
6	O segredo dos incas	Secret of the incas	Jerry Hopper	EUA	1954	Aventura
7	A selva nua	The naked jungle	Byron Haskin	EUA	1954	Aventura
8	Curucu, monstro do Amazonas	Curucu, beast of the amazon	Curt Siodmak	EUA	1956	Aventura
9	De volta da eternidade	Back from Eternity	John Farrow	EUA	1956	Aventura
10	Escravos do amor das amazonas	Love Slaves of the Amazons	Curt Siodmak	EUA	1957	Exploitation
11	O monstro da lagoa negra	The monster of the black lagoon	Jack Arnold	EUA	1958	Aventura
12	800 Léguas Pelo Amazonas	800 Léguas Pelo Amazonas	Emilio Gómez Muriel.	MEX	1959	Adaptação literária
13	O mundo perdido	The lost world	Irwin Allen	EUA	1960	Adaptação literária

14	Lana - Rainha das Amazonas	Lana - Queen of the Amazons	Cyl Farney, Géza von Cziffra	ALE	1964	Exploitation
15	Terror in the jungle	Terror in the jungle	Andy Janzack (director: jungle sequence) Alex De'Simone (plane sequence) e Alex Graton (temple sequence)	EUA	1968	Aventura
16	X312 - Flight to hell	X312 - Flug zur Hölle	Jesús Franco	ALE	1971	Exploitation
17	Dá-lhe Duro, Trinity!	...Più forte ragazzi!	Giuseppe Colizzi	ITA	1972	Comédia
18	Aguirre: a cólera dos deuses	Aguirre, der Zorn Gottes	Werner Herzog	ALE	1972	Eventos históricos
19	Two sane nuts	Two sane nuts	Ernst Hofbauer, Fernando Orozco	ALE	1974	Comédia
20	O comboio do medo	Sorcerer	William Friedkin	EUA	1977	Aventura
21	Emanuelle e os últimos canibais	Emanuelle e gli ultimi cannibali	Joe D'Amato	ITA	1977	Exploitation
22	Zivilisierte Tropen	Zivilisierte Tropen	Herbert Brödl	AUT	1977	Autorial
23	Women in Cell Block 9	Frauen für Zellenblock 9	Jesús Franco	ALE	1978	Exploitation
24	Manaos	Manaos	Alberto Vázquez Figueroa	ITA	1979	Aventura
25	Holocausto Canibal	Cannibal Holocaust	Ruggero Deodato	ITA	1980	Exploitation

26	Hotel paradis	Orinoco: Prigioniere del sesso	Edoardo Mulargia	ITA	1980	Exploitation
27	Cannibal Ferox	Cannibal Ferox	Umberto Lenzi	ITA	1981	Exploitation
28	Fitzcarraldo	Fitzcarraldo	Werner Herzog	ALE	1982	Autorial
29	Tudo por uma esmeralda	Romancing the stone	Robert Zemeckis	EUA	1984	Comédia
30	Inferno ao vivo	Inferno in diretta	Ruggero Deodato	ITA	1984	Exploitation
31	Emmanuelle 4	Emmanuelle 4	Francis Leroi Iris Letans	FRA	1984	Exploitation
32	A Canoa do Peixe-Cobra	DAS SCHLANGENFISCHKANU	Herbert Brödl	AUT	1984	Autorial
33	A floresta das esmeraldas	The emerald forest	John Boorman	EUA	1985	Aventura
34	Treasure of the Amazon	Treasure of the Amazon	René Cardona Jr.	EUA	1985	Exploitation
35	White slave	Schiave bianche - Violenza in Amazzonia	Mario Gariazzo	ITA	1985	Exploitation
36	Perdidos no Vale dos Dinossauros	Nudo e selvaggio	Michele Massimo Tarantini	ITA	1985	Exploitation
37	Selva viva	Where the River Runs Black	Christopher Cain	EUA	1986	Aventura
38	Resgate infernal	Let's get Harry	Stuart Rosenberg	EUA	1986	Aventura
39	Hotel colonial	Hotel colonial	Cinzia Th. Torrini	ITA	1987	Aventura
40	The colors of the birds	Die Farben der Vögel	Herbert Brödl	AUT	1988	Autorial

41	O tesouro do OVNI	Top line	Nello Rossati	ITA	1988	Exploitation
42	Inferno verde	Green inferno	Antonio Climati	ITA	1988	Exploitation
43	Emmanuel-le - Paraíso Selvagem	Emmanuel-le 6	Bruno Zincone	FRA	1988	Exploitation
44	Eldorado	El Dorado	Carlos Saura	ESP	1988	Eventos históricos
45	O rio da morte	River of death	Steve Carver	EUA	1989	Aventura
46	Brenda star	Brenda star	Robert Ellis Miller	EUA	1989	Comédia
47	Delta force 2: conexão Colômbia	Delta Force 2: The Colombian Connection	Aaron Norris	EUA	1990	Aventura
48	Amazon	Amazon	Mika Kaurismäki	FIN	1990	Aventura
49	Lambada: a dança proibida	The Forbidden Dance	Greydon Clark	EUA	1990	Aventura
50	Caged Women	Caged - Le prede umane	Leandro Lucchetti	ITA	1991	Exploitation
51	Brincando nos campos do senhor	At Play in the Fields of the Lord	Hector Babenco	EUA	1991	Adaptação literária
52	A viagem	El viaje	Fernando Solanas	ARG	1992	Aventura
53	O curandeiro da selva	Medicine man	John McTiernam	EUA	1992	Aventura
54	Inferno selvagem	Fire on the Amazon	Luis Llosa	EUA	1993	Aventura
55	800 léguas embaixo do Amazonas	Eight Hundred Leagues Down the Amazon	Luis Llosa	EUA	1993	Eventos históricos

56	Amazônia em chamas	The burning season	John Fran- kenheimer	EUA	1994	Eventos históricos
57	Jaguar e chuva	Jaguar und Regen	Herbert Brödl	AUT	1994	Autoral
58	Paul Bowles - Halfmoon	Paul Bowles - Halb- mond	Frieder SchlaichI- rene von Alberti	ALE	1995	Adaptação literária
59	Le jaguar	Le jaguar	Francis Veber	FRA	1996	Aventura
60	GOLDLAND - Aventuras com garimpei- ros brasileiros	GOL- DLAND - Abenteuer mit brasi- lianischen Goldsu- chern	Herbert Brödl	AUT	1996	
61	Meu filho das selvas	Jungle to jungle	John Pasquin	EUA	1997	Autoral
62	Anaconda	Anaconda	Luis Llosa	EUA	1997	Comédia
63	Amazone	Amazone	Philippe de Broca	FRA	2000	Aventura
64	Bad Boy - Corrida no Equador	Bad Boy - Rennen am Äquator	Herbert Brödl	AUT	2000	Comédia
65	Eclipse	Eclipse	Herbert Brödl	AUT	2002	Autoral
66	A selva	A selva	Leonel Vieira	POR	2002	Autoral
67	Bem-vindo à selva	The Run- down	Peter Berg	EUA	2003	Adaptação literária
68	Diários de motocicleta	Motorcycle Diaries	Walter Salles	EUA	2004	Aventura
69	A borboleta Azul	The blue butterfly	Léa Pool	CAN	2004	Aventura

70	Indiana Jones e o reino da caveira de cristal	Indiana Jones and the Kingdom of the Crystal Skull	Steven Spielberg	EUA	2008	Aventura
71	Aviadores	Flieger über Amazonien	Herbert Brödl	AUT	2008	Aventura
72	Rio Negro	Schwarzer Fluss	Herbert Brödl	AUT	2012	Autorial
73	Canibais	Green Inferno	Eli Roth	EUA	2013	Autorial
74	Amazônia	Amazônia	Thierry Ragobert	FRA	2013	Exploitation
75	Dark Amazon	Dark Amazon	Darcyana Moreno Izel	EUA	2014	Aventura
76	Z: a cidade perdida	The lost city of Z	James Gray	EUA	2016	Aventura
77	A lei da selva	La loi de la jungle	Antonin Peretjatko	FRA	2016	Aventura
78	Amazon Obhijaan	Amazon Obhijaan	Kamaleswar Mukherjee	IND	2017	Comédia
79	Amazon Queen	Amazon Queen	Marlin Darrah	EUA	2021	Aventura
						Aventura

O *corpus* é composto de 79 títulos, divididos da seguinte maneira: i) Adaptações literárias – 06 filmes; ii) Filmes Autorais – 10 filmes; iii) Filmes de Aventura – 33 filmes; iv) Comédias – 07 filmes; v) Eventos históricos – 05 filmes e vi) Exploitation – 18 filmes. Destes, 34 são produções dos EUA, 13 da Itália, 09 da Áustria, 08 da Alemanha, 07 da França, 01 da Inglaterra, 01 do México, 01 da Espanha, 01 da Finlândia, 01 da Argentina, 01 de Portugal, 01 do Canadá e 01 da Índia.

Este levantamento inicial merece ser analisado mais detidamente e, possivelmente, refinado na sugestão das ca-

tegorias de agrupamento dos filmes. A categoria *Filmes de Aventura*, por exemplo, possivelmente pode ser desdobrada em outras mais específicas, que mantenham a aderência a esse tipo de filme mais voltado ao espetáculo e à ação física, mas com requintes específicos na definição da sua abordagem com relação à Amazônia, porém, tal trabalho analítico será conduzido futuramente. Além disto há casos em que um mesmo filme poderia ser contemplado em mais de uma categoria, como é o caso, por exemplo, de *Aguirre: a cólera dos deuses* (1972), de Werner Herzog, podendo ser considerado ao mesmo tempo um filme baseado em eventos históricos e um filme autoral. Nossa opção foi por mantê-lo na categoria de *eventos históricos*. Do mesmo modo, a quantidade de produções por cada país pode revelar aspectos importantes a serem considerados. Além da evidente assimetria no número de filmes produzidos pelos EUA, que de certo modo reflete a concentração que a indústria de cinema estadunidense detém em nível mundial, o número expressivo de filmes produzidos na Itália revela o vigor da cena de filmes do tipo *exploitation* naquele país, com relativos sucessos, como é o caso do filme *Holocausto Canibal* (1980), filme cultuado em certos nichos cinéfilos e cujo sucesso deflagrou uma certa onda de filmes que exploram o terror gore, baseado em violência gráfica como marca distintiva. Caso semelhante ocorre com os filmes baseados na personagem Emanuelle, que gerou uma série de outros filmes, explorando o erotismo e o *soft porn* em meio à floresta. Um trabalho mais detalhado de análise dos filmes ainda está por ser feito e infelizmente não caberia aqui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notamos que o cinema narrativo internacional de ficção é uma seara interessante para encontrar representações da Amazônia, sendo, portanto, um objeto legítimo para interpretar as interpretações sobre a região, como estamos propondo em diferentes frentes de investigação. Ainda que nosso interesse neste trabalho tenha sido o de apresentar uma proposta de sistematização para o *corpus* fílmico de interesse da pesquisa e que esta etapa seja uma entre outras que ainda estão por serem executadas no âmbito do projeto de pesquisa guarda-chuva *A Amazônia (re)imaginada no cinema*, em relação ao qual está associado o projeto de iniciação científica *O selvagem, a natureza e o Oriente. Clichês visuais sobre a Amazônia no cinema narrativo estrangeiro*, conduzido por Samir Damasceno sob orientação de Gustavo Soranz, no âmbito do Instituto de Ciências da Arte da UFPA, algumas observações preliminares sobre o *corpus* podem ser colocadas. Os filmes foram produzidos em um arco histórico longo, de 1925 a 2021, o que assinala notável recorrência de filmes que abordam a Amazônia em suas tramas no domínio do cinema de ficção internacional. A Amazônia aparece em filmes oriundos de culturas muito diferentes, com aspectos bastante recorrentes na abordagem, mesmo quando vistos através das diversas categorias propostas. Dito de outro modo, podemos considerar que a Amazônia é um lugar simbólico consolidado no imaginário, algo demonstrado por esta recorrência identificada. Por outro lado, há quase uma ausência total de filmes oriundos do mundo oriental, com a exceção de um filme indiano recente, justamente um país situado nos limites entre o Ocidente e o Oriente, que trabalha sobre vários clichês antigos de filmes ocidentais sobre a Amazônia. Tal aspecto

sustenta a noção de que a Amazônia de certo modo sintetiza a ideia de Novo Mundo no imaginário ocidental.

As categorias ora propostas parecem promissoras para contribuir na identificação de determinados tropos presentes nos filmes, que atualizam ou recuperam interpretações sobre a região, grosso modo entendidas nos dualismos inferno/paraíso, natureza/cultura, humanidade/bestialidade, civilização/barbárie, etc., contribuindo para a expansão de visões construídas historicamente sobre a região, que nos filmes são exploradas de modos variados, em situações dramáticas as mais diversas, trazendo para o cenário contemporâneo construções discursivas históricas atualizadas em termos de representação simbólica. Uma análise cuidadosa dos filmes a partir destas deve contribuir para identificar determinados clichês que se cristalizaram a partir dos tropos recorrentes e que são difundidos pelos filmes no contexto da cultura de consumo de massas e no âmbito da cultura midiática contemporânea, onde o cinema tem papel central no modo como são formadas as representações subjetivas da alteridade e as visões de mundo.

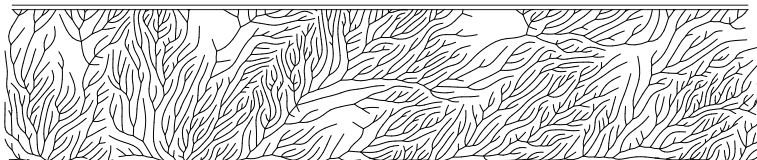
Acreditamos que tal investigação interessa tanto para uma proposta de escrutínio das representações elaboradas sobre a Amazônia por estrangeiros, que têm importância para delinear agendas de interesse em relação ao modo como se conformam as mentalidades, que em última consequência, para além das análises simbólicas, sustentam os modos de exploração e ocupação da região concretizados em ações políticas, econômicas e administrativas, como tem interesse para uma reflexão sobre que tipo de representação sobre a Amazônia poderia ser elaborada de modo contrastante a este identificado aqui, ou seja, uma vez que se concretize a expansão da atividade cinematográfica na própria região e a Amazônia

passa a ser frequentemente narrada e representada no cinema produzido por sujeitos imersos em sua realidade empírica, de que modo os dualismos presentes nas suas interpretações históricas serão abordados? Tal inversão de pontos de vista pode levar à elaboração de outras interpretações sobre a Amazônia? Estes são pontos que particularmente nos interessam e que devem ser observados em outras etapas das pesquisas às quais estamos dedicados atualmente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Antropologia dos arquivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8/FUA, 2008.
- AMANCIO, Tunico. **O Brasil dos gringos: imagens no cinema**. Niterói: Inter-texto, 2000.
- GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- NEALE, Steve. Action-adventure as Hollywood genre. *In*: TASKER, Yvonne (Ed.). **Action and Adventure cinema**. New York: Routledge, 2004.
- PINTO, Renan Freitas. **Viagem das ideias**. Manaus: Editora Valer/Prefeitura de Manaus, 2006.
- PIZARRO, Ana. **Amazônia: as vozes do rio: imaginário e modernização**. Belo horizonte: Editora UFMG, 2012.
- PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru/SP: EDUSC, 1999.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2ª edição 2008.
- SORANZ, Gustavo. **Território imaginado: imagens da Amazônia no cinema**. Manaus: Muiraquitã, 2012.

O DESLOCAMENTO "FORÇADO" DE IMIGRANTES VENEZUELANOS PARA O ESTADO DO PARÁ: O CASO DOS INDÍGENAS WARAO



Francisco Jorge Oliveira da Silva
Misael Malcher Costa Junior

INTRODUÇÃO

Os fluxos migratórios estão presentes por toda a História da humanidade, é por meio desses fluxos que adentramos em áreas desconhecidas, ocupamos novos territórios garantindo a nossa sobrevivência e nos possibilitam prosperar. Na região amazônica não é diferente, com o passar do tempo, os fluxos nessa região não foram encerrados, ao contrário, ao longo dos séculos podemos encontrar a presença de movimentações desde as indígenas, portuguesas e posteriormente Brasileiras.

Ao longo do tempo esses fluxos migratórios se intensificaram, recentemente esse fenômeno tem se relacionado à crise política, econômica e social na Venezuela, a qual força uma massa da população a se retirar de seu país natal em

busca do desconhecido, com a esperança de uma vida melhor. No meio dessa massa de venezuelanos encontram-se os indígenas da etnia Warao, povo originário do norte da Venezuela, mais especificamente da região do Delta do rio Orinoco, habitando essa região há pelo menos 8 mil anos. Nesse viés, são falantes de uma língua própria, considerada uma linguagem isolada, ainda que apresente empréstimos linguísticos do tronco linguístico aruaque e caribe, segundo a professora Elaine Moreira (2018).

Visto isto, a presente pesquisa objetiva fazer uma análise sobre o processo imigratório dos Indígenas Warao, utilizando dos jornais digitais e documentos oficiais das organizações responsáveis acerca da temática, como o Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados - Acnur. Desse modo, busca-se compreender as causas e as consequências desse fluxo, verificando os motivos que levaram a esse deslocamento, analisando a sua jornada pelas mais diversas regiões, desde o município de Pacaraima em Roraima a cidade de Belém do Pará, a fim de compreender os impactos imediatos dessa passagem e a sua instalação no Estado do Pará.

O trabalho se torna pertinente visto que busca tratar acerca de um acontecimento do tempo presente, diante disso, acionamos os conhecimentos do professor François Dosse (2012), o qual nos faz refletir acerca da importância do Historiador ao estudar acontecimentos ainda em curso, buscando trazer uma visão historiográfica a discussão e dispensando a necessidade de se esperar o fato “envelhecer” para que se dê início aos estudos. Assim, começar os estudos enquanto o acontecimento ainda está em curso, nos permite acessar fontes mais imediatas, como depoimentos orais, jornais recém-publicados que estão retratando acontecimentos ainda vigentes, dentre outras vantagens. Visto

isso, a escolha da temática se torna pertinente, na medida em que, tira os Indígenas Warao das sombras da História trazendo seu protagonismo.

Para alcançarmos os nossos objetivos realizamos um levantamento de jornais digitais dos anos de 2016 a 2022, onde buscamos traçar notícias que retratam essa História dos indígenas Warao. No processo metodológico utilizamos as professoras Tânia de Luca e Maria Helena Capelato como nossas principais leituras de cabeceira, pois elas ensinam como fazer o melhor uso desses documentos. Por fim, fizemos o levantamento em acervos jornalísticos do ano 2016 a 2022, ano de início desse fluxo e ano presente a pesquisa. Procuramos levantar o maior número possível de materiais que mencionasse os indígenas Warao. Levando em consideração sempre que tipo de jornal estamos acessando, se é uma matéria assinada por um repórter específico ou não, quem é o sujeito que está escrevendo. Enfrentando todas as dificuldades de difícil acesso a esse material, por se tratar de um documento gerado muito recente, conseguimos levantar 32 matérias, distribuídas da seguinte maneira: seis publicadas no estado de Roraima, três no Amazonas e 22 no Pará. Quanto ao quantitativo levantado por ano, temos duas matérias publicadas em 2016; quatro em 2017; seis em 2018; sete nos anos de 2019 e 2020 e 3 nos anos de 2021 e 2022. Números que considerados expressivos visto o apagamento que os indígenas/refugiados vem sofrendo.

Além das autoras supracitadas, também recorreremos ao professor Fábio Chang de Almeida (2011), o qual fomenta uma reflexão acerca da importância das fontes digitais, oriundas da internet como fontes válidas para o uso do Historiador. Com o mundo cada vez mais digitalizado, os grandes jornais impressos vão cada vez mais desaparecendo do dia a dia da

população, e todo um novo ecossistema de informação digital vem surgindo, com a modernização dos tradicionais veículos de notícia e o surgimento de novos. Logo, utilizar esse tipo de fonte digital nos abre um leque de possibilidades que podem ser exploradas pelo pesquisador.

DESENVOLVIMENTO

Os Warao são um povo indígena oriundos tradicionalmente do delta do rio Orinoco, no estado do delta Amacuro e de regiões adjacentes do Estado da república bolivariana da Venezuela, sendo a segunda maior etnia do país com aproximadamente 41 mil indivíduos, segundo o levantamento de dados do censo demográfico de 2011, do *Instituto Nacional de Estadística de la República Bolivariana de Venezuela*.

No final do século XX passaram a se deslocar para outras regiões do país em virtude das crescentes e progressivas invasões de suas terras em larga medida por agricultores e pecuaristas, além de uma tragédia ambiental ocasionado pelo represamento do rio Manamo, que afeta a organização social do grupo e sua manutenção em territórios tradicionais, levando-os a buscarem alternativas de vida em centros urbanos da região (CASTRO, HEINEN, 1999).

A partir do ano de 2016, devido à crise humanitária que enfrenta seu país de origem, acelerou um longo e danoso processo de migração “forçada” massiva e intensivamente para o Brasil, de acordo com DURAZZO (2020), uma das principais rotas de entrada em território brasileiro é pela região norte (Roraima, Amazonas e Pará), além de outras regiões do Brasil. Consequência direta da generalizada crise social, política e econômica que passa o país latino.

Em concordância o Ministério Público Federal pontua que, “Na atual conjuntura econômica venezuelana, o deslocamento de indígenas Warao para as cidades brasileiras é motivado fundamentalmente pela busca de alimentos, trabalho fixo ou temporário e dinheiro, além do acesso à saúde” (MPF, 2017b, p. 8).

No que tange a questão de novas vulnerabilidades sociais, a ACNUR comunga do mesmo entendimento ao analisar as consequências desse fluxo migratório, “(...) muitos venezuelanos buscam tratamento de saúde no Brasil, ou acabam contraindo doenças ou enfermidades durante o deslocamento, em razão da dificuldade de acesso a serviços básicos de saúde no país de origem” (ACNUR, 2019, p. 10).

O grupo étnico¹ é bastante diverso principalmente em relação a sua forma de organização social e costumes, compartilhando de uma língua comum, também chamada Warao, a qual na língua nativa tem como significado “povo da água”, por terem uma relação direta e dependente com a água, haja vista que em suma grande parte dos seus habitantes são pescadores que possuem uma relação cultural e identitária com esses elementos, justifica-se o fato de ambos viverem basicamente em comunidades de palafitas e pântanos, nas áreas ribeirinhas.

O deslocamento enfrentado pelo povo Warao inicia em sua terra natal, no delta do Amacuro, encerrando-se em Belém, percorrendo cerca de 3,6 km entre rotas terrestres e rotas fluviais, conforme ilustrado na figura abaixo.

¹ Importante ressaltar que segundo os antropólogos Werner Wilbert e Cecilia Ayala Lafée-Wilbert (2009), embora os indígenas formem uma unidade étnica, existem várias formas de ser Warao, que podem variar de acordo com a comunidade ou região em que eles se originam na região do rio Orinoco. Tendo variações alimentares, por exemplo, isso impacta nas dinâmicas de abrigo aqui no Brasil.

FIGURA 1 - Caminho dos Warao.



Fonte: Brasil de Fato, 2020 / Ilustração: Fernando Bertolo.

O primeiro local de desembarque em território brasileiro, fica situado na cidade de Pacaraima, no estado de Roraima, que faz fronteira com a Venezuela. A segunda etapa desse processo de deslocamento é justamente chegar à capital do estado, a cidade de Boa Vista em busca de algum tipo de assistência social especializada oferecida pelo poder público.

Entretanto, neste trajeto fica visível o tamanho das dificuldades por eles enfrentados, ou seja, é notório o rastro de vulnerabilidades e de preconceito que eles são expostos a cada nova rota. Na matéria do jornal Amazônia Real de Roraima, informa que os imigrantes venezuelanos estão sendo deportados pela polícia federal com a contínua justificativa de estarem sem a documentação regular de entrada ou apresentarem a mesma vencida, exercendo atividade artística remunerada e também pelo fato de, no momento em específico, não se encaixarem na convenção de 1951.

Porém no ano de 2019, o CONARE, principal órgão responsável pelo reconhecimento da condição de refúgio, decidiu pelo imediato reconhecimento da situação venezuelana

como uma grave e generalizada violação dos direitos humanos, passando a adotar o conceito definido pela declaração de Cartagena, instrumento que expande as discussões do conceito de refugiado, veja aqui:

(...) a definição ou o conceito de refugiado recomendável para sua utilização na região é o que, além de conter os elementos da convenção de 1951 e do protocolo de 1967, considere também como refugiado as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçados pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública (DECLARAÇÃO DE CARTAGENA, 1984, parte III, terceira conclusão, p. 3).

Com esta medida, consoante a ACNUR, houve a simplificação e agilidade nos processos, como resultado disso pôde-se averiguar que em 2019 cerca de 17 mil pedidos foram reconhecidos.

Uma dimensão importante de ser ressaltada em relação ao povo Warao é o drama cultural vivenciado por eles em solo brasileiro, que nesse fluxo migratório sofreu diversos ataques colocando em risco a sua organização social e a sua maneira de viver no cotidiano. Na matéria do jornal *Acrítica*, do Estado do Amazonas traz à tona três dados importantes: a preocupação com os abrigos disponibilizados pelas autoridades locais, a expectativa por oportunidade de desempenhar algum trabalho e uma rede de proteção entre ambos.

No que compete aos abrigos disponibilizados a barreira de entrada é em relação a sua forma organizacional, pois eles não estão acostumados a viverem misturados, na situação laboral suas prioridades são pelo artesanato, entretanto, esta

preferência fica comprometida pela falta de matéria prima² adequada para o desenvolvimento das peças.

Na esfera denominada de rede de apoio pela matéria do jornal, fica evidente que é algo desenvolvido pelos indígenas, com o intuito de manter contato e auxiliar como podem os grupos que não conseguiram fazer o trajeto e por isso ainda residem na Venezuela, como foi relatado pelo cacique Aníbal na reportagem:

(...) quase toda semana, um grupo dos indígenas viajam até Tucupita, na Venezuela, para entregar todas as doações, mantimentos e dinheiro que conseguem arrecadar em Manaus aos demais familiares que continuam na cidade, depois disso eles retornam para o Brasil em busca de dar continuidade neste intercâmbio. A cada dia a situação tem piorado na Venezuela, temos parentes que não tem condições de saírem de lá, por isso que levamos toda semana as doações que conseguimos por aqui (ACRÍTICA, 2017).

Essa rede de apoio se estende por todas as novas áreas que os membros do grupo percorrem, sempre conectadas com a sua terra de origem na Venezuela. Além de auxiliar os membros que não podem fazer a viagem, os indígenas montam pequenos focos de auxílio, onde se um membro consegue um emprego, ele passa a auxiliar outros membros de sua comunidade.

Em solo paraense a realidade enfrentada pelos indígenas não destoa das demais cidades por eles trafegadas, a exemplo temos a grave denúncia feita pela revista Cenarium Amazônia e pela Rede Liberal, em fevereiro de 2021. O caso teria ocorrido especificamente na cidade de Santarém, onde o MPF denunciou os radialistas Raimundo Nonato da Silva Pereira

² Matéria prima essa sendo principalmente as fibras do Buriti, árvore muito importante para a cultura Warao, pois além de alimentar a comunidade, a partir de suas fibras eles conseguem fabricar inúmeros artesanatos para auxiliar o seu dia a dia, desde a confecção de cestas, rede até mesmo suas próprias casas.

e Hailton Pantoja Ferreira, da rádio Mix FM, por “praticar, induzir e incitar racismo contra indígenas Warao”. De acordo com a matéria, o caso teria ocorrido no ano de 2018, segundo apurações prévias, os indígenas foram chamados diversas vezes de “vagabundos”, para o MPF “trata-se de verdadeiro discurso de ódio (hate speech), ferindo direitos fundamentais como a dignidade da pessoa humana, honra e imagem, assegurados pela constituição da república”. Sendo um caso onde claramente demonstra os preconceitos que a comunidade indígena enfrentou e enfrenta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou mostrar o trajeto dos Warao, desde o seu local de origem até a cidade de Belém, apresentando um pouco sobre essa Etnia tão vasta e antiga nas Américas. Esse grupo étnico, como muitos outros, vêm sofrendo desde a colonização com as mais diversas formas de violência à sua cultura e ao seu território, sendo, na maioria das vezes, até mesmo apagada das pesquisas. O caso dos Warao é um acontecimento recente, ainda em curso, segundo dados do Acnur, existem hoje no Brasil indígenas dessa etnia em todas regiões, adentrando cada vez mais o território nacional. Nesse sentido, é importante pensarmos um pouco acerca de quem são eles. Quais formas de violência vem sofrendo, desde a destruição de sua terra natal até as mais diversas formas de perseguição em sua busca por melhores condições de vida que o trouxeram ao Brasil.

Desde o momento que pisaram em solo brasileiro, os Warao, semelhante aos demais venezuelanos, sofrem as mais diversas formas de repreensão, sendo deportados pelas autoridades brasileiras, não sendo admitidos como refugiados. Desse modo, estes tiveram e ainda têm a sua cultura

ignorada quando enviados a abrigos, nos quais não podem cozinhar o seu alimento, ou decidir como se organizar, bem como outra violência acontece em forma de preconceitos, os quais destoam desde atos racistas às acusações infundadas relacionadas a doenças. Contudo, a verdade é que o povo Warao, sempre buscou se inserir no mercado de trabalho e transpor a sua situação de vulnerabilidade. Além de sempre lutarem pela sua cultura, buscando em seu artesanato tradicional uma forma de subsistência.

Esse trabalho nos faz refletir acerca da importância de levar luz a casos como o dos Warao, buscar ter sensibilidade, visto que, essas questões de migração estão muito presentes em nosso dia a dia. Logo, permanece a necessidade de avançar com pesquisas acerca desses imigrantes, buscando entender quais as suas necessidades e como inseri-los na sociedade, de forma que respeite a sua cultura de origem.

REFERÊNCIAS

ACNUR, Alto Comissariado da ONU para os Refugiados. **Aspectos jurídicos da atenção aos indígenas migrantes da Venezuela para o Brasil**. Brasília: ACNUR, 2018.

_____. **Os Warao no Brasil**. Brasília: ACNUR, 2021.

ALMEIDA, F. C. O Historiador e as Fontes Digitais: uma visão acerca da Internet como fonte primária para Pesquisas Históricas. **Revista Aedos**, vol. 3, nº 8, 2011.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, vol. 4, nº 1, 2012, p. 5-22.

DURAZZO, Leandro marques. **Os Warao: do delta do Orinoco ao rio grande do Norte**. Povos indígenas do rio grande do norte. 2020. Disponível em: <http://www.chla.ufrn.br/povosindigenasdorn>. Acesso em: 11. jan. 2023.

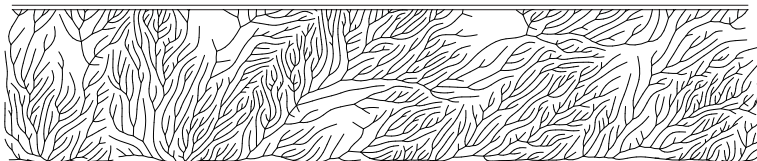
GARCÍA CASTRO, Álvaro; HEINEN, Dieter. Planificando el desastre ecológico: impacto del cierre del caño Manamo para las comunidades indígenas y criollas del Delta Occidental (Delta del Orinoco, Venezuela). **Antropológica**, 91, Caracas, 1999, p. 31-56.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Parecer técnico nº 10/2017**. Manaus: MPF, 2017b. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/docs/parecer-tecnico-warao>. Acesso em: 08. jan. 2023

MOREIRA, E. Os Warao no Brasil em cenas: “o estrangeiro...”. **Périplos**: Revista de Estudos sobre Migrações, vol. 2, nº 2, 2018, p. 56–69.

WILBERT, Werner; AYALA LAFÉE-WILBERT, Cecília. **También somos gente**. Cambio cultural paradigmático warao. *Anthropos*, Bd. 104, H. 2, 2009, p. 423-444.

ANÁLISE DAS ELEIÇÕES À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA NA REGIÃO NORTE: 2002-2022



Pere Petit

INTRODUÇÃO

Nestas páginas apresentamos os resultados das eleições à Presidência da República nos estados da Região Norte desde 2002 até 2022. No recorte do tempo histórico que denominamos História do Tempo Presente e História Imediata, examinamos numa perspectiva regional os *tempos da política*, isto é, dos pleitos eleitorais, como manifestação dos embates políticos em diferentes momentos conjunturais estaduais e nacionais e a polarização política entre os principais candidatos e partidos.

A polarização do eleitorado (polarização de massas) é um fenômeno que tende a estar associado a identidades partidárias intensas, do tipo “nós contra eles”, e também a grandes diferenças de opinião e ideologia entre os eleitores identificados com cada um dos partidos. Segundo Hugo Borsani,

acompanhando as reflexões cientista político Giovanni Sartori, em uma sociedade há polarização política (ou alta polarização política), quando a cidadania apoia majoritariamente, ou se concentra em dois grupos ou partidos, com posições antagônicas sobre temas considerados relevantes no país e há baixa disposição para o diálogo (BORSANI, 2019, p. 111).

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2002-2014

Nas eleições presidenciais de 1989, Luiz Inácio Lula da Silva, uma das principais lideranças sindicais e políticas de oposição à ditadura militar e fundador do Partido dos Trabalhadores (PT), disputou o 2º turno sendo eleito presidente Fernando Collor de Mello. Em 1994 e 1998, Lula foi derrotado por Fernando Henrique Cardoso (FHC) candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Lula foi eleito presidente em 2002 e reeleito em 2006, vencendo, no 2º turno, aos candidatos do PSDB, José Serra e Geraldo Alckmin, respectivamente.

A polarização política entre o PT e o PSDB e a comparação durante a campanha eleitoral dos oito anos dos governos presididos por FHC e por Lula na Presidência, favoreceram em 2010 a vitória de Dilma Rousseff (PT), ex-Chefe da Casa Civil do governo Lula. Dilma seria a primeira mulher eleita presidenta do Brasil após derrotar no 2º turno a José Serra (PSDB), ex-ministro e ex-governador de São Paulo. Em 2014, Dilma foi reeleita em 2014, tendo então como principal oponente ao ex-governador de Minas Gerais e então senador Aécio Neve (PSDB), candidato que assumi um discurso radicalmente antipetista e ideologicamente conservador, alimentado pelo impacto político-social das manifestações de 2013 e a operação Lava Jato.

Considero de interesse destacar os votos conquistados por Marina Silva candidata à Presidência nas eleições de 2010 e 2014. Em 2010, Marina, obteve no 1º turno 19,3% dos votos válidos em todo o país e 29% dos votos no Amapá, 25% no Amazonas e 23%, no seu estado, Acre. No 1º turno de 2014, Marina venceu em dois estados: Acre e Pernambuco.

ELEIÇÕES NA REGIÃO NORTE: 2012-2014

No 2º turno das eleições de 2002, Lula obteve na Região Norte mais do 50% dos votos válidos em todos os estados. Em 2006, no 2º turno Lula conquistou mais de 70% dos votos válidos nos estados do Amazonas, Amapá e Tocantins, José Serra somente venceu no estado de Roraima.

Dilma Rousseff nunca conseguiu melhorar o desempenho eleitoral de Lula na Região Norte. Em 2010, a candidata do PT, teve uma queda substancial de votos, comparativamente aos obtidos por Lula, mas foi vencedor no 2º turno em quatro estados: Amapá, Amazonas, Pará e Tocantins. José Serra seria o candidato mais votado no Acre, Rondônia e Roraima.

Em 2014, Dilma melhorou seu desempenho eleitoral nos estados Acre, Pará e Roraima, mas teve uma diminuição bastante significativa de votos no estado do Amazonas, vencendo no Amapá, Amazonas, Pará e Tocantins. Aécio Neves, repetindo o desempenho de Serra, venceu no Acre, Rondônia e Roraima.

TABELA 1 - Percentagens (%) votos válidos 2º turno Eleições para Presidente da República nos estados da Região Norte: 2002-2014

	2002		2006		2010		2014	
	Lula	Serra	Lula	Alckmin	Dilma	Serra	Dilma	Aécio
Acre	59,94	40,06	52,36	47,63	30,33	69,67	36,32	63,68
Amapá	75,51	24,49	70,40	29,60	62,66	37,74	61,45	38,55
Amaz- onas	69,88	30,11	86,80	13,19	80,57	19,43	65,02	34,98
Pará	52,65	47,34	60,12	39,98	53,20	46,80	57,41	42,59
Rondô- nia	55,56	44,44	55,32	44,67	47,37	52,63	45,15	54,85
Roraima	65,55	34,45	38,50	61,49	33,44	66,56	41,10	58,90
Tocan- tins	54,03	45,97	70,26	29,73	58,88	41,12	54,49	45,51

Fonte: TSE - Tribunal Superior Eleitoral (elaboração própria).

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2018

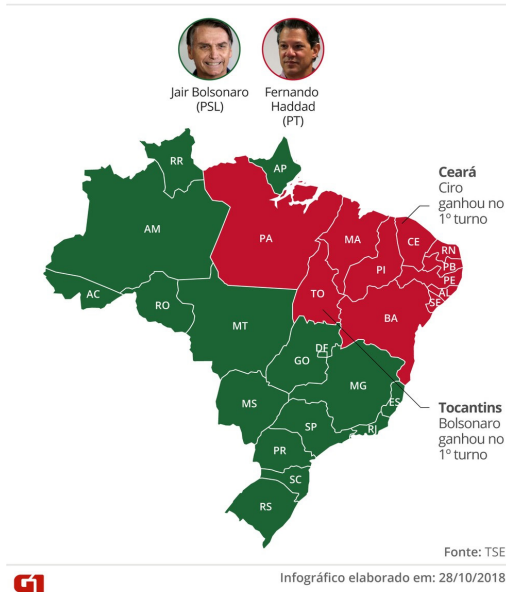
Nas eleições de 2018, realizadas após o golpe constitucional-jurídico-midiático de 2016 que afastaria a Dilma Rousseff da Presidência da República, entraríamos numa fase de Extremada Polarização Política e Eleitoral entre a candidata do PT e o candidato da extrema direita o deputado federal Jair Bolsonaro, filiado então ao Partido Social Liberal (PSL), sendo seu principal oponente Fernando Haddad (PT), ex-ministro dos governos Lula e Dilma e ex-prefeito de São Paulo. Recordemos que em agosto de 2018, antes de ser preso e impedido de ser candidato, Lula liderava, com ampla vantagem, todas as simulações eleitorais tanto para o 1º como para o 2º turno.

Realizadas as eleições em outubro de 2018, Jair Bolsonaro foi eleito presidente no 2º turno ao lograr 57.797.847 votos (55,1% dos votos válidos), por 47.040.906 (44,8%)

que obteve Fernando Haddad (PT). Bolsonaro foi o mais votado nas regiões Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul e Haddad no Nordeste.

Nos estados

Veja qual presidenciável ganhou em cada estado no 2º turno



Fonte: G1 O Globo 28/10/2018.

Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/28/no-2o-turno-bolsonaro-vence-em-16-estados-e-haddad-em-11-nas-capitais-placar-e-de-21-a-6.ghtml>.

Bolsonaro alcançou no Acre o seu melhor resultado percentual do país, estado que foi governado pelo PT durante vinte anos (1989-2018). Bolsonaro conquistou no 2º turno um resultado eleitoral extraordinário nos estados de Roraima e Rondônia, vencendo, mas por escassa diferença de votos, nos estados do Amazonas e Amapá. No Pará e no Tocantins, Haddad foi o mais votado.

Comparativamente à votação de Dilma no 2º turno de 2014, Haddad obteve menor percentual de votos em todos os estados da Região Norte, sobretudo em Rondônia (-21,3%), Amapá (-18,3%), Roraima (-15,3) e Amazonas (-14,2%). Haddad foi o mais votado na maioria de municípios do Pará, Tocantins Amazonas e Amapá.

O estado Pará tinha em 2018 um total de 5.498.812 eleitores, quase a metade (47,6%) do contingente eleitoral da Região Norte. A vitória de Haddad no Pará no 1º e 2º turno foi conquistada nos municípios com menor número de votantes venceu em 111 dos 144 municípios paraenses , Bolsonaro foi o mais votado nos cinco municípios com maior número de eleitores: Belém, Ananindeua, Santarém, Marabá e Parauapebas.

TABELA 2 - Região Norte: Votação para Presidente da República 2º turno 2018.

Estado	Nº total de Eleitores	Votos Bolsonaro	Bolsonaro % votos válidos	Votos Haddad	Haddad % votos válidos
Acre	547.590	294.899	77,22	86.977	22,78
Amapá	512.117	185.096	50,20	183.616	49,80
Amazonas	2.428.821	885.401	50,27	875.845	49,73
Pará	5.498.812	1.742.188	45,19	2.112.769	54,81
Rondônia	1.175.634	594.968	72,18	229.343	27,82
Roraima	333.576	183.268	71,55	72.872	28,45
Tocantins	1.039.178	356.684	48,98	371.593	51,02
TOTAL	11.535.728*	4.242.504	51,89	3.933.015	48,10

Fonte: TSE - Tribunal Superior Eleitoral (elaboração própria).

ELEIÇÕES 2022: LULA VENCE NO NORDESTE, BOLSONARO NO NORTE

Uma ampla coligação de partidos, movimentos sociais, sindicais e culturais contra o autoritarismo em defesa da democracia e em favor implementação de políticas públicas destinadas a diminuir a fome e a pobreza, melhorar a saúde e a educação pública, geração de emprego, contra o racismo e a violência contra as mulheres, juventude negra, indígenas e quilombolas, pela preservação ecológica ambiental da Amazônia e desenvolvimento de atividades econômicas cultural e ambientalmente sustentáveis na região, alimentaram programaticamente a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva em oposição à tentativa de reeleição de Jair Bolsonaro. Recordemos que Lula conseguiu ser candidato à Presidência da República após ser anulada pelo STF a sua condenação e ser liberado da prisão pela Justiça Federal no dia 8 de outubro de 2019. Lula ficou preso na sede da Polícia Federal em Curitiba (Paraná) durante 580 dias.

Em seus quatro anos na Presidência da República, Jair Bolsonaro conseguiu implementar boa parte do seu programa eleitoral para a Amazônia. Seus discursos ao longo da sua carreira política como deputado federal e durante a campanha eleitoral de 2018, já pareciam presumir que as ações do seu governo na Amazônia seriam dirigidas a estimular o avanço da fronteira agropecuária e madeireira, facilitar a invasão e grilagem de terras da União, territórios dos povos indígenas, comunidades quilombolas e extrativistas, enfraquecer a legislação ambiental, facilitar as atividades de empresas mineradoras, garimpo ilegais, extração ilegal de madeira e contribuir ao incremento de queimadas e desmatamento da floresta amazônica. Desde inícios de 2019 até finais de 2022

foram destruídos 45 mil km² de floresta nativa nos estados e territórios da Amazônia Legal.

Como afirmara o deputado federal Nilto Tatto (PT-SP), o legado de Jair Bolsonaro no que se refere ao meio ambiente foi de destruição coordenada dos órgãos de gestão ambiental e indígena do estado brasileiro, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Processo de desmonte desses órgãos através da redução gradual dos seus orçamentos, afastamento de técnicos e especialistas e indicação de membros e a das Forças Armadas e das Polícias Militares nos principais cargos de direção. Para professora Adriana Marques, políticas do governo Bolsonaro inspiradas nos militares deixaram floresta “mais desprotegida”:

O ideário que orientou as políticas para a Amazônia na ditadura militar, cujo golpe fundador está prestes a completar 59 anos, foi replicado por Jair Bolsonaro em seu governo, que deixou aflorar antigas teorias conspiratórias e fez com que a floresta ficasse mais desprotegida (...). O primeiro discurso que o presidente Bolsonaro fez na [Assembleia Geral da] ONU, em 2019, já foi um indicativo de que o Brasil estava abandonando tudo que havia construído durante décadas (ANJOS, 2023).

Realizado o 2º turno das eleições no dia 30 de outubro, Lula seria eleito pela 3ª vez presidente do Brasil ao conquistar, no 2º turno, 60.345.999 (50,90%) votos por 58.206.3544 que logrou Bolsonaro (49,10%). A extraordinária diferença de votos em favor de Lula na Região Nordeste garantiram a sua vitória. Bolsonaro foi o mais votado nas outras regiões do país.

Na Região Norte, Bolsonaro obteve 192.157 mil votos a mais que Lula, vencendo em Roraima (76,08%), Rondônia (70,66), Acre (70,30) e, por escassa de diferença de votos, no

Amapá. Lula venceu nos três maiores colégios eleitorais da região: Pará, Amazonas e Tocantins. Bolsonaro venceu também em seis das capitais da Região Norte. Lula foi o mais votado em Belém mas viu diminuir a diferença de votos ao seu favor de 21.643 no 1º, para 4.800 no 2º turno.

Desde as eleições de 2002, os candidatos do PT à Presidência da República sempre venceram no estado do Pará, o melhor desempenho eleitoral foi em 2006, quando Lula logrou, no 2º turno, 60,1% dos votos válidos. A melhor votação do PT em Belém foi em 2002. Lula também foi o mais votado na capital do Pará em 2006. Entretanto, nem Dilma (2010-2014) nem tampouco Haddad (2018) conseguiram vencer em Belém.

TABELA 3 - REGIÃO NORTE: VOTAÇÃO PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA 2º TURNO 2022

Estado	Nº total de Eleitores	Votos Bolsonaro	Bolsonaro % votos válidos	Votos Lula	Lula % votos válidos
Acre	587.765	287.750	70,30	121.566	29,70
Amapá	550.131	200.547	51,36	189.918	48,64
Amazonas	2.647.039	961.741	49,10	1.004.991	50,90
Pará	6.078.857	2.073.895	45,25	2.509.084	54,75
Rondônia	1.230.172	633.236	70,66	262.904	29,34
Roraima	367.641	213.518	76,08	67.128	23,92
Tocantins	1.094.302	411.654	48,64	434.593	51,36
TOTAL		4.782.341		4.590.184	

Fonte: TSE - Tribunal Superior Eleitoral (elaboração própria).

TABELA 4 - Percentagens (%) votos válidos 2º turno Eleições para Presidente da República nos estados da Região Norte: 2018-2022

	2018		2023	
	Haddad	Bolsonaro	Lula	Bolsonaro
Acre	22,78	77,28	29,70	70,30
Amapá	49,80	50,20	48,64	51,36
Amazonas	49,73	50,27	50,90	49,10
Pará	54,81	45,19	54,75	45,25
Rondônia	27,82	72,18	29,34	70,66
Roraima	28,45	71,55	23,92	76,08
Tocantins	51,02	48,98	51,36	48,64

Fonte: TSE - Tribunal Superior Eleitoral (elaboração própria).

CONCLUINDO POR HOJE...

Serão necessários muitas pesquisas e estudos para tentar compreender a escolha na maioria de estados da Região Norte de governadores, senadores e deputados federais e estaduais de partidos de centro-direita, direita e, nas duas últimas eleições, também de extrema-direita, favorecidos pelo apoio de muitos eleitores, sobretudo homens, ao ideário bolsonarista antidemocrático, machista, homofóbico e racista. Sobretudo os leitores que residem nos principais centros urbanos da região e nos municípios nos quais predominam as grandes fazendas agrícolas e pecuárias, nos quais os discursos dos setores de esquerda e progressista não conseguem sensibilizar a boa parte dos seus habitantes em apoio às políticas públicas orientadas a atividades economicamente sustentáveis, preservação da floresta nativa, rios e riquezas do subsolo e defesa dos povos indígenas e das populações tradicionais da região.

Sem nunca esquecer, que os altos índices de crescimento dos valores macroeconômicos desde a década de 1970 na Amazônia brasileira, decorrentes, em grande medida, da instalação dos grandes projetos de minero-metalúrgicos e hidrelétricos, da expansão da produção agropecuária e da instalação de inúmeras empresas na Zona Franca de Manaus, não podem servir para obscurecer que o conjunto dessas atividades pouco contribuíram para melhorar as condições de vida da maioria dos habitantes nas terras e territórios da região.

Tampouco podemos esquecer as insistentes ameaças golpistas de Jair Bolsonaro, ministros do seu governo, deputados e senadores e militares em não respeitar o resultado das urnas em favor de Lula e impor uma nova ditadura no país, como mostrou a tentativa de golpe de Estado em Brasília no dia 08 de janeiro de 2023.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Anna Beatriz. Visão da ditadura sobre Amazônia operou “totalmente” na gestão Bolsonaro, diz pesquisadora. **Publica**, 30 de mar. 2023. Disponível em: <https://apublica.org/2023/03/visao-da-ditadura-sobre-amazonia-operou-totalmente-na-gestao-bolsonaro-diz-pesquisadora/>. Acesso em: 30/03/2023.

BORGES, André & VIDIGAL, Robert. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 24, nº 1, 2018an.-abr. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/pVWZC8RnnP6d3pnQKygCPRg/>. Acesso em: 11/10/2018

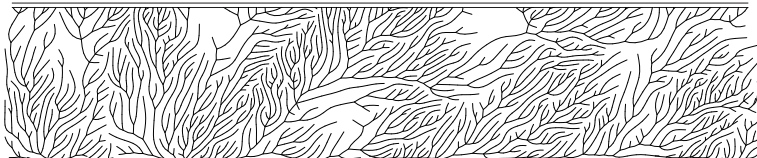
BORSANI, Hugo. A polarização política nos estados da região sudeste. In: Artur Zimmerman (org.), **Polarização política**. Santo André/ SP: Universidade Federal do ABC, 2019, pp. 93-114.

LISBOA, João Francisco Kleba. A que se deve o voto em Bolsonaro na Amazônia? **Obind**, 24/01/2022. Disponível em: <http://obind.eco.br/2022/01/24/obind-a-que-se-deve-o-voto-em-bolsonaro-na-amazonia/>. Acesso em: 25/03/2022.

NINJA. Bolsonaro teve mais votos no arco do desmatamento. Saiba o que isso significa. **Mídia Ninja**, 04 de outubro de 2022. Disponível em: <https://midianinja.org/news/bolsonaro-teve-mais-votos-no-arco-do-desmatamento-saiba-o-que-isso-significa/>. Acesso em: 05/10/2022.

TATTO, Nilto. A reconstrução do Brasil passa pela reversão do desmonte ambiental. **Teoria e Debate**, nº 222. São Paulo, 20 de jul. de 2022. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2022/07/20/a-reconstrucao-do-brasil-passa-pela-reversao-do-desmonte-ambiental/>. Acesso em: 12/09/2022.

RELATOS DE UMA HISTÓRIA SENSÍVEL: CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NA LUTA PELA TERRA EM TEMPOS DE DITADURA NA AMAZÔNIA



Fábio Tadeu de Melo Pessôa

INTRODUÇÃO

É possível compreender a história tendo como aporte os relatos orais e histórias de vida de pessoas consideradas “comuns”? A história, enquanto ciência, tem que se pautar exclusivamente em documentos escritos? Essas duas questões serviram de ponto de partida para o Projeto “História, Memória e Narrativa: a importância do uso de biografias para o ensino e a pesquisa na Educação Básica em Marabá”¹, desenvolvido entre 2017 e 2018 na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). A questão de fundo que envolveu professores da universidade e da educação básica, além de alunos da graduação do curso de História, foi a possibilidade de discutir aspectos relacionados às metodologias utilizadas na História Oral, especialmente no que se refere às

¹ Projeto financiado pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), entre abril e dezembro de 2017, através do Programa de Apoio a Projetos de Intervenção Metodológica – PAPIM.

entrevistas com os sujeitos sociais envolvidos direta ou indiretamente com os conflitos agrários nas regiões sul e sudeste do Pará, e de que maneira essa experiência de pesquisa poderia contribuir para a análise da história local, sem falar na contribuição para futuras pesquisas tendo como referência o Banco de Dados criado a partir das inúmeras entrevistas e rodas de conversa realizadas.

Ao todo, foram registrados 47 depoimentos de religiosos e leigos católicos ligados à Comissão Pastoral da Terra (CPT), lideranças de sindicatos de trabalhadores rurais (STRs), membros do Movimento de Educação de Base (MEB), agentes de pastorais e animadores das comunidades eclesiais de base (CEBs) que vivenciaram experiências de violências e resistências relacionadas à luta pela terra numa região fortemente marcada pela grilagem de terras devolutas, torturas e assassinatos de lideranças camponesas e religiosas entre 1970 e 1985. As entrevistas foram realizadas a partir de uma metodologia consolidada pela História Oral e apontada por Tourtie-Bonazi (2006: p. 234-246), fundamentada na seleção das testemunhas, o *lugar* e o *roteiro* da entrevista. Neste último ponto, estabelecemos um modelo geral para as entrevistas a partir do tema central da pesquisa, qual seja, a violência praticada pelo Estado e particulares contra os sujeitos sociais em luta pela terra no sul e sudeste do Pará. Os testemunhos foram registrados através de áudio e vídeo, de modo a constituir o Banco de Dados sobre a história e memória da luta pela terra na região. Os registros foram realizados através de *rodas de conversas* – em que o testemunho fora apresentado para uma “plateia”, isto é, um grupo de professores e alunos da educação básica de Marabá e professores e estudantes da graduação em História da Unifesspa –, além de depoimentos individuais, em que os testemunhos foram registrados em ambiente privado. Desse modo, as entrevistas aca-

baram caminhando para duas direções que se complementam, dialogando com os apontamentos metodológicos apresentados por Verena Alberti (2005: p. 175), na medida em que “versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido”, ao mesmo tempo em que recupera trajetórias de histórias de vida que “têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala”.

O agrupamento dos depoentes e a seleção das narrativas, em diálogo permanente com diversas fontes escritas, nos permite perceber uma “pluralidade de sentidos” (Montenegro, 2009: p 14), a partir das intersecções e desencontros de diversos atores no que denomino de *campo político-religioso* (Pessôa, 2022), inseridos na História do Tempo Presente, perspectiva que tem como referência, dentre outros parâmetros, “os limites de duração de uma vida humana, e que se constitui um campo marcado pela presença de testemunhos vivos” (Peschanski, Pollak, Rouso, 1991: p. 14; apud Ferreira, 2018: p.87). Em grande medida, o golpe de 1964 e o regime autoritário que se seguiu tem muito a ver com a tentativa de impossibilitar a inserção das camadas populares no processo político. Na ditadura, como bem observado por José de Souza Martins (1997: p.73), “os trabalhadores rurais podiam sindicalizar-se, mas não podiam politizar-se”. Nesse sentido, a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, significou uma posição contrária a essa compreensão, através do apoio à organização e à luta dos camponeses, articulados com os/as animadores/as de comunidade atuantes nas CEBs, e membros do MEB, organizações em que atuaram boa parte dos sujeitos sociais aqui analisados.

Deixaremos para outro momento as reflexões específicas sobre os aspectos metodológicos envolvendo o uso de fontes orais na educação básica. As narrativas que dão a funda-

mentação principal para o nosso argumento foram constituídas a partir das entrevistas realizadas ao longo da pesquisa acima indicada, bem como das narrativas audiovisuais contidas num documentário que apresenta as memórias de camponeses e religiosos ameaçados de morte no sul e sudeste do Pará². Refletir sobre as narrativas orais e audiovisuais em diálogo com fontes escritas pesquisadas nos acervos produzidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), de modo a compreender a realidade social do tempo presente na região sul e sudeste do Pará, configura como objetivo central deste texto.

“NAS TORTURAS, TODA CARNE SE TRAI”: RELATOS DE VIOLÊNCIA

Uma das experiências mais marcantes que tive como professor da Unifesspa na cidade de Marabá foi a de perceber o aparente desconhecimento de alunos nascidos na região em relação ao tema da Guerrilha do Araguaia. A primeira impressão foi a de que haveria ali o velho temor a um tema sensível, já que uma das dimensões fundamentais da memória histórica é o silêncio em relação a eventos traumáticos, a exemplo da repressão política vivenciada durante a ditadura militar pós-1964. Tais experiências implicam em algumas dificuldades para o trabalho com depoimentos, constituindo um desafio para pesquisadores preocupados com questões relacionadas à história e memória do tempo presente. Michael Pollak (1989) em um artigo de grande repercussão no Brasil, apresenta a memória enquanto *campo de disputas*. Para o autor em questão, existiriam diversas dimensões da memória, tanto no que se refere às memórias individuais, quanto àquelas partilhadas

² ESSE homem vai morrer: um faroeste caboclo. Direção de Emílio Gallo. Rio de Janeiro: Globo Filmes, 2011. DVD (1h 15 min), color.

por grupos e instituições. Pare ele, “a despeito da importância da doutrinação ideológica”, existiria uma “clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas”. Estas últimas, transmitem suas “lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas” (Pollak, 1989: p.5). A “redistribuição das cartas políticas” indicada pelo autor diz respeito ao fim da ocupação nazista na França e ao debate em torno da memória da resistência francesa e dos colaboradores franceses à ocupação alemã, debate que resultou em silêncios e ressentimentos. No nosso caso, o fim da ditadura e a redemocratização política do país após 1985 possibilitaram novos arranjos discursivos no que se refere ao golpe civil-militar de 1964. Por um lado, a consolidação de instituições como o Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CEPDOC/FGV) possibilitou o acesso a um universo de pesquisas com entrevistas de um grupo social até então difícil de ser acessado: os militares. Mas havia ainda uma grande lacuna no que diz respeito às populações que viveram diretamente a repressão política durante a Guerrilha do Araguaia. A região passou por um cerco, a partir da cidade de Marabá, transformada em área de segurança nacional desde 1970. Segundo Rodrigo Peixoto (2011), a repressão empreendida pelo Exército resultou não só na execução de muitos combatentes, mas também na prisão e tortura de camponeses e religiosos considerados próximos aos militantes do PCdoB. Para evitar a influência da *subversão* na região, o exército lançava mão de inúmeras práticas assistencialistas – especialmente a partir da Ação Cívico-Social (ACISO), que através da oferta de medicamentos, promessas de respeito a leis trabalhistas por parte dos fazendeiros e de distribuição de lotes de terras, procurava obter simpatia dos moradores locais em relação à presença dos

militares na região. Muitos camponeses foram recrutados, alguns à força, para servirem como guias, os chamados “mateiros”, que abriam a passagem nas matas para as tropas, além de ajudar na localização dos guerrilheiros.

A repressão dos militares impôs um medo constante, presente na memória coletiva de quem mora na região. Padre Ricardo Rezende, ao citar a publicação da Revista Eclesiástica Brasileira em dezembro de 1972, a partir de um documento produzido pela Regional Norte II da CNBB, nos fornece um exemplo de como o medo também atingiu aos religiosos:

O clima bélico e a total supressão das garantias pessoais forçam o afastamento dos dois sacerdotes franceses da região, por tempo indeterminado, bem como a retirada das irmãs dominicanas da localidade de São Domingos. A presença dos padres, sobretudo, poderia levantar suspeitas sobre os próprios leigos que com eles trabalham atualmente, acarretando consequências imprevisíveis. (Figueira, 1986: p. 30.

Os “sacerdotes franceses” a que se refere o texto publicado na REB eram os padres Robert de Valicourt (Roberto) e Hubert Hialland, mais conhecido na região como padre Humberto. Roberto de Valicourt, chegou ao Brasil como voluntário, em 1968, no momento de grandes manifestações públicas, especialmente estudantis, contra a ditadura. Veio a convite do padre Humberto, o primeiro dentre os religiosos e leigos ligados a Ordem religiosa dos Oblatos de Maria Imaculada. Foi padre Humberto quem convidou um outro francês Oblato, Emmanuel Wambergue, o Mano, que viria a ser coordenador da Comissão Pastoral da Terra de Marabá, para vir trabalhar na região sudeste do Pará, inicialmente para cuidar do assessoramento técnico nas comunidades atendidas pelos religiosos. Na França, a Ação Católica tinha uma presença importante na formação de padres e leigos com forte engajamento social e

político, a exemplo dos padres operários. Padre Roberto, que antes de assumir o sacerdócio servira no exército francês durante a Guerra da Argélia, participou de várias greves em fábricas da empresa Citröen em apoio aos operários. Ao chegar no Brasil, ficou alguns meses em Petrópolis para um período de adaptação, procedimento padrão adotado para os religiosos estrangeiros ainda não familiarizados com a cultura e a língua do país. Naquela localidade, relembra um pouco das primeiras experiências em relação à ditadura quando relata que o curso que fazia “foi fechado, Petrópolis foi cercada e o exército tomou conta da cidade durante o AI-5” (Valicourt, 2015).

A Igreja Católica passara por grandes transformações nos anos de 1960, especialmente após o Concílio Vaticano II (1962-1965) e a II Conferência do Episcopado Latino-americano realizado em Medellín, em 1968. A incorporação cada vez maior dos leigos nas práticas cotidianas da Igreja, a crítica à desigualdade econômica e social e a defesa dos direitos humanos fez a maioria do clero católico se afastar do apoio inicial ao golpe de 1964, para se converter numa instituição crítica à ditadura, o que em parte explica a forte repressão sofrida por religiosos. Padre Roberto chegou no sudeste do Pará em 1972, no auge da repressão à guerrilha do Araguaia. Ele havia entrado em contato com a Teologia da Libertação, no curso que fizera em Petrópolis:

Cheguei em 1968 no ano da Conferência de Medellín, que pra mim foi uma experiência nova. Tinha o Concílio Vaticano II já, era bonito mas era feito pelos europeus. Mas Medellín foi muito importante, marcou muito a minha vida porque era a leitura da realidade latino-americana (Valicourt, 2015).

Nessa perspectiva de constituição de uma *Igreja Popular*, na medida em que a missão religiosa se desloca “dos palá-

cios para a miséria da periferia” (Salem, 1981), padre Roberto criou a expressão OPOMIL para designar o encontro dos leigos com as duas ordens religiosas com forte atuação na região: “OP”, para se reportar à Ordem dos Pregadores (dominicanos); “OMI”, como referência aos Oblatos de Maria Imaculada; e “L”, como referência aos leigos que se juntaram aos padres e freiras no trabalho que desenvolviam entre as populações pobres, especialmente os migrantes. Segundo Emmanuel Wambergue, “OPOMIL é uma palavra criada pelo padre Roberto e representa a equipe da Pastoral do Centro de Evangelização de São Domingos e Palestina”, localidades do sudeste paraense. Para ele, padre Roberto contribuiu para a organização de uma *Igreja Popular*, cuja definição seria e de uma “Igreja em construção, em caminhada, em oposição à paróquia com sua administração, seus edifícios” (Wambergue, 2017).

Essa compreensão é fundamental para entender a relação dos religiosos e leigos adeptos de uma *Igreja Popular* com o sentido comunitário expresso nas CEBs. Na ditadura, essas comunidades rurais serviram como espaços que se constituíam por laços de afinidade, de solidariedade e de pertencimento. Era a “Igreja de pés no chão”, simbolizando a simplicidade do serviço pastoral em contraposição a estrutura paroquial verticalizada pela hierarquização das formas tradicionais de ser Igreja. Padre Roberto vivia numa casa simples, “feita de taipa e de palha de babaçu, levantada pelos vizinhos que me ajudaram”, segundo conta, na localidade de São Domingos do Araguaia. Andava às vezes sozinho e a pé, visitando localidades com quilômetros de distâncias umas das outras, deparando-se com o medo provocado pela repressão à Guerrilha e à tortura que sofrera em 1972, quando foi levado preso juntamente com a irmã dominicana Maria das Graças até a base da Bacaba, segundo depoimento prestado a um padre dominica-

no, Ricardo Rezende Figueira, na década de 1980 (Figueira, 1986: p. 30). Anos depois, numa *Roda de Conversas* realizada na Unifesspa, na presença de diversos estudantes e professores, Roberto revisita suas lembranças ao reconstituir fragmentos daquele período de repressão política:

Dia primeiro de Junho [1972] eu tava na casa das irmãs lá em São Domingos e chegaram os jipes, chegaram os soldados e cercaram a Igreja, cercaram a casa das irmãs. Um tenente me chamou e disse: “você vai nos acompanhar!”. Eu disse: “sim, senhor, mas primeiro eu vou celebrar a missa que é a festa de Corpus Christi que pra católico é muito importante”... “Quem manda aqui somos nós!”, disse o tenente. “Quem manda na igreja sou eu!”, respondi com muito medo, mas respondi (risos). Passei e fui celebrar a missa, mas num foi bem rezada não (risos) Então depois da missa me levaram com a irmã Maria das Graças, uma dominicana, nos levaram pra um lugar chamado Bacaba [...]. A gente entrou lá na casa e lá eles tinham umas fotos, então eles ficavam olhando as fotos e olhando para nós [...] Maria das Graças era acusada de “subversiva”, eu era “comunista”, não lembro do que chamaram o padre Humberto, parece que de guerrilheiro [...]. Então voltamos pra casa, levaram pra casa fomos dormir e de manhã cedo eles nos levaram pra Palestina, então lá na Palestina cheguei com a Maria das Graças e com outro rapaz que consideravam suspeito e lá começaram a acusar a gente de terrorista e começaram a bater na gente, né, foi uma situação dolorosa; apanhamos, não foi tortura como os outros, mas foi uma boa surra né, chegamos a desmaiar, cair no chão. Acusaram a irmã de ser subversiva né, tinha um caderno, caderno de batizado – “oh tem a lista de todos os subversivos nesse caderno!” e ela disse: – “olha, meu senhor, olha a data de nascimento dessas pessoas, esse tem 3 meses, esse tem 6 meses e esse 1 ano”. (Valicourt, 2015).

Emmanuel Wambergue, mais conhecido entre a população local como Mano, narra uma situação na qual se deparou, no início de 1976, na localidade de Palestina do Pará.

Padre Humberto precisava tratar de uma doença e deixou Wambergue com a responsabilidade de assistir aos moradores do lugar na qualidade de técnico agrícola, função que exercia na França. Na Amazônia, a despeito de já conhecer as histórias sobre a Guerrilha e a exuberância da floresta e sua gente, tudo era novo, e ele “mal falava o português”. Apoiado por padre Roberto, que morava na vizinha São Domingos, e pelas irmãs dominicanas, Mano começou sua *caminhada* acompanhando as inúmeras comunidades existentes na região. Com um mapa produzido pelo padre Humberto e com os contatos dos animadores de CEBs existentes nas muitas localidades que deveria visitar – “Palestina, Brejo Grande, Santa Rita, São Raimundo, Porto da Balsa e as vicinais da Transamazônica”, passou a acompanhar as “rezas”, como eram chamadas as reuniões convocadas pelos moradores dessas e outras comunidades. Convidado em uma dessas rezas pelo “Manoel Jacó da Santa Rita e o Tonico do Brejo”, Mano descreve um momento dessa reza/reunião:

A reza começa por um pai nosso, um Ave Maria e um canto. O Manoel me apresenta à comunidade: salva de palmas! Bemvindas! Agradeço e me coloco à disposição. O Manoel pede para a professora Raimundinha ler um trecho do evangelho; é o canto no primeiro capítulo de Lucas onde Maria agradece a Deus por derrubar os poderosos e deixar os ricos de mãos vazias, por levantar os fracos e oferecer farturas aos famintos. O Manoel faz um breve relato da grave situação conhecida de todos diante dos propósitos do Curió; todos sabem do poder do homem e vem a pergunta “o que fazer”; um a um os presentes, dez, quinze, homens, mulheres se levantam e falam com muita revolta, escandalizados pelo fato. Eu fico impressionado pela fala de cada um. É confirmado que os outros povoados vizinhos também são ameaçados. Já faz mais ou menos uma meia hora que rodam as falas de muitos quando, de repente no meio da fala do Messias, a Dona Constância corta a frase e começa com

voz muito alta, um “Ave Maria” e o povo todo vai atrás da dezena do rosário; e continua as ladainhas. Fico surpreso; não entendo nada; que reza estranha é essa? Não tem lógica! Como que se corta a palavra de alguém desse jeito e os presentes, de fala tão revoltada, estão todos rezando e rezando... Mais estranheza ainda quando, depois de uns cinco/dez minutos, de repente, a Dona Constância para de rezar o terço e o Messias continua a fala dele no ponto onde foi parado pelo “Ave Maria” da rezadeira. Muito encucado, logo após a reza/reunião, procuro a Dona Constância e pergunto o por que desse terço no meio da fala do Messias. Ela me olha com a cara mais limpa: mas “o senhor não viu nada? O meu filho estava na entrada da Igreja; a gente tinha visto que o Geraldão, secreto do Curió, estava aqui, na vila: com certeza ele sabia da sua vinda! Quando ele viu o movimento na Igreja, ele veio curiar. Quando ele chegou meu filho me avisou, mandei rezar um terço; ele ficou, olhou, viu que não tinha nada de mais; abusado, ele foi embora; a gente continuou nossa conversa!!!!!!” Imagine meu espanto; sem dor, sem grito, na manha, tinha botado para fora o Geraldão que, até hoje, deve acreditar que, nessa capela, naquele dia, rezavam terço (Wambergue, 2016).

Mano afirma que essa foi a primeira experiência comunitária que tivera na região, e desse relato podemos perceber algumas características marcantes da luta política empreendida pelos camponeses, num contexto pós-guerrilha e marcado por forte vigilância e repressão. Aqui, temos a ressignificação da reza e do ambiente religioso, transformado em espaço político de discussão sobre a permanência dos posseiros na terra ocupada, uma vez que “o assunto da reza era o mesmo: o Curió queria que o povo de todas as localidades da região fosse se mudar para a Agrovila do Km 100”. Como comandante local responsável pela repressão à Guerrilha, o Major Curió desejava, segundo Mano, “controlar esse povo que tinha tido contatos com ‘o povo da mata’ como eram chamados os guerrilheiros. Precisava prevenir qualquer nova ‘infestação’; por isso, era

necessário concentrar os possíveis contaminados no mesmo local”. (Wambergue, 2017). Ditados pelo ritmo da reza, da cantoria e dos hinos religiosos, os moradores discutiam quais seriam as melhores estratégias para resistir à tentativa de expulsão dos lotes ocupados. Há também, pela interrupção do debate através da reza do terço, uma estratégia de defesa diante da vigilância exercida pelos representantes da ditadura.

Essa narrativa apresentada por Wambergue nos possibilita refletir sobre os estudos de Christopher Hill (1983; 1987; 2003) sobre as Revoluções Inglesas ao procurar entender as ações políticas das “gentes simples do povo” para “imporem as suas próprias soluções aos problemas do seu tempo” (Hill, 1983: p. 30). Hill interessou-se pela “fascinante torrente de ideias radicais” desencadeadas pela “revolta dentro da Revolução Inglesa do século XVII”, cujos protagonistas defendiam um “sistema comunal de propriedade e uma democracia muito mais ampla nas instituições legais e políticas”, em oposição aos “sagrados direitos de propriedade” e ao “poder político dos proprietários”. Para o autor em questão, a grande inspiração para os revolucionários ingleses do dezessete foi a “Bíblia inglesa”, uma coletânea de ensaios utilizada como “a base da autoridade moral e da submissão” (Hill, 2003: p. 24) para os que desejavam manter “a ordem natural das coisas”, mas que também serviu como “um material revolucionário” que poderia pôr o mundo do avesso, de “ponta a cabeça” (Hill, 1987). Podia-se “encontrar mensagens profundamente subversivas na Bíblia. Elementos socialmente inferiores reuniam-se de maneiras furtivamente ilegais, para ouvir e discutir a leitura da Bíblia” (Hill, 2003: p. 31) durante a Revolução Inglesa. No sul e sudeste do Pará, as Comunidades Eclesiais de Base, muitas das quais formadas por religiosos ligados às CPTs Araguaia-

-Tocantins e Norte II,³ estruturavam sua “liturgia” a partir de grupos de oração, os “círculos bíblicos”, nos quais integrantes letrados apresentavam um trecho da Bíblia para que os demais membros do “círculo” ouvissem e discutissem a partir da realidade na qual estavam inseridos.

As Assembleias do Povo de Deus se constituíram como outro espaço importante de discussão, convivência, participação e organização dos trabalhadores do campo. A primeira Assembleia na região foi realizada no município de Itupiranga, no sudeste paraense, em 1978. Foi organizada pela diocese de Marabá a partir da mobilização de vários agentes de pastorais com apoio da CPT. A partir deste momento, segundo Wambergue

Uma vez por ano, o Bispo e o conselho pastoral da Diocese convocavam uma Assembleia do Povo de Deus onde eram avaliados os avanços conquistados interna e externamente e planejar as prioridades de trabalho para o ano seguinte; os participantes eram os agentes de pastoral e os animadores de CEBs; em todas essas assembleias eram escolhidas prioridades de trabalho que sempre tinha relação com as lutas do povo: terra, meio ambiente, custo de vida, minorias, saúde, educação (Wambergue, 2017)

Segundo o relato do padre Paulo Joanil da Silva, com forte atuação no sudeste do Pará, houve uma Assembleia da diocese de Marabá em que o tema fundamental foi a organização popular:

Onde não era possível formar um sindicato, uma oposição, se formavam associações como alternativa de luta, porque às vezes não era possível ganhar o sindicato. Então, essas duas ferramentas nortearam o trabalho educativo da CPT na luta, na defesa da terra com os trabalhadores ru-

³ Criada em 1975, a CPT procurou desenvolver o seu trabalho através de uma organização em diversas regionais. Até a década de 1980, com algumas mudanças, a Grande Regional Norte envolvia as CPTs Norte II (Pará e Amapá), Maranhão e Araguaia-Tocantins, esta última responsável pelo sul do Pará, sul do Maranhão e partes do norte de Goiás.

rais além da formação bíblica, fé e política, fé e vida, fé e luta pela terra (Silva, 2017).

CPT, CEBS E MEBS NA ORGANIZAÇÃO DA LUTA CAMPONESA

No sul e sudeste do Pará as CEBS foram sendo formadas no início dos anos de 1970 por um movimento que reunia vontade e necessidade. *Vontade* de alguns padres e freiras de incorporar cada vez mais os leigos na vida da Igreja, numa espécie de resposta às mudanças ocorridas na década de 1960. *Necessidade*, porque havia uma grande carência de religiosos numa região que não parava de receber pessoas oriundas de diversas partes do país. *A crise de vocação* (Alves, 1979), favorecia a vinda de religiosos estrangeiros que se somavam aos locais na difícil tarefa de acompanhar uma população migrante em áreas de litígios cada vez mais violentos. Padres e freiras também eram acompanhados por lideranças surgidas nesses movimentos de “andanças” dos migrantes para a região.

A CPT em Marabá é o resultado da articulação da Igreja local, na época comandada pelo bispo progressista D. Estevão Cardoso de Avelar, pelas equipes de leigos católicos que atuaram no Movimento de Educação de Base (MEB) e por padres e freiras que atuaram nas várias comunidades eclesiais de base de uma região extremamente carente de religiosos, e que já praticavam as novas diretrizes pós-conciliares, especialmente aquelas relacionadas ao envolvimento de leigos na vida da Igreja. Segundo Ademir Martins, leigo que ingressou no MEB em 1971:

D. Estevão trouxe o MEB para Marabá em 1971 e eu fui convidado pra participar da equipe porque minha mãe tinha forte ligação com a Igreja. A hóstia era feita na minha casa, inclusive, na velha Marabá. Só existia uma Igreja na cidade nesse tempo, de São Félix de Valois. Veio uma equipe

do MEB nacional, em julho de 1971, fazer um treinamento com a equipe local que começou a trabalhar em agosto do mesmo ano, equipe composta por Luzanira, Luiza, Jane, Jacira, Edmundo, Ademar e outros (Martins, 2018).

O MEB atuava na região sudeste do Pará com turmas de alfabetização de adultos e supletivo, num ensino mais formal, regular. Mas havia ainda uma outra linha de atuação, “através da *grupalização*, mais social, grupo de jovens, moradores, associações de moradores, os amigos do bairro, conscientização e formação”, cuja diretriz era dada muito em função da orientação do bispo que, no caso de Marabá, São João – em localidades como Palestina, Brejo Grande, Abel Figueiredo, Bom Jesus, São Domingos e Itupiranga, “havia muito apoio de D. Estevão que dava grande autonomia para a equipe”, num trabalho conjunto e articulado a partir das comunidades e das paróquias. Essa experiência do MEB descrita por Ademir Martins foi muito importante para o início do trabalho da CPT junto às comunidades, por várias razões. Primeiramente, porque no MEB havia uma certa estrutura disponível para o trabalho (carro, sede própria, equipe de profissionais treinados e remunerados), além de uma rede de contatos e apoiadores nas comunidades – os monitores, que serviram de elo fundamental com os camponeses. Em geral, os monitores eram membros da comunidade com algum tipo de letramento e que retransmitiam os conteúdos quando havia rádio (no caso de Conceição do Araguaia), ou trabalhavam as “lições” nos espaços cedidos, quando não havia transmissão via rádio.

Mano e Ademir se conheceram na localidade de Palestina do Pará, em 1976, em uma das muitas “rezas/reuniões” que ocorriam no início da formação e atuação da CPT na região. A sede do MEB, no bairro Santa Rosa da velha Marabá, transformou-se na sede provisória da CPT. Nesse encontro das duas

organizações ligadas à Igreja Católica, ainda que tivessem objetivos práticos diferentes, surgem inúmeros personagens que terão grande papel na organização dos trabalhadores do campo. É o caso, por exemplo, da irmã Dorothy Mae Stang,⁴ missionária norte-americana que atuou tanto no MEB quanto na CPT, visitando comunidades, contribuindo para a criação de sindicatos, e ajudando na formação de inúmeros agentes pastorais que teriam papel fundamental para o início do trabalho da CPT neste momento embrionário, momento em que a Comissão Pastoral da Terra ainda não dispunha de quadros profissionais remunerados suficientes para dar conta dos desafios colocados diante daquela conjuntura autoritária. Padre Paulo Joanil da Silva é outro personagem importante na ação da CPT no sudeste do Pará. Assim como outros religiosos atuantes no sudeste paraense, também pertencia a Ordem dos Oblatos e chegou em fins da década de 1970, depois de ouvir falar da Guerrilha do Araguaia, de um padre Oblato preso (Roberto de Valicourt) com uma irmã Dominicana, e do Emmanuel Wambergue (Mano) que trabalhava com os camponeses na região: “a gente tinha muita curiosidade mesmo de conhecer esses irmãos de congregação e a luta dos posseiros” (Silva, 2017).

Na região sul do Pará, Ricardo Rezende Figueira, que chega como leigo e mais tarde seria ordenado padre, foi um dos primeiros membros a atuar na CPT Araguaia-Tocantins. Chegou em Conceição do Araguaia em 1976, mesmo ano em que iniciaram as atividades da Pastoral da Terra no Pará. No início, veio para trabalhar no MEB de Conceição para depois se somar ao trabalho da CPT, que no início teve muitas dificuldades em relação à falta de condições de trabalho, já que não havia um espaço físico (escritório), nem pessoal suficiente

⁴ Missionária norte-americana pertencente a Congregação das irmãs de Nossa Senhora de Namur e que chegou ao Brasil em 1966. Em 12 de fevereiro de 2005, depois de sofrer inúmeras ameaças, foi assinada com 6 tiros à queima roupa a mando de latifundiários.

para dar conta da demanda crescente em que a Comissão deveria atuar, especialmente a de acolhimento e encaminhamento das denúncias de violações de direitos humanos (assassinatos, despejos violentos, torturas e trabalho escravo) que não paravam de chegar. Aliado a isso, o clima de medo provocado após a Guerrilha do Araguaia desencorajava qualquer ativismo político naquela região (Pereira, 20150)

As denúncias de conflitos chegavam incessantemente e qualquer iniciativa em favor dos camponeses poderia ser encarada como “subversiva”. Os participantes do MEB, somados agora com os primeiros colaboradores da CPT, eram encarados com desconfiança pelas forças da repressão e representantes dos fazendeiros. Um relatório produzido pelo SNI, afirma que:

Até 1971, era bem grande a atuação de elementos de pensamento político-ideológico esquerdista no MEB, com alguns chegando até a serem indiciados em IPM, por atuação em organizações subversivas. Posteriormente a situação passou a melhorar consideravelmente, permanecendo, contudo, em alguns locais – como SANTARÉM, CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA e MARABÁ – as atividades de contestação às iniciativas governamentais. [...] Em CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA e MARABÁ, o MEB mantém uma atuação fechada em relação aos órgãos governamentais, dificultando todo e qualquer trabalho de entidades públicas. É de se assinalar que a ação conjunta do MEB e da CPT, e a utilização da "Rádio Educadora de Conceição do Araguaia", como meio de comunicação, divulgação e incitação, formam a tríade que conduz e orienta a luta entre posseiros e fazendeiros na área do baixo Araguaia. Recordar-se que o MEB já fora anteriormente citado, em Fev 74, por ocasião da desarticulação da Organização Subversiva - MPL (Movimento Popular de Libertação), como uma das entidades que proporcionavam cobertura às atividades daquela organização (SNI, 1980a: p. 4-5).

A preocupação das forças de segurança na região se assentava na ideia de que os religiosos seriam os responsáveis pelo “incitamento ao desrespeito das leis vigentes por *ignorantes lavradores*, na tentativa de desmoralizar o instituto da propriedade privada” (SNI, 1980b: p. 17-18). O trecho do documento produzido pelo SNI também se refere ao “MEB de Marabá e Conceição” como sendo entidades *fechadas* ao governo, e a Rádio Educadora do Araguaia, enquanto “meio de comunicação, divulgação e incitação”, a “tríade que conduz e orienta” a luta dos posseiros. Como relatou Ademir Martins, o MEB em Conceição havia sido fechado, bem como o seu instrumento principal de divulgação das aulas transmitidas através da Rádio Educadora do Araguaia.

Nas localidades do sul e sudeste do Pará, segundo Airton dos Reis Pereira (2017: p. 262-267), animadores de comunidades engajados na luta pela terra eram impedidos de participar das diretorias dos STRs montados ou controlados pela ditadura. Para tentar romper esse bloqueio imposto “por grupos de proprietários rurais e do Incra/Getat”, os trabalhadores passaram a criar delegacias sindicais em diversas comunidades e a eleger como delegados sindicais aqueles que tinham vínculo orgânico com as ocupações em áreas litigiosas, especialmente as áreas griladas. Certamente, as reações dos proprietários rurais e dos órgãos governamentais foram direcionadas para impedir a vitória das oposições sindicais que se formavam no estado, incluindo aí táticas de desqualificação de lideranças através da imprensa, da dificuldade em reconhecimento das chapas de oposição por algum recurso jurídico ou, no limite, da prisão e assassinato de lideranças.

Padre Ricardo Rezende Figueira observa que para a disputa do STR de Conceição do Araguaia uma das primeiras iniciativas tomadas pela CPT Araguaia-Tocantins foi a realiza-

ção de um encontro de lideranças de CEBs e agentes pastorais no Centro de Treinamento Diocesano, em 1979, cujo eixo central era um curso sobre Legislação Agrária. A partir daí, uma série de reuniões foram realizadas para constituir uma chapa de oposição, a partir de duas grandes bandeiras: a Reforma Agrária e a redemocratização do país. Para encabeçar a chapa foi escolhido “o posseiro e agente pastoral do Baixo-Araguaia, Raimundo Ferreira Lima, o Gringo”. Os relatos de padre Ricardo sobre a eleição para a direção do STR de Conceição ocorrida em 1980 permitem um mergulho na história social da região no início daquela década. Tendo acompanhado o processo diretamente como membro da CPT, o religioso lembra um pouco das dificuldades em que os camponeses se depararam no que se refere a criação de um instrumento autônomo de representação política e reivindicação econômica:

Não foram instaladas, apesar dos protestos e denúncias à Delegacia Regional do Trabalho, urnas em locais de grande densidade de sindicalizados, como no Baixo Araguaia e Rio Maria. Ora, um lavrador para vir do Baixo Araguaia até Conceição do Araguaia para votar era obrigado a fazer uma viagem de quase 800 km ida e volta! Todos os me-sários eram da chapa 1, da situação. [...] As dezenas de viaturas, os funcionários e o dinheiro do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) estavam à disposição permanente de Bertoldo. [...] Houve apuração e a chapa de oposição foi vencedora, mas não houve quórum. [...] Já em novembro de 1980, a Polícia Federal e o GETAT ocuparam o STR (Figueira, 1986: p. 61-63).

A CPT teve papel fundamental nesse processo de retomada da organização dos trabalhadores do campo ajudando na formação de novas lideranças que tiveram protagonismo político nos anos subsequentes. É o caso, por exemplo, de Maria de Jesus da Silva, a primeira mulher a presidir um sindicato de trabalhadores rurais na região. Eleita para presidir o STR de

Jacundá, no sudeste paraense, teve destacada participação nas ocupações de terra e na resistência aos despejos. Vinda do Maranhão na década de 1980 para morar no sudeste paraense, e oriunda de uma família católica, iniciou o ativismo político em 1981, aos 17 anos, a partir da proximidade com os padres Paulo Joanil e Humberto, além da irmã Dorothy Stang, que tiveram grande influência sobre sua formação. O pai, muito conservador, não admitia que sua filha “se metesse em política” e por isso enfrentou muitos conflitos familiares. Iniciou sua trajetória a partir de um grupo de jovens católicos na comunidade São João Batista, ao mesmo tempo em que atuava como catequista ao longo da rodovia PA 150 (Maria de Jesus, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: RELATOS DE UMA HISTÓRIA INACABADA

Para a historiadora Marieta de Moraes Ferreira (2018: p. 87) “a história do tempo presente é feita de moradas provisórias”, uma história em movimento e inacabada. Neste sentido, uma dimensão importante dos relatos aqui apresentados diz respeito às diversas práticas de violência contra camponeses e religiosos que atuaram na luta pela terra. Para a Comissão Pastoral da Terra há uma nítida relação entre a organização camponesa e o aumento da repressão e violência por parte dos fazendeiros e grileiros, a partir das suas milícias (O São Paulo, 1985: p. 7). As tensões envolvendo a mobilização dos trabalhadores em relação à organização sindical em luta pela Reforma Agrária, de um lado, e a articulação de milícias armadas pelos fazendeiros, do outro, intensificam a violência que se torna cotidiana na região. Entre 1980 e 1985, ocorreram 244 mortes por conflitos de terra no sul e sudeste do Pará, segundo levantamento feito por Ronaldo Barata nos arquivos da CPT.

Em 1985, essas regiões são as que têm maiores ocorrências de assassinatos no Pará, com destaque para Xinguara (70), Conceição do Araguaia (17), São João do Araguaia (11) e Marabá (11), de um total de 148 mortes em todo o estado do Pará naquele ano (Barata, 1995: p. 15).

O aumento da violência representa muito mais que números. São relatos de inúmeros casos de assassinatos de trabalhadores do campo de um modo geral, e de lideranças sindicais camponesas em particular. Um dos casos de maior repercussão foi o assassinato de Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, eleito delegado sindical para encabeçar a “Chapa 2” de oposição na disputa pelo STR de Conceição do Araguaia. Reconhecidamente uma liderança importante na região, Gringo havia participado de movimentos de resistência em Itaipavas, atuado como agente pastoral e membro do MEB, além de assessor da CPT Araguaia-Tocantins:

Nos últimos anos de sua vida, havia se notabilizado pelo intenso trabalho que desenvolvia junto aos trabalhadores rurais no sentido de conscientizá-los a desenvolver a luta pela conquista da terra. Quando morreu, era membro ativo das Comunidades Eclesiais de Base e candidato a presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, pela chapa de oposição (Barata, 1995: p. 45).

Por conta da sua histórica atuação, “Gringo já havia sido preso por mais de uma vez quando da guerrilha do Araguaia e, pouco antes de ser assassinado, teve seu nome assinalado numa lista indicativa de pessoas que deveriam morrer” (Figueira, 1986: p. 45-46). Como liderança, “Gringo foi importante por fazer formação política, falar de sindicato, de direitos dos trabalhadores, aqui nas comunidades de Itaipavas, São Geraldo, reunindo os animadores”, relembra Maria Oneide Costa Lima, viúva de Gringo e que também teve

importante papel na luta camponesa, incluindo aí um pioneiro trabalho de organização do movimento de mulheres na região (Maria Oneide, 2017).

Em Rio Maria, sul do Pará, o presidente do STR local, João Canuto de Oliveira, foi assassinado depois de ter tornado públicas as ameaças que sofria através de declaração entregue a diversas autoridades estaduais e federais, em 22 de fevereiro de 1985. Na denúncia, alegava sofrer ameaças e perseguições desde que assumiu a presidência do sindicato. Apontou como autores nada menos que o prefeito de Rio Maria, Adilson Carvalho Laranjeira e o delegado de Polícia, sr Seabra. Canuto continuou sendo ameaçado na medida em que as denúncias que produzia repercutiam na imprensa, como a desocupação da fazenda Canaã, na localidade de Xinguara, promovida por um contingente de 80 policiais militares (Barata, 1995: p. 337-339). A Fazenda Canaã foi palco de conflitos armados desde 1982, “a ponto do GETAT a relacionar como área de conflito e indicá-la como propriedade para ser desapropriada”. A fazenda foi vendida a um terceiro proprietário que se utilizou de uma antiga liminar para realizar, com a ajuda de um contingente de 60 PMs, novo despejo. João Canuto elabora nova denúncia em que contesta, com a ajuda do ex-advogado da CPT, Paulo Fonteles, o uso indevido de liminar e a violência da ação. De nada adiantaram as denúncias de Canuto. Em 18 de dezembro de 1985, foi assassinado com 12 tiros, emboscado por dois pistoleiros a caminho de casa (*O Liberal*, 1985: p. 1). Padre Ricardo Rezende Figueira faz um paralelo entre a morte do Canuto e o personagem do livro de Garcia Marques, descrito no livro “Crônica de uma morte anunciada”. A diferença, diz o padre, “é que enquanto no livro o personagem não sabia que ia morrer, o personagem da vida real sabia. Todos nós sabíamos” (Esse homem vai morrer, 2011).

As mortes das lideranças camponesas, a exemplo Gringo e Canuto, demarcavam não apenas uma disputa em termos estruturais acerca da posse, uso e propriedade da terra. Elas ocorrem também de uma reação por parte do Estado e dos proprietários rurais da região, no que diz respeito às novas formas de expressão política do campesinato no fim da ditadura. Ao construir expressões políticas de representação e ação, ocupando áreas griladas, formando sindicatos, atuando em partidos políticos, participando de eleições e resistindo aos despejos de forma organizada, os camponeses do sul e sudeste do Pará acabaram adicionando um novo elemento de representação política, sem as mediações estabelecidas na ditadura.

Tanto Emmanuel Wambergue, que coordenou a CPT Regional Norte II, quanto Ricardo Rezende, responsável pela CPT Araguaia-Tocantins, afirmam que um dos maiores desafios que enfrentaram foi ter que enterrar os mortos da luta pela terra. “Nós cansamos de rezar missa de sétimo dia, cansamos de socorrer viúvas e órfãos. Não sou corajoso, sou teimoso, misturo fé e teimosia”, afirma Rezende. “Mais de 30 amigos meus foram mortos aqui na região de Marabá. É muito pesado...”, conta Wambergue. Proceder a “contagem dos mortos”, por assim dizer, foi um trabalho que fazia parte do cotidiano de quem atuava nas CPTs do Sul e Sudeste do Pará. O campo político-religioso em luta pela terra fez desse trabalho um elo fundamental marcado pelo medo e pela dor da perda, mas também pela indignação, denúncia, luta e resistência. Era preciso dar números à violência ordinária que se banalizava pela repetição para ser esquecida na morosidade de um Estado muitas vezes conivente com os crimes. Mas a CPT se recusava a banalizar e esquecer as incontáveis histórias de violências cometidas contra os trabalhadores do campo. A violência, e a resistência persistem, numa história que permanece em aberto.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: histórias dentro da história. *In*: PINSKY, Carla B (Org.). **Fontes Históricas**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- BARATA, Ronaldo. **Inventário da Violência**: crime e impunidade no campo paraense (1980/1989). Belém: Cejup, 1995.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os deuses do povo**: um estudo sobre a religião popular. São Paulo; Brasiliense, 1986.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. Vol. 11, nº 5, p. 173-191, 1991.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, jan./mar. 2018.
- FERRO, Marc. **Cinema e História**. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **A justiça do lobo**: posseiros e padres do Araguaia. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HILL, Christopher. **O Mundo de Ponta-Cabeça**: Ideias Radicais na Revolução Inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. **A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. **A Revolução Inglesa de 1640**. 2ª ed. Lisboa: Presença, 1983, p. 30.
- MARTINS, José de Souza. O significado da criação da Comissão Pastoral da Terra na História Social e contemporânea do Brasil. *In*: Secretariado Nacional da CPT (Org.). **A Luta pela Terra**: a Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois. São Paulo: Paulus, 1997.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, Metodologia, Memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

PEREIRA, Airton dos Reis. Colonização e conflitos na Transamazônica em tempos de ditadura civil-militar brasileira. *In*: PEREIRA, Airton dos Reis et al. **Culturas e Dinâmicas sociais da Amazônia Oriental brasileira**. Belém: Editora Paka-Tatu, 2017.

PESCHANSKI, Denis; POLLAK, Michael; ROUSSO, Henry. **Histoire politique et sciences sociales**: questions au XXe siècle. Paris: Éditions Complexe, 1991.

PESSÔA, Fábio T M. **Ao cristão é proibido ter medo**: A Trajetória da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Sul e Sudeste do Pará durante a Ditadura Militar (1975/1985). Ananindeua: Editora Cabana, 2022

SALEM, Helena. Dos palácios à miséria da periferia. *In*: SALEM, Helena (Org.). **A igreja dos oprimidos**. São Paulo: Brasil Debates, 1981.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da História Oral**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ENTREVISTAS

ADEMIR MARTINS. Depoimento [janeiro de 2018]. Entrevistadores: Fábio Pessôa e Emmanuel Wambergue. Marabá, 18 de janeiro de 2018.

EMMANUEL WAMBERGUE (MANO): depoimento [maio. 2018] Entrevistador: Fábio Pessôa. Marabá, 2018.

_____: depoimento [setembro de 2017] Entrevistador: Fábio Pessôa. Marabá, 2017.

MARIA DE JESUS DA SILVA: Depoimento [Maio de 2017]. Entrevistadores: Fábio Pessôa e Emmanuel Wambergue. Curionópolis, 2017.

MARIA ONEIDE COSTA LIMA: depoimento [agosto de 2017] Entrevistadores: Fábio Pessôa e Emmanuel Wambergue. São Geraldo do Araguaia, 2017.

PAULO JOANIL DA SILVA. Depoimento [janeiro de 2017]. Entrevistador: Wellington Jhemerson Costa da Conceição. Belém, janeiro de 2017.

RICARDO REZENDE FIGUEIRA. Depoimento [Maio de 2015]. Entrevistador: Fábio Pessôa. Rio de Janeiro, 2015.

ROBERT VALICOURT. Rodas de conversas, realizada na Faculdade de História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Marabá, Pará, maio de 2015. Mediador: Fábio Pessôa.

FONTES DE ARQUIVO

FAZENDEIROS sempre armaram pistoleiros. **O São Paulo**. São Paulo: Semana de 21 a 27 jun. 1985. Nacional, p. 07. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Araguaia/Tocantins, Xinguara/PA.

PRESIDENTE do sindicato de Rio Maria foi executado com 12 tiros. **Jornal O Liberal** 19 de dezembro de 1985. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) Norte – II.

SNI. 1980a. Atividades Subversivas. Belém, 25 nov., p. 4-5. [Arquivo Nacional, SNI/ACE Doc. nº 2435, Agência Pará].

SNI 1980b Atividades subversivas no Sul do Pará. Belém, 12 ago., p. 17-18. [Arquivo Nacional, SNI/ACE Doc. nº 1400, Agência Pará].

SOBRE OS AUTORES



CAIO DE LUCAS OLIVEIRA SOUZA, licenciado Pleno em História pela Universidade do estado do Pará (UEPA) e mestrando pelo programa de pós-graduação em História Social da Amazônia (PPHIST/UFPA). E-mail para contato: caiooliveirasouza5@gmail.com.

CAROLINA COSTA, licenciada Plena em História (UEPA), Pós-graduada em Gestão Educacional (ESAMAZ), Mestranda em História (UFPA). E-mail: carolinahist18@gmail.com.

CÍCERO PEREIRA DA SILVA JÚNIOR, doutor em História Social da Amazônia pela UFPA, Mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia pela UFPA. Graduação em História pela Universidade Estadual do Maranhão e em Filosofia pelo Instituto de Estudos Superiores do Maranhão. Professor de História e Filosofia da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Pará (SEDUC-PA). Membro do Grupo de Pesquisa em História do Tempo Presente na Amazônia (CNPq/UFPA). E-mail: hell_vetius@hotmail.com.

FÁBIO TADEU DE MELO PESSÔA, Professor Adjunto na Faculdade de História (FACHTO) e do Programa de Pós Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC) da Universidade Federal do Pará – Campus de Cametá.

FRANCISCO JORGE OLIVEIRA DA SILVA, graduando Licenciatura em História pela UFPA. E-mail: prof.his.franciscosilva@gmail.com.

GUSTAVO SORANZ, Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Artes. soranz@yahoo.com.

JAIME CUÉLLAR VELARDE, professor Seduc-Pará. E-mail: jc-velarde31@hotmail.com.

LEOPOLDO NOGUEIRA SANTANA JÚNIOR, professor da Universidade Estadual do Pará. Departamento de Filosofia e Ciências Sociais. E-mail: leopoldojrprof@gmail.com.

MARCOS BEZERRA LIMA, mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista CAPES. Email: marcos260lima@gmail.com.

MATHEUS DE SOUSA OLIVEIRA, mestrando em História Social da Amazônia pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará (PPHIST-UFPA) sob orientação do Professor Dr. Pere Petit. E-mail: matheussousa0712@gmail.com.

MISAEI MALCHER COSTA JUNIOR, graduando Licenciatura em História pela UFPA. E-mail: misaelmalcher@gmail.com.

OSIMAR DA SILVA BARROS, doutor em História Social da Amazônia pelo Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia, da Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor EBTT do Instituto Federal do Pará (IFPA). E-mail: osimarbarros@gmail.com.

PERE PETIT, professor Titular da Faculdade de História (UFPA). E-mail: petitpere@hotmail.com.

RENATA BELZ KRUGER, mestranda em História na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Essa pesquisa conta com o apoio da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). E-mail: renatabelzkruger@hotmail.com.

SAMIR DAMASCENO, Universidade Federal do Pará. Bacharelado em Museologia. Bolsista PIBIC/UFPA. samir.dams@gmail.com.

WELLINGTON JHEMERSON COSTA DA CONCEIÇÃO, mestrando pelo programa de pós-graduação em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), sob orientação do professor Pere Petit.



[2023]
EDITORA CABANA
Trav. WE 11, N° 41 (Conj. Cidade Nova I)
67130-130 — Ananindeua — PA
Telefone: (91) 99998-2193
cabanaeditora@gmail.com
www.editoracabana.com



FARMACIA DO POVO

O CIRIO

FARMACIA CARLOS

CASA POMBAL

FARMACIA CARLOS

CASA POMBAL